

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TATIANA DE OLIVEIRA FERREIRA

ARQUITETURA ESCOLAR INCLUSIVA

Estudo de caso: Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral
Duarte, Aracaju/ SE

LARANJEIRAS – SE
2014/1

TATIANA DE OLIVEIRA FERREIRA

ARQUITETURA ESCOLAR INCLUSIVA

Estudo de caso: Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral
Duarte, Aracaju/SE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Sergipe em setembro de
2014, como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo, sob a orientação da
Professora Msc. Raquel Kohler.

LARANJEIRAS – SE

JULHO/ 2014

TATIANA DE OLIVEIRA FERREIRA

ARQUITETURA ESCOLAR INCLUSIVA

Estudo de caso: Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral
Duarte, Aracaju/ SE

Trabalho de Conclusão de Curso defendido(a) e aprovado(a) em 25/09/2014, pela
seguinte banca examinadora:

Prof. Msc. Raquel Kohler

Prof. Dr. Fernando Antônio Souza

Prof. Msc. Agripino da Silva Costa Neto

Laranjeiras, 25 de setembro de 2014

Dedico este trabalho à minha mãe, que, com muito esforço lutou pela minha educação. Se cheguei até aqui é porque tive você ao meu lado.

RESUMO

Este trabalho versa sobre os deficientes e a inclusão desta parcela da sociedade no setor educacional. Com o objetivo de trazer à tona as dificuldades encontradas por deficientes físicos no dia a dia escolar, propõe-se que seja feita uma análise das instituições, e que, a partir do diagnóstico obtido, seja proposto um projeto de intervenção arquitetônica na edificação a fim de atingir a universalidade dos espaços escolares. A fundamentação teórica tratou desde a classificação dos deficientes até a inclusão deles no setor educacional sergipano; além disso foram observadas não só as teorias sobre Arquitetura Inclusiva como também as da Análise de Pós-Ocupação do Espaço para que se tornasse possível a discussão do tema. O estudo de caso deste trabalho foi o Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte e, para desenvolver a análise da instituição, aplicou-se um *Checklist* previamente organizado, com bases nas instruções da NBR 9050. Então, a partir do diagnóstico encontrado propôs-se um projeto de reforma para o Colégio o qual atendesse a necessidade dos alunos com ou sem deficiências físicas. Questões essenciais como a acessibilidade do aluno ao adentrar a instituição, movimentação e mobiliário em sala de aula, circulações e o acesso a pavimentos superiores deveriam ser tratadas. Por fim, observou-se que a pessoa deficiente, mesmo tendo sua vaga garantida por meio de cotas no Ensino Superior, não conseguiu sequer ter acesso à educação básica, pois falta-lhe não só a estrutura pedagógica como também a física.

Palavras-chave: Arquitetura Inclusiva, deficientes físicos e espaços escolares.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fachada do Colégio Dinâmico	44
Figura 2: Fachada do Colégio do Salvador	44
Figura 3: Fachada lateral onde se posiciona a entrada acessível do Colégio do Salvador	45
Figura 4: Imagem da planta de Walkthrough.....	49
Figura 5: Localização do Colégio Dom Luciano	51
Figura 6: Fachada da rua Itabaiana do Colégio Dom Luciano	52
Figura 7: Fachada da rua Dom José Tomás do Colégio Dom Luciano	53
Figura 8: Corredor de circulação	55
Figura 9: Sala de aula no pavimento térreo	55
Figura 10: Banheiro.....	55
Figura 11: Porta da cabine do banheiro para deficientes	56
Figura 12: Escada de acesso para os pavimentos superiores da edificação principal da escola.....	56
Figura 13: Hall de circulação nos pavimentos superiores	57
Figura 14: Sala de aula nos pavimentos superiores.....	57
Figura 15: Acesso ao auditório no segundo pavimento.....	58
Figura 16: Corredor de acesso ao edifício anexo.....	59
Figura 17: Saída da quadra e entrada do prédio anexo	60
Figura 18: Corredor de circulação do prédio anexo	60
Figura 19: Escada de acesso para o pavimento superior do prédio anexo.....	61
Figura 20: Quadra da escola.....	61
Figura 21: Paisagismo deteriorado.....	62
Figura 22: Paisagismo e janelas em deterioração.....	62
Figura 23: Imagem da planta de setorização atual da escola	65
Figura 24: Imagem da planta de setorização proposta para a escola.....	66
Figura 25: Croqui de estudo da proposta 01	66
Figura 26: Croqui de estudo da proposta 02	67
Figura 27: Croqui de estudo da proposta 03	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificações de deficiências físicas segundo suas características.....	19
Tabela 2: Número de estudantes por rede	28
Tabela 3: Quantidade de deficientes por município sergipano.....	33
Tabela 4: Principal ocorrência de deficiência por cidade sergipana.....	34
Tabela 5: Porcentual de deficientes por tipo de deficiência no interior do estado.	35
Tabela 6: Concentração de deficientes nos bairros da capital	35
Tabela 7: Quantidade de deficientes assistidos por instituições	36
Tabela 8: Porcentual de deficientes por tipo de deficiência na capital	36
Tabela 9: Porcentual de deficientes por tipo de deficiência em todo o Estado	36

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AACD - Associação de Assistência à Criança Defeituosa

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADM/SE – Associação dos Deficientes Motores de Sergipe

AMAS - Associação de Amigos dos Autistas

APABB – Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil

APADA/SE – Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe

APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcionais

APO – Análise Pós Ocupação

Art. - Artigo

ASE - Associação Sergipana de Equoterapia

ASSE – Associação do Surdo de Sergipe

CEE – Conselho Estadual de Educação

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

Cep. - Código de Endereçamento Postal

CID - Classificação Internacional de Doenças

CIDOW - Associação Sergipana dos Cidadãos com Síndrome de Down

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CSTB - Centre Scientifique et Technique du Bâtiment

DESE - Departamento de Educação Supletiva e Especial

EE – Educação Especial

FCD - Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

M - Metro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NBR - Norma Brasileira

Nº - Número

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNE – Plano Nacional de Educação

SEED – Secretaria do Estado da Educação

SENEB - Secretaria Nacional de Educação Básica

SESPE - Secretaria de Educação Especial

Sr. - Senhor

Sr.^a - Senhora

Srt^a - Senhorita

UFS – Universidade Federal de Sergipe

USA – United States of America (Estados Unidos da América)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ARQUITETURA INCLUSIVA	12
2. ANÁLISE DE PÓS-OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO	14
3. O DEFICIENTE.....	17
4. INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO SETOR EDUCACIONAL	21
4.1. A inclusão do aluno com deficiência na escola no Brasil	22
4.2. A inclusão do aluno com deficiência na escola em Sergipe.....	28
4.3. As barreiras arquitetônicas para o aluno deficiente	40
5. REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS.....	43
6. REFERENCIAIS METODOLÓGICOS	45
6.1. Metodologia Aplicada	46
7. ESTUDO DE CASO	50
7.1. Caracterização da escola.....	50
7.2. O entorno	51
7.3. A escola	52
7.4. Análise da adequação das instalações da escola para os alunos com deficiência	63
8. A PROPOSTA	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE A – Checklist desenvolvido para diagnóstico de escolas.....	73
APÊNDICE B – Pranchas com o desenvolvimento da proposta de reforma no Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte	79

INTRODUÇÃO

A arquitetura inclusiva é a palavra-chave para se alcançar a acessibilidade. Por tratar das diferenças entre pessoas nos espaços, ela é um instrumento para assegurar a qualquer cidadão o direito constitucional de livre locomoção e acesso.

Garantir a acessibilidade é prioridade nas escolas quando se pensa a educação como uma ferramenta de inclusão social. É preciso ter escolas adaptadas pedagógica e estruturalmente para as pessoas que têm deficiência, pois só assim se proporcionará uma educação de qualidade a todos os cidadãos. Afinal, ao educar o seu povo, o governo oferece à população e ao país a chance de um futuro melhor.

O objetivo deste trabalho é trazer à tona o problema da inclusão da pessoa com deficiência, especificamente o da deficiência física na escola, criando uma proposta de reforma no Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte em razão de acreditar-se numa educação de base não só com qualidade mas também com um espaço físico menos excludente e de alternativa para o convívio na diversidade, diminuindo, dessa forma, o preconceito e ampliando a inclusão da pessoa deficiente no mercado de trabalho.

Este trabalho versa sobre o deficiente físico, visando entender a sua realidade e como ocorre a inclusão dele no ambiente educacional. Procurar entender essa parte desfavorecida da sociedade, tornou-se o ponto chave da pesquisa fundamentadora deste trabalho. Foi através desta pesquisa e de entrevistas feitas com deficientes físicos que se tornou possível entender a realidade deles no Brasil e, especificamente, em Sergipe.

Para a realização deste trabalho, foi produzido, com ajuda dos princípios indicados por Ornstein (1992) e dos referenciais metodológicos aplicados, um *checklist* modelo. Mediante a sua aplicação no Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte foi possível verificar os pontos negativos da estrutura física dessa instituição e propor uma reforma que atendesse de fato a todas as necessidades dos deficientes físicos que venham frequentar a escola, ou como alunos, visitantes ou até mesmo como funcionários. Esse *checklist* é uma contribuição para a sociedade,

podendo ser aplicado em qualquer instituição educacional, a fim de verificar a acessibilidade da edificação.

Além da introdução, este trabalho apresenta oito capítulos mais as considerações finais. O primeiro capítulo trata da arquitetura inclusiva e do desenho universal; no segundo, pode-se examinar a Análise Pós-Ocupação do ambiente construído, ponto levantado devido à importância de se aplicarem metodologias de diagnóstico nas edificações existentes a fim de aperfeiçoar o desenvolvimento de futuros projetos; no terceiro, o deficiente se torna o foco da pesquisa e pode-se conhecer mais profundamente a deficiência e suas variações; no quarto capítulo, aprofundou-se o estudo sobre a inclusão do deficiente no setor educacional brasileiro desdobrando-se até Sergipe. O leitor se depara, no quinto e sexto capítulos, com os referenciais utilizados pela autora para desenvolver o trabalho em questão. Por fim, é possível observar, nos capítulos sétimo e oitavo, a análise sobre o Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte e a proposta de reforma para a instituição.

1. ARQUITETURA INCLUSIVA

A arquitetura inclusiva é a que respeita a biodiversidade humana, trata da acessibilidade e constitui-se como fator muito importante para o livre exercício da cidadania das pessoas com deficiência, possibilitando a quebra de barreiras e a inclusão dessas pessoas na sociedade.

De acordo com o decreto nº 5.296/2004, Atr. 8º, inciso I temos:

“Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.”

Conforme o Conselho Nacional das Pessoas Portadoras de Deficiências – CONADE – em 2004 – afirma que “Todas as pessoas, em algum momento da vida, necessitarão da acessibilidade.”

Para obter uma arquitetura inclusiva é indispensável o Desenho Universal. É ele que vai garantir, através da produção de um acesso universal, que todas as pessoas, sejam deficientes ou não, possam utilizar o espaço e praticar ações cotidianas com autonomia. Tal acesso é fundamental para que o deficiente seja incluído na sociedade e é um dever do profissional da arquitetura e urbanismo planejar espaços de uso democráticos.

Segundo Almeida, 2011, o desenho universal, que tem como propósito fornecer acessibilidade integrada a todos, “surgiu com o objetivo de reduzir a distância funcional entre os elementos do espaço e de tornar-se gerador de ambientes e tecnologias acessíveis de forma autônoma e segura” e, para sistematizar a prática do desenho universal, um grupo no centro de pesquisa da Escola de Design da Universidade da Carolina do Norte desenvolveu sete princípios para ele:

- “1. Uso equitativo – útil para qualquer tipo de pessoas;*
- 2. Uso flexível – atende a uma grande parte de preferências e habilidades individuais;*
- 3. Uso simples e intuitivo – de fácil entendimento, independente de experiência, de conhecimento, de proficiência linguística ou de grau de concentração por parte dos usuários;*
- 4. Informação perceptível – comunica as informações necessárias e com clareza aos usuários, independente das condições ambientais ou da habilidade sensorial;*
- 5. Tolerância ao erro – minimiza os riscos e consequências adversas de ações acidentais;*
- 6. Baixo esforço físico – usado de forma eficiente e confortável, com um mínimo de cansaço ao usuário;*
- 7. Dimensão e espaço para a aproximação e uso – tamanho e espaço apropriado ao acesso, uso e manipulação em ambientes ou em produtos, independente da mobilidade do usuário. ”*

Porém, apesar dos avanços científicos, tecnológicos e culturais na área da acessibilidade, esse ainda é um tema e uma prática nova, conquistada depois de muita luta para garantir os direitos de cidadania dos deficientes. Atualmente no Brasil temos algumas leis que confirmam esses direitos a esta parcela da população, a NBR 9050 é um exemplo.

A NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – foi criada em 1985 pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) visando estabelecer e direcionar as referências mínimas para a execução de projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Almeida (2011) também previne sobre a questão financeira da produção de uma arquitetura inclusiva, diz que a vantagem se dá por “ser menos custoso projetar e construir de forma que as pessoas com deficiências físicas ou cognitivas possam acessar e utilizar adequadamente os espaços do que *à posteriori* alterações”.

Segundo o Censo de 2010, no Brasil 46 milhões de brasileiros alegaram ter alguma deficiência. Esse número representa aproximadamente 24% da população. Diante dessa realidade, se um espaço não está pronto para receber qualquer tipo de pessoa, este espaço é que apresenta deficiência, a questão deixou de ser a incapacidade da pessoa deficiente, e sim do meio ambiente em que esta pessoa se encontra.

“A acessibilidade plena será atingida a partir de uma postura urbana e atitudinal que reavalie a própria noção de deficiência. Esta, por muito tempo, esteve associada a fatores individuais, ou seja, as pessoas com deficiência deveriam se adaptar ao meio. Em nosso entender, são os espaços que devem ser considerados “deficientes” quando não se adaptam a todas as pessoas” (Duarte e Cohen, 2010; apud, Almeida, 2011)

2. ANÁLISE DE PÓS-OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

De acordo com Ornstein, 1992, esta metodologia pretende, a partir da avaliação de fatores técnicos, funcionais, econômicos, estéticos e comportamentais do ambiente em uso, e tendo em vista tanto a opinião dos técnicos, projetistas e

clientes, como também dos usuários, diagnosticar aspectos positivos e negativos do espaço construído.

Sob o contexto da Arquitetura Inclusiva pode-se colocar como um grande instrumento de referência para a avaliação de questões relativas à acessibilidade, à Avaliação Pós-Ocupação (APO), já que, para oferecer uma acessibilidade integrada e desenvolver propostas baseadas no conceito do Desenho Universal, é necessário fazer uma análise técnica e comportamental do espaço construído.

O espaço construído, segundo Ornstein (1992), passa por duas fases: a primeira seria a Produção – projeto; a segunda, o Uso. É na fase Uso que entra a Avaliação Pós-Ocupação e, tal avaliação, está ligada a três pontos importantes: desempenho – analisa o comportamento do produto em uso; necessidades dos usuários – analisa se as necessidades dos usuários, quaisquer que sejam, foram atendidas satisfatoriamente e, por fim, idade limite – analisa por quanto tempo aquele produto atenderá a necessidade do consumidor.

Com relação à análise das necessidades do usuário é interessante observar a lista, disponibilizada em Ornstein (1992) e gerada pelo CSTB – Centre Scientifique et Technique du Bâtiment (Paris, França) – quatorze itens que precisam ser atingidos, considerando todas as condicionantes (contexto: social, econômico, cultural, tecnológico e físico-climático):

“- Segurança estrutural: resistência mecânica a cargas estáticas e dinâmicas individual ou combinadamente, impactos, acidentes, efeitos de fadiga etc.

- Segurança contra fogo: riscos de erupção e difusão do fogo; efeitos fisiológicos, como controle da fumaça e ventilação; sistemas de alarme (detectores, sirenes etc.); tempo de evacuação (rotas de escape); tempo de resistência ao fogo.

- Segurança de uso: segurança contra agentes agressivos como, por exemplo, proteção contra explosões, queimaduras, fontes cortantes, mecanismos móveis, riscos de choque elétricos, radioatividade, contato e inalação de substâncias agressivas (infecciosas); segurança durante movimentação e circulação (irregularidade de pisos, desobstrução de

passagens, guarda-corpos etc.); segurança contra intrusos (humanos ou animais).

- *Estanqueidade: à água proveniente da chuva, do solo, potável ou não etc.; a gases, inclusive ao ar; à poeira.*

- *Conforto higrotérmico: controle da temperatura do ar, radiação térmica, velocidade e umidade relativa do ar (limitações na sua variação, tanto no tempo como no espaço); controle de condensação.*

- *Pureza do ar: ventilação; controle de odores.*

- *Conforto acústico: controle do ruído, contínuo ou intermitente; inteligibilidade do som; tempo de reverberação.*

- *Conforto visual: controle e previsão da luz natural; insolação; nível de iluminação, controle de ofuscamento, contraste, possibilidade de escurecimento; aspectos do espaço e do acabamento, tais como cor, textura, regularidade, verticalidade, horizontalidade etc.; contraste visual interno e externo, em relação à vizinhança (ligações e barreiras para a privacidade, ausência de distorção ótica etc.).*

- *Conforto tátil: propriedades das superfícies como rugosidade, pegajosidade, temperatura de contato, flexibilidade; inexistência de descargas de eletricidade estática.*

- *Conforto antropodinâmico: limitação de acelerações e vibrações; conforto de pedestres em áreas de vento intenso; aspectos de projetos relacionados com a força e a destreza humanas, como inclinação de rampas, manobras de operação de portas, janelas, equipamentos etc.*

- *Higiene: instalações para cuidados corporais, suprimento de água, limpeza e evacuação de resíduos.*

- *Adaptação ao uso: número, tamanho geometria e interpelação; previsão de serviços e equipamentos; mobiliário, flexibilidade.*

- *Durabilidade: conservação de desempenho por tempo adequado.*

- *Economia: custo global adequado: custo de projeto e construção (produção) + custos de manutenção + custos de operação.*” (CSTC, 1979; *apud*, Ornstein, 1992)

A APO, segundo Ornstein (1992), pode, e deve, ser analisada de duas maneiras: primeiramente uma Avaliação Técnica com “ensaios laboratoriais ou *in loco* com ou sem controle das condições ambientais” e, posteriormente, uma Avaliação Comportamental, na qual será avaliada a relação homem-ambiente construído e vice-versa.

A autora (Ornstein, 1992) faz também uma importante reflexão sobre a sistematização no Brasil em termos de controle de qualidade pelo qual deveria passar o ambiente construído, o que prejudica o resultado final das avaliações por incompatibilidades desde a fase de projeto que poderiam ser evitadas. Atualmente as normas da ABNT estão mais completas, mas só elas junto com os códigos de edificações, a Legislação sobre Segurança e Medicina do Trabalho, o código sanitário estadual e os diversos cadernos de encargos existentes não são suficientes devido às contradições existentes entre eles. É baseando-se nessas normas e legislações contraditórias que os construtores conseguem brechas para executar ambientes incompatíveis com as análises, principalmente as comportamentais, atingindo negativamente a todos os usuários, em especial, aos deficientes.

3. O DEFICIENTE

Para entender melhor a realidade dos deficientes é preciso conhecê-los. Segundo Mazzotta (2005), é por falta de conhecimento a respeito daquele ser diferente do dito “normal” que a sociedade promoveu a segregação de tais pessoas. Até o século XVIII as noções a respeito da deficiência eram ligadas ao misticismo e ao ocultismo e, portanto, corpos fora do padrão de beleza – voltado à perfeição – eram condenados tanto pela Igreja como pela sociedade.

Apesar do exposto, é certo que a sociedade atual lida com um grande dilema. Santos (2012) questiona: como a mesma sociedade que produziu a deficiência com

sua cultura que só servia ao eficiente, irá se transformar a ponto de ser tornar inclusiva, reconhecendo, valorizando e respeitando a diversidade humana?

“Aliás, a deficiência como coisa não existe, o que não quer dizer que deixa de ser algo. Uma descrição como essa não afirma nem nega que os deficientes sofram preconceitos, que a deficiência seja fabricada pela sociedade. Não nega também que ela tenha matéria corporal, marcas físicas, comportamentos diferentes dos outros corpos: corpos marcados por células nervosas com disposição diferentes, órgãos dos sentidos ou motores destruídos. A matéria da deficiência existe realmente, o que não quer dizer que seja a própria deficiência. Esta não passa de uma forma histórica, uma objetivação dessa matéria. (LOBO, 2008; apud, Santos, 2012)

Carmo (1991) apud Santos (2012) explica sobre os conceitos de deficiência. Para ele, tais conceitos são frutos da relação homem/discurso, matriculados pela subjetividade, envolvendo verdades e falsidades ante uma realidade tão complexa.

Atualmente existe uma Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), criada para padronizar e catalogar as doenças e problemas vinculados à saúde, utilizando como parâmetro a Nomenclatura Internacional de Doenças, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo o Decreto-Lei nº 6.949/09 de 25 de agosto de 2009:

“Art.3º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;(...)” (BRASIL, 1999; apud, Santos, 2012)

E, de acordo ainda com o mesmo Decreto-Lei, temos ainda a definição a respeito do deficiente físico, que é o foco deste trabalho de conclusão de curso.

“Art. 4º - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de monoplegia, monoparesia, diplegia, diparesia, triplegia, triparesia, tetraplegia, teraparesia, paraplegia, paraparesia hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções. (BRASIL, 1999; apud, Santos, 2012)

Na tabela 1, apresenta-se a classificação da deficiência física e como ela se expressa.

Tabela 1: Classificações de deficiências físicas segundo suas características.

CLASSIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Monoplegia	Condição rara em que apenas um membro ou grupo muscular é afetado.
Monoparesia	Paralisia incompleta de nervo ou músculo de um só membro que não perdeu inteiramente a sensibilidade e o movimento.
Diplegia	Quando são afetados os membros superiores.
Diparesia	Paralisia incompleta de nervo ou músculo dos membros superiores.
Triplegia	Condição rara que três membros são afetados.
Tri paresia	Paralisia incompleta de nervo ou músculo de três membros que não perderam inteiramente a sensibilidade e o movimento.
Tetraplegia/ Quadriplegia	Quando a paralisia atinge todos os membros; sendo que a maioria dos pacientes com este quadro apresenta lesões na sexta ou sétima vértebra.
Tetraparesia/ Quadriparesia	Paralisia incompleta de nervo ou músculo de quatro membros que não perderam inteiramente a sensibilidade e o movimento

Paraplegia	É quando as vias motrizes do sistema piramidal, habitualmente e a nível de medula espinal, são interrompidas bilateralmente. A paralisia afeta os membros inferiores ou toda a parte inferior do corpo.
Paraparesia	Paralisia incompleta de nervo ou músculo dos membros inferiores os superiores que não perderam inteiramente a sensibilidade e o movimento.
Hemiplegia	É a paralisia de um lado do corpo, por exemplo, braço e perna esquerda, ou do lado direito.
Hemiparesia	Paralisia incompleta de nervo ou de músculo de um dos lados do corpo que não perdeu inteiramente a sensibilidade e o movimento.
Paralisia cerebral	Paralisia cerebral é uma lesão de alguma(s) parte(s) do cérebro. Acontece durante a gestação, durante o parto ou após o nascimento, ainda no processo de amadurecimento do cérebro da criança. É uma lesão provocada, muitas vezes, pela falta de oxigenação das células cerebrais.
Poliomelite	É uma lesão medular infecciosa e deve ser diferenciada das outras espécies de mielite porque afeta principalmente o sistema locomotor, mas não atinge a sensibilidade e as funções dos aparelhos digestivo e geniturinário.
Amputação ou ausência de membros	Várias causas podem levar à amputação de um ou mais membros, e muitas vezes a pessoa atingida é um indivíduo saudável que passa a se tornar portador de uma deficiência. As causas são de variados tipos: traumatismos, insuficiência vascular periférica, tumores malignos, infecções lesões térmicas, lesões nervosas, malformações congênitas.

Fonte: WYLLIE, 1951 apud, Santos, 2012.

É importante lembrar que nem sempre o deficiente tem sua capacidade cognitiva subdesenvolvida e que a deficiência não torna a pessoa incapaz. Por isso, faz-se necessário que profissionais da educação conheçam o que é deficiência e quais os tipos, para que eles passem a trabalhar o indivíduo no desenvolvimento de suas potencialidades ao invés de podá-lo.

4. INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO SETOR EDUCACIONAL

Segundo Ribas (2003), foi na década de 1970 que a sociedade, principalmente fora do Brasil, começou a se alertar para as definições equivocadas quando se usava o termo “deficientes”. Naquela época, e a partir de então, começaram a surgir debates sobre melhorias para aquele grupo de indivíduos anteriormente reprimido pela população mundial.

A ONU, na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 9 de dezembro de 1975, designa um termo mundial para os deficientes. Houve alterações ao longo das décadas, mas, atualmente, a expressão adotada voltou a ser “pessoas deficientes”.

O termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.” (ONU, 1975)

Quando se fala em pessoas deficientes é inevitável que se crie uma imagem sobre esses indivíduos; o problema, contudo, sobre esta imagem do deficiente é que ela está sempre atrelada àquilo que se imagina ser sua vida. E este imaginário, em geral, ainda segundo Ribas, não é positivo, pelo contrário, há sempre a imagem de um ser totalmente incapaz. Além disso, ainda há o consenso social pessimista de que tal condição de incapacidade, deficiência ou invalidez é imutável.

Atualmente cerca de 10% dos habitantes do mundo são deficientes (Ribas, 2003), entretanto a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas deficientes é recente e se manifesta em medidas isoladas, apesar de ser um direito garantido constitucionalmente.

“A República Federativa do Brasil fundamenta-se constitucionalmente, entre outros, no princípio da dignidade humana e tem objetivos como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e a redução das desigualdades sociais e regionais. Estabeleceu, assim, o legislador constituinte de 1988

as bases axiológicas do texto magno, reafirmando o antigo princípio liberal da Revolução Francesa: a igualdade de todos perante a lei (artigo 5º, caput).” (Constituição Federal; apud, Constant)

É importante lembrar que a Educação Especial é um

“Conjunto de recursos humanos e materiais postos à disposição do sistema educativo para que possa responder adequadamente às necessidades que de forma transitória ou permanente, possam apresentar alguns alunos.” (JIMENEZ, 1997; apud, Souza)

Pode-se afirmar que a conquista e o reconhecimento de alguns direitos das pessoas deficientes podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

4.1. A inclusão do aluno com deficiência na escola no Brasil

De acordo com Mazzotta (2005), os primeiros movimentos em prol do atendimento a pessoas com deficiência ocorreram na Europa, gerando uma mudança de atitude por parte dos governantes os quais, até então, menosprezavam esta parte da população, culminando nas primeiras medidas educacionais a favor da inclusão de pessoas com deficiência.

A primeira obra impressa sobre a educação de deficientes foi o livro “Redação das letras e arte de ensinar o mundo a falar”, do francês Jean-Paul Bonet, em 1620; e a primeira instituição especializada para a educação de deficientes voltada para “surdos-mudos”, foi fundada por Charles M. Eppeé, em 1770, Paris.

Em se tratando especificamente dos deficientes físicos locomotores, foco deste trabalho de conclusão de curso, registra-se no ano de 1832, em Munique, Alemanha, uma obra eficaz para a educação, que foi a fundação de “uma instituição encarregada de educar os coxos, os manetas, os paráliticos...” (LARROYO; apud, Mazzotta) e em 1900, em Chicago, criou-se a primeira classe de escola pública para “crianças aleijadas”.

Inspirados nessas experiências europeias e americanas, alguns brasileiros iniciaram a organização de serviços para o atendimento de cegos, surdos, deficientes mentais e físicos. Foram iniciativas, entretanto, particulares e isoladas, refletindo o interesse, apenas, de alguns educadores em relação à formação educacional das pessoas com deficiência.

“A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX.”
(Mazzotta, 2005, página 27)

Para Mazzotta (2005), a evolução da educação especial no Brasil é dividida em dois períodos: o primeiro de 1854 a 1956 – no qual ocorreram iniciativas oficiais e particulares isoladas – e o segundo de 1957 a 1993 – com iniciativas oficiais de âmbito nacional.

O primeiro período tem seu início marcado pelo Decreto Imperial nº1.428, em 12 de setembro de 1854, quando D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Nesse período a primeira escola voltada para os deficientes físicos foi a Escola Rodrigues Alves, estadual e regular, no Rio de Janeiro em 1905, que atendia também a cegos. Logo em seguida houve, numa sequência, a abertura de mais três instituições de atendimento especializado em deficientes físicos: a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, em 1931; o Lar-Escola São Francisco, em 1943 e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD- em 1950, todas sediadas em São Paulo.

Já o segundo período faz referência a quando o atendimento educacional aos excepcionais passou a ser realmente assumido, nacionalmente, pelo governo federal com campanhas especificamente voltadas para este fim. A primeira dessas campanhas é a I Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, de 3 de dezembro de 1957.

Outra importante atitude governamental desse período foi a criação, pelo Ministério da Cultura e Educação, em 3 de setembro de 1973, do Centro Nacional de

Educação Especial – CENESP – com a finalidade de tornar-se um órgão central responsável pela expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais por todo o Brasil. É interessante observar, no Artigo 2º, Parágrafo único, do Regimento interno da instituição, uma sutil, mas já presente, inclusão das pessoas deficientes na comunidade.

Artigo 2º - O CENESP tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta e os superdotados, visando à sua participação progressiva na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a Educação Especial”

Em 1986 o CENESP se tornou SESPE – Secretaria de Educação Especial, órgão de pouca atuação que, logo em seguida, 1990, sucumbe e faz surgir uma nova secretaria: a SENEb – Secretaria Nacional de Educação Básica. Dentro dessa secretaria, por fim, surge o Departamento de Educação Supletiva e Especial (DESE) com interessante atuação.

“Artigo 10 – Ao Departamento de Educação Supletiva e Especial compete:

I – subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, estratégias e critérios para o desenvolvimento do ensino supletivo e da educação especial e apoiar as ações necessárias à sua definição, implementação e avaliação; [...]” (Decreto nº 99.678, 1990, Ministério da Educação)

A partir da Constituição de 1988 houve mudanças significativas em favor do ensino do deficiente, pois foram desenvolvidas políticas de âmbito estadual e municipal que estabeleceram garantias aos alunos com deficiência. Passaram a existir os direitos assegurados a todos e três capítulos que versam especificamente sobre esta parcela da população: (II) Da Seguridade Social, (III) Da Educação, Da Cultura e Do Desporto e (VII) Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso; todos incluídos no Título VIII, Da Ordem Social.

Em 1989 os Estados reescrevem suas Constituições e, alguns deles, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Espírito Santo, passaram a garantir melhores serviços educacionais às pessoas com deficiência. Na contra mão dos estados citados, Sergipe, no Artigo 217, III, apenas repete a formulação do Artigo 208, III, da Constituição Federal.

“Poucos municípios brasileiros que contam, em sua rede de ensino, com recursos educacionais municipais apropriados para a educação dos alunos portadores de deficiência.”
(Mazzotta, 2005, página 184)

Mazzotta (2005) defende a questão de que uma educação de qualidade para os alunos com deficiência, depende em grande parte de uma boa condição das políticas educacionais. Os municípios, que atendem a esses alunos e oferecem recursos para eles, têm procurado avaliar cientificamente essa atuação. A exemplo do Rio de Janeiro, foram observados alguns pontos por Vera (1992)¹: “certa superficialidade no tratamento da Educação Especial dentro do plano político-educacional do Município do Rio de Janeiro”; “presença explícita de uma prática segregacionista e um descompromisso, por parte dos profissionais da educação, em relação ao processo educacional dos alunos portadores de deficiência”; “falta de articulação entre o trabalho envolvido nas classes especiais para alunos portadores de retardo mental e a dinâmica pedagógica da escola”; “despreparo do professor para trabalhar com esses alunos, principalmente os professores de turma comum”.

Para Godofredo (1992), os pontos citados acima são “reflexo da indefinição do Plano Nacional de Educação com relação à especificidade de seus alunos”, tal reflexão é complementada por Mazzotta (2005) quando ele cita itens indispensáveis para uma boa Política Municipal de Educação do Portador de Deficiência.

“Desenvolver parceria e cooperação com o Estado e com Instituições Especializadas Particulares já existentes, evitando duplicidade desnecessária de recursos educacionais.”

¹ GODOFREDO, Vera Flor S. de. Interação ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do Município do Rio de Janeiro. MEC/ SEF. 1992.

Prever serviços e auxílios especiais de educação para portadores de deficiência que deles necessitem na Educação Escolar, em Programas de Habilitação ou de Reabilitação.

Abranger pré-escola e ensino fundamental, procurando cobrir ensino comum e supletivo, se necessário.

Considerar as interfaces necessárias com serviços de saúde e bem-estar social, particularmente em apoio à Habilitação e Reabilitação.

Cuidar para que a infraestrutura física dos prédios escolares não apresente barreiras ao portador de deficiência.

Cuidar para não estabelecer relação direta entre o portador de deficiência e a educação especial, nem tampouco, ignorar os casos em que o portador de deficiência apresenta necessidades educacionais especiais.

Zelar para que o atendimento educacional caracterizado como especial seja, de fato, especial, incluindo como elemento central o professor especializado, além de currículos adaptados os especiais e materiais, aparelhos e equipamentos específicos.

Garantir a possibilidade de frequência aos cursos regulares das escolas comuns, desde a pré-escola, mediante, dentre outras coisas, orientação aos diretores e professores do ensino comum.

Contemplar como diretriz básica a não-segregação, mas incluir igualmente alternativas para a integração na escola comum e até segregação nos casos em que esta for necessária, definindo os atendimentos diretos e indiretos a serem assumidos pelo Município.” (Mazzotta, 2005, página 187)

Mazzotta (2005) conclui, em sua obra, que há uma tendência no Brasil para atendimento educacional a deficientes de maneira segregada nas instituições especializadas particulares, em detrimento do atendimento educacional na rede pública e relembra também a posição do Conselho Federal de Educação, em 1972, que propõe a educação especial como “linha de escolarização” e do MEC, que

propõe a educação especial como “linha de atendimento assistencial e terapêutico ao invés de educacional escolar”, entretanto, é importante lembrar que nem todo aluno com deficiência requer ou requererá serviços de educação especial.

“Há, portanto, um novo crescimento do número de alunos atendidos em regime segregado e diminuição do número de alunos em regime integrado. Tais dados reafirmam as conclusões, já apresentadas neste trabalho, de que o “princípio da integração”, tão decantado e repetido nos textos legais, nos planos e documentos oficiais de Ministério da Educação, não tem passado de mero instrumento de retórica, na medida em que a realidade do atendimento educacional reafirma a tendência da segregação dos alunos com necessidades educacionais especiais em Instituições Especializadas públicas e privadas.” (Mazzotta, 2005)

Segundo Santos (2012), a Política Educacional, através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial (2008), procurou elaborar documentos, leis e decretos que atendessem às ações relativas ao processo de inclusão escolar em todos os níveis no país e documentos como a LDBEN 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Portaria n.º 1.679, o Projeto Lei n.º 8.035 de 2010 e o PNE – Plano Nacional de Educação – comprovam que a educação inclusiva está oficialmente instituída no sistema educacional brasileiro.

Atualmente, de acordo com o que disse a fundadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade², Maria Teresa Mantoan, o problema não está mais em produzir as leis para “defender” a inclusão do aluno deficiente, e sim cumpri-las.

“O maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. A nossa Constituição garante desde 1988 o acesso de todos ao Ensino Fundamental, sendo que alunos com necessidades especiais devem receber atendimento especializado preferencialmente na escola, que não substitui o ensino regular.

² Laboratório criado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para pesquisas a respeito das diferenças.

Há outra questão, um movimento de resistência que tenta impedir a inclusão de caminhar: a força corporativa de instituições especializadas, principalmente em deficiência mental.

Muita gente continua acreditando que o melhor é excluir, manter as crianças em escolas especiais, que dão ensino adaptado. Mas já avançamos. Hoje todo mundo sabe que elas têm o direito de ir para a escola regular.” (MANTOAN, 2009; apud, Bengala Legal.)

4.2. A inclusão do aluno com deficiência na escola em Sergipe

O atendimento educacional ao aluno com deficiência em Sergipe, assim como ocorreu nos demais estados brasileiros, iniciou-se por meio de médicos e não de educadores, impulsionado pela busca da sociedade civil aos direitos humanos e de cidadania garantidos a todos pela Constituição.

No ano de 1994 foi disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, um quadro com o número de alunos matriculados contando com os 75 municípios do Estado:

Tabela 2: Número de estudantes por rede

	Pré-escolar	1º Grau	2º Grau	TOTAL
Estadual	17.144	193.625	21.235	232.004
Municipal	43.130	147.270	6.527	196.927
Particular	19.427	43.424	9.895	72.746

Fonte: Souza, 20013.

O quadro não apresenta referências a respeito do número de alunos atendidos pela Educação Especial no Estado. Acredita-se, segundo Souza, que este número era desconsiderado, inclusive por não julgarem deficientes os alunos com necessidades especiais que por sorte estivessem matriculados na rede regular de ensino.

Sobre o desenvolvimento da educação em geral em Sergipe, a professora Nunes³ (1984; *apud* Souza) ressalta que o ensino “*não foi além das aulas de primeiras letras da gramática latina*”, destacando também a importante participação dos padres Jesuítas, Franciscanos e Carmelitas no período colonial da história sergipana.

A fim de substituir os colégios Jesuítas, foram implantadas aulas régias com cadeiras de Gramática Latina na capital, que à época era a cidade de São Cristóvão. Nunes (1984) ainda destaca que tais aulas régias foram criadas sem obedecer a qualquer critério, o que fez com que as ordens religiosas ainda fossem muito responsáveis pela “*formação dos filhos das grandes famílias do Sergipe Colonial*”.

A conquista da emancipação política da Bahia em 1820, fez com que Sergipe adotasse na sua educação o método Lancasteriano de ensino, em que os alunos mais adiantados ensinavam os mais atrasados. Com o Ato Adicional de 1834, surgiram as primeiras instituições de ensino normal e profissionalizante: a Escola Normal e o Colégio de Artes e Mecânica; porém, índios, negros, mulheres, acredita-se que os deficientes também, todos eram constantemente excluídos de tal processo educacional.

Com a mudança da capital, de São Cristóvão para Aracaju em 1855, foi possível notar várias melhorias quanto à qualidade dos cursos oferecidos, que foram ampliados, além da criação do importante Colégio Atheneu – escola de destaque na educação pública de Sergipe até os dias de hoje.

Apesar das melhorias na educação, nada ainda era realmente feito a respeito da Educação Especial no Estado. Existia apenas uma discussão com teorias defendidas pelo até então deputado Antônio Manuel Carvalho Neto, cujo projeto apresentava a necessidade de criação das escolas de aperfeiçoamento e classes especiais para atrasados. Defendia ele:

“A Educação dos Anormais é um importante e Vastíssimo tema social de intensa atualidade.

Inscrito na legislação dos povos cultos, constitui, de presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado escopo social e econômico.

³ NUNES, Maria Thetis. História da Educação em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria da Educação do Estado de Sergipe e Universidade Federal de Sergipe, 1984. Referência citada em Souza, 2013.

Restitui à sociedade como elemento de economia e trabalho, algumas parcelas abandonadas à inércia, senão ao caminho da loucura ou do crime, seria a sua finalidade. (JORNAL DE SERGIPE, 28.10.1921; apud, Souza)

Sergipe, assim como o Brasil em geral, também era impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas a respeito dos menos favorecidos. Nessa época começaram a surgir instituições para atender a tal clientela e acredita-se que os deficientes estavam incluídos nesse contingente.

A década de 1920 foi muito importante para educação do deficiente em Sergipe, pois o projeto do deputado Carvalho Neto ganhou destaque nacional, chegando a receber o título de pioneiro com a educação especial do Brasil, mas lamentavelmente o projeto não se concretizou e a educação especial em Sergipe ficou estagnada.

Segundo Souza (2013), nesse contexto, Sergipe tenta avançar de alguma maneira, mas a maior parte da sociedade rejeita a ideia de que alunos com algum tipo de deficiência ou comportamento que fugisse dos padrões fossem matriculados juntos dos demais.

“Art. 5º - não poderão matricular-se crianças que não tenham princípios de leitura e cálculos, defeito physico, moléstias contagiosas e predisposições mórbidas bem definidas de caráter degenerativo.” (DECRETO n. 98 de 27 de fevereiro de 1932; apud, Souza)

Foi apenas no início da década de 1960 que surgiu em Sergipe uma instituição voltada para o deficiente. Isso ocorreu como resposta aos anseios da sociedade sergipana que não tinha alternativa para o atendimento dessa clientela. E, foi o governo que, apesar da descrença da sociedade, foi o protagonista da instituição concretizada em 26 de junho de 1962.

“A inauguração do Centro de Reabilitação constitui um ato do governo Luiz Garcia que suscita aplausos. Uma obra de repercussão social para o estado, de grande responsabilidade porque permite clientelismo, favoritismo em matéria que exige conhecimentos científicos, aplicação técnica, alta especialização.

O esforço de adaptação do antigo barracão de bondes, foi completo, bem aproveitado e, servirá perfeitamente, aos fins da notável instituição.

Ainda não conhecemos o profissional que irá dirigir o Centro de Reabilitação, para melhor apreciação do valor atribuído aos serviços de recuperação de doentes traumatizados.

Esperamos que essa instituição não se confirme somente no edifício, e os primeiros passos dados no sentido de sua inauguração, avancem para dar a Sergipe a efetivação no campo da recuperação de tantos que necessitam do amparo da ciência. (GAZETA DE SERGIPE, 26.06.1962; apud, Souza)

O Centro de Reabilitação Ninota Garcia foi o primeiro em Sergipe e o terceiro no Brasil com a proposta de educação e preparo para o mercado de trabalho, e atendia, preferencialmente, os cegos e os surdos. Após a concretização desse Centro, em 1967, surge também a APAE – Associação de Pai e Amigos dos Excepcionais – tendo como público principal pessoas com Síndrome de Down. Posteriormente, essas duas instituições passaram a receber alunos com deficiências múltiplas.

A APAE surgiu por iniciativa de pais que tinham filhos com deficiência e estavam insatisfeitos com o Centro de Reabilitação, como demonstra a tia de um dos primeiros alunos da APAE, em 11 de junho de 1998.

“No centro de Reabilitação Ninota Garcia não era todo mundo que eles aceitavam não no início, tinha que ter um conhecimento lá dentro se fosse deficiente mental, pra outras deficiências era mais fácil, depois que foi criada a APAE que eles mudaram e já aceitavam todo mundo.” (Entrevista; apud, Souza)

Segundo Souza, Sergipe, assim como outros Estados brasileiros, adiou o quanto pôde a responsabilidade junto aos deficientes. É apenas no ano de 1973 que o estado assume a Educação Especial como sua responsabilidade e, segundo a

professora Yara Campelo⁴ , não surge em virtude dos deficientes, mas sim por causa do baixo rendimento escolar e alto nível de reprovação.

“O Estado só vem assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, em Sergipe, no ano de 1973, através da solicitação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) feita ao Secretário de Educação Ciência e Tecnologia, João Cardoso do Nascimento Júnior. Nessa época, a Educação Especial foi implantada apenas em nível de Secretaria.

(...) Segundo Yara Campelo, a E.E. surge no contexto sergipano em virtude de uma parcela da população apresentar necessidades educativas especiais; no entanto, essas necessidades referiam-se, num primeiro momento, ao baixo rendimento de algumas crianças, ao alto índice de reprovação, ou seja, ao fracasso escolar.” (Souza, 2013)

Com relação ao deficiente físico, a primeira providência foi tomada em 1979, quando foi criada uma sociedade civil e filantrópica chamada Rosa Azul. Tal instituição atende – funciona até os dias atuais – aos deficientes físicos, mentais, auditivos, visuais e múltiplos prestando serviços de assistência global a menores excepcionais. Essa Instituição destacou-se por propor aos seus alunos um método construtivista de aprendizagem, proporcionando a efetiva participação da criança no processo ensino-aprendizagem.

Em Souza, 2013, encontra-se uma referência específica ao desenvolvimento do atendimento educacional do deficiente em Sergipe entre os anos 1980 e 1990. Tal época é enaltecida por causa do desenvolvimento de ações em prol dos deficientes e, conseqüentemente, pela ampliação das oportunidades escolares e melhoria na qualidade de vida dessa parte da população.

É importante lembrar que esse período começou com o Ano Internacional do Deficiente em 1981, trazendo uma gama de iniciativas e expectativas. Foi na década de 1990, por exemplo, que as cidades brasileiras começaram a construir rampas para cadeirantes. Em Sergipe foi possível ver a expectativa da população na

⁴ Professora Yara Campelo é membro do Núcleo de Educação Especial da UFS e uma das pioneiras do trabalho com educação a alunos deficientes.

declaração de um deficiente físico para a Gazeta de Sergipe em 04 de janeiro de 1981.

“Esperamos que durante o Ano Internacional dos Deficientes as ações sejam concretas, práticas em favor de todos os que portam deficiências, mas que estão aptos e válidos para o trabalho e para a vida. Não é preciso arrancar lágrimas com situações individuais, mas imprimir seriedade no trato do assunto, construindo rampas, sinaleiras especiais, enfim construindo equipamentos que sirvam aos deficientes. Do mesmo modo que existem equipamentos que servem aos que não possuem deficiências... E que deixem o deficiente trabalhar, sair da prisão da casa, para ser útil à sociedade e realizar-se como ser, sem revolta, sem obstáculos. Vivamos com realismo o ano de 1981, dedicado aos deficientes do mundo inteiro, que não são poucos.” (Gazeta de Sergipe, 1981; apud; Souza)

O ano de 1981 foi de mobilização em Sergipe. Não faltaram campanhas e incentivos financeiros para o desenvolvimento de ações por todo o Estado e foi no contexto da criação e atuação da CENESP, no Brasil, que Sergipe desenvolveu suas ações. A primeira delas foi a formação de uma Comissão Estadual para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, presidida pela primeira dama do Estado, Maria Virgínia Leite Franco, a fim de levantar dados censitários específicos a respeito dos deficientes em Sergipe.

A seguir apresentam-se alguns resultados dos levantamentos da época⁵.

A – Municípios do Interior do Estado:

1. Os 11 municípios com maior número de pessoas deficientes.

Tabela 3: Quantidade de deficientes por município sergipano.

Porto da Folha	536
São Cristóvão	371

⁵ Dados apresentados nas páginas 91 a 95 do livro de Souza, 2013.

Simão Dias	332
Poço Verde	320
Propriá	283
Itabaianinha	274
Graccho Cardoso	267
Lagarto	244
Itabaiana	243
Neópolis	323
Capela	323

Fonte: SOUZA, 2013.

2. Por tipo de deficiência, a maior ocorrência por município:

Tabela 4: Principal ocorrência de deficiência por cidade sergipana

Porto da Folha	Motora	188
São Cristóvão	Mental	161
Simão Dias	Motora	180
Poço Verde	Motora	136
Propriá	Mental	103
Itabaianinha	Motora	123
Graccho Cardoso	Motora	129
Lagarto	Motora	127
Itabaiana	Motora	97
Neópolis	Visual	95

Capela	Motora	122
--------	--------	-----

Fonte: SOUZA, 2013.

3. Porcentual de deficientes. Sendo que o número total (9.313) é menor que a porcentagem devido à existência de pessoas com múltiplas deficiências.

Tabela 5: Porcentual de deficientes por tipo de deficiência no interior do estado.

Deficiência motora	40,45%
Visual	28,42%
Auditiva	15,73%
Mental	23,08%
Múltiplas deficiências	7,68%

Fonte: SOUZA, 2013.

B – Capital do Estado:

1. As cinco áreas que concentram maior número de deficientes:

Tabela 6: Concentração de deficientes nos bairros da capital

1. Centro	249
2. Bairro Santo Antônio	238
3. Bairro Siqueira Campos	230
4. Bairro 18 do Forte	202
5. Bairro América	173

Fonte: SOUZA, 2013.

Nessas áreas a maior incidência era de deficiência motora, seguida da mental e visual, totalizando 2.313 deficientes. Destes, apenas 214 eram assistidos por instituições:

Tabela 7: Quantidade de deficientes assistidos por instituições

APAE	120
Centro de Reabilitação Ninota Garcia	50
Rosa Azul	38
LBA	06

Fonte: SOUZA, 2013.

Na capital acontece a mesma coisa que no interior do Estado, o total de deficiências (2.640) é superior ao número de deficientes (2.313), já que há pessoas com deficiências múltiplas.

Tabela 8: Porcentual de deficientes por tipo de deficiência na capital

Motora	53,39%
Visual	16,08%
Auditiva	15,34%
Mental	29,31%
Múltiplas deficiências	14,12%

Fonte: SOUZA, 2013.

C – Fechamento global:

Dos 11.626 deficientes no estado de Sergipe 80,10% estavam no interior e somente 19,90% na capital.

Tabela 9: Porcentual de deficientes por tipo de deficiência em todo o Estado

Deficiência Motora	43,03%
Deficiência Visual	25,96%
Deficiência Auditiva	15,65%
Deficiência Mental	24,32%
Múltiplas deficiências	8,96%

Fonte: SOUZA, 2013.

É com o levantamento desses dados que o Governo, através da Secretaria de Estado da Educação, procurou formar grupos de ação; no entanto, essas ações não conseguiram contemplar a grande clientela existente. Dentre os motivos para o fracasso: a falta de políticas educacionais, de profissionais especializados e de recursos.

Depois de sofrer com as constantes alterações, de âmbito nacional, nos planos políticos e dos órgãos, a exemplo das mudanças do CENESP – SESP – CORDE, Sergipe decide criar o Centro de Educação Especial João Cardoso do Nascimento Júnior. Tal fato ocorreu no Governo de Antônio Carlos Valadares, em 1986, quando surgiram quatro ações ligadas à educação, sendo uma delas especificamente para a educação especial.

O Centro de Educação Especial é criado com o objetivo de atender aos deficientes, proporcionando-lhes sua integração na sociedade; coordenar ações desenvolvidas na área de educação especial; prestar assistência aos alunos inseridos no projeto de educação especial das classes especiais; quando necessário prestar atendimento individualizado; fazer o intercâmbio com as outras instituições do Estado e de outras da Federação; promover junto à Universidade Federal de Sergipe a capacitação de recursos humanos na área de Educação Especial; interferir junto às escolas de formação de magistério na reformulação do currículo, visando à introdução de disciplinas na área; promover estudos, pesquisas e programas; divulgar, sensibilizar e mobilizar a população para o problema dos deficientes.

O trabalho desenvolvido pelo Centro sempre procurou estar de acordo com o que pregava a Constituição em vigor, a de 1988. Além disso, propunha a integração do aluno com deficiência à rede regular de ensino, proposta esta que não foi cumprida na época e que ainda não acontece.

Segundo Souza, cabia ao Centro, e não só ao professor, dar suporte a muitos alunos que precisavam de estímulos em várias áreas; porém, esse suporte não aconteceu. Essa situação se estendeu até a criação da Divisão de Educação Especial e do Centro de Referência, em 1997. E é apenas com a criação desse Centro de Referência que o Centro de Educação Especial João Cardoso do Nascimento Júnior deixa de atuar na parte médica e concentra-se apenas na área educacional.

“A proposta do Centro de Referência é fazer o trabalho na escola, e o tratamento deve ser feito por orientação do professor. Somente quando necessário, o especialista atenderá, o que aumentaria o número de assistidos. O Centro procura trabalhar também a família e o professor, consequentemente a escola e a comunidade.” (Souza, 2013)

Quanto à atuação do Centro de Referência no interior do Estado, Souza (2013) diz que

“Para atender às necessidades do interior, o Centro de Referência criou as unidades de extensão em determinados pólos-DRs (Diretorias Regionais). (...) Com a criação das unidades de extensão em todos os pólos regionais, pretende-se fazer com que haja um pequeno Centro em cada região que poderá diagnosticar e assistir todas as crianças na capital e no interior.” (Souza, 2013)

É interessante observar que, até então, quando se falava em educação especial, falava-se também em diagnóstico e assistência médica, que eram as principais formas de atuação na época.

Em se tratando especificamente de Aracaju e do trabalho na área da Educação Especial, Souza afirma que ele só foi iniciado, de fato, em 1991, dez anos após o começo das iniciativas em prol dos deficientes. E não com a preocupação anterior de oferecer o serviço, mas, sim, de fazer a educação especial acontecer.

Esse período de desenvolvimento vai de 1991 a 1998 e foi nesse íterim que se deixou de trabalhar de maneira médica e passou-se a incentivar cursos, seminários e encontros abertos a fim de promover a capacitação dos professores e a sensibilização da comunidade escolar para “eliminar a segregação das crianças com deficiência, acreditando que a integração dos especiais no ensino regular é a melhor forma de estimular seu desenvolvimento” (Souza, 2013).

Para atender a tal proposta, o município de Aracaju não criou mais instituições de ensino, e sim salas de atendimento especializado em escolas de ensino regular, já existentes.

Foi, também, durante o período supracitado que surgiram várias instituições. Existiam as escolas “Caminhos do Saber”, Santo Inácio, Nossa Escola e a Alternativa que já vinham desenvolvendo trabalhos de inclusão com alunos

deficientes. Surgiram, ainda, as seguintes entidades: ASSE (Associação de Surdos de Sergipe) em 1991; Very Special Arts/SERGIPE, USA, em 1991; APADA/SE (Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe) em 1991; Centro Educacional Jacques Lurseyram em 1995; Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil, APABB, em 1996; Associação Sergipana dos Cidadãos com Síndrome de Down, CIDOW, em 1997 e a Associação Sergipana de Equoterapia, ASE em 1997.

É válido lembrar da existência, já desde 1981, de algumas ONG's que deram o pontapé inicial na luta em favor dos deficientes, mesmo que se preocupando inicialmente apenas com questões espirituais e emocionais: Movimento Fé e Luz, em 1981; FCD (Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes), em 1986; AMAS (Associação de Amigos dos Autistas), em 1987; Escola Especial "Jorge Bornhausen", em 1987 e a ADM/SE (Associação dos Deficientes Motores de Sergipe), em 1988.

Souza afirma que nesse período de 1991 a 1998 houve, também, em várias universidades do Estado o desenvolvimento de trabalhos voltados para a educação especial. E que o pontapé para isso foi o fato de a UFS oferecer cursos para a formação de profissionais, ministrados por cubanos, visando ao aperfeiçoamento do conhecimento não só dos professores da instituição de ensino em questão, mas também ao dos profissionais do Estado e Município.

Atualmente, segundo o Censo realizado em 2010 do IBGE, em Sergipe existem cerca de 500 mil pessoas que se declararam com algum tipo de deficiência, seja ela visual, motora, auditiva ou intelectual/mental. E é nesse cenário que o Governo Estadual quer implantar o "Plano de Ações Federal Viver Sem Limites" a fim de atender a esta parcela da população, avançando na equiparação de oportunidades e minimizando barreiras sociais.

O Plano Viver Sem Limites é recente, foi lançado em novembro de 2013 e tem como objetivo "promover a cidadania, a autonomia e o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade, eliminando barreiras e permitindo o acesso aos bens e serviços disponíveis a toda a população". (Site do Governo Federal, em 19/05/2014)

4.3. As barreiras arquitetônicas para o aluno deficiente

Segundo Santos, 2012, em sua dissertação a respeito da Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Física na UFS, é possível perceber que as leis não fazem valer o direito de ir e vir garantido constitucionalmente.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) foram apresentadas para o país como um princípio orientador de que todas as escolas devem se ajustar a todos os tipos de estudantes, seja qual for a condição física, mental, étnica ou cultural desse aluno. Com esse princípio, criou-se o conceito de “escola inclusiva” que, segundo Santos (2012), é aquela capaz de incluir crianças e jovens com necessidades educativas especiais em todas as modalidades e estruturas destinadas aos demais jovens.

Com vistas a analisar as barreiras arquitetônicas, faz-se necessário conceituá-las. Tal descrição é feita no Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001 que estabelece critérios e normas gerais para o combate de toda forma de discriminação, favorecendo à acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

“[...] barreira é “todo e qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.”” (BRASIL, 2004; apud; Mazzotta)

Ainda no Decreto nº 3.956 pode ser verificada a classificação dessas barreiras.

“a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de usos públicos;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e no interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras no transporte: as existentes nos serviços de transporte; e

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.” (BRASIL, 2004; apud; Mazzotta)

Verificaram-se algumas importantes intervenções a favor dos deficientes. A primeira delas foi a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre o apoio a pessoas com deficiência, sua integração social; sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, e institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas; disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Sobre essa lei, ainda incide o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 que a regulamenta.

É importante frisar a importância que teve a Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003 que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para a autorização e reconhecimento de novos cursos e credenciamento de instituições. Em prática, o documento ressaltou a necessidade de assegurar as condições básicas de acesso ao ensino, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino às pessoas com deficiência locomotora.

Os requisitos básicos citados acima são:

- “- eliminação de barreiras arquitetônicas para a circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;*
- reservas de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de ensino;*
- construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;*
- adaptação de portas e banheiros com espaço o suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;*
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;*

- instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura aos usuários de cadeiras de rodas;” (BRASIL, 2003; apud; Mazzotta)

Por fim, para orientar todas as intervenções a respeito da acessibilidade dos deficientes físicos, foi criada em 1983 a NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Não é uma norma recente, embora já tenha sofrido algumas revisões, a primeira em 1994; a segunda, mais recente, em 2004, quando se tornou mais completa. Essa Norma tem por objetivos:

“1.1 Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

1.2 No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como: próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.

1.3 Esta Norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

1.3.1 Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis.

1.3.2 Edificações e equipamentos urbanos que venham a ser reformados devem ser tornados acessíveis. Em reformas parciais, a parte reformada deve ser tornada acessível.

1.3.3 As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais devem ser acessíveis em suas áreas de uso comum, sendo facultativa a aplicação do disposto nesta Norma em edificações unifamiliares. As unidades autônomas acessíveis devem ser localizadas em rota acessível.

1.3.4 As entradas e áreas de serviço ou de acesso restrito, tais como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico etc., não necessitam ser acessíveis.” (NRB 9050/2004, ABNT)

Conclui-se então que, apesar da grande contribuição das outras leis, decretos e portarias, é na NBR 9050 que se garante a quebra das barreiras arquitetônicas existentes para todos os tipos de deficiência, não só nas escolas inclusivas, mas também em qualquer outro tipo de edificação.

5. REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS

Como referenciais arquitetônicos foram utilizadas duas instituições: o Colégio Dinâmico e o Colégio do Salvador. Ambos chamaram atenção pela boa setorização e, o Colégio do Salvador, destacou-se devido à preocupação com a acessibilidade.

Tanto o Colégio Dinâmico quanto o Colégio do Salvador possuem alunos do maternal ao ensino médio, por isso precisavam ter uma setorização eficiente dentro do ambiente escolar para que, por exemplo, os alunos do ensino médio não atrapalhassem o conforto dos alunos do maternal. As duas escolas têm os setores administrativo, de esporte e lazer e infantil muito bem definidos, com isso o funcionamento dessas instituições, apesar da enorme quantidade de alunos de faixa etária diferentes, mantém-se apropriado. Tal setorização se tornou um bom referencial para o Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte por causa, justamente, da necessidade que foi observada de se melhorar a setorização atual da escola.

Figura 1: Fachada do Colégio Dinâmico



Fonte: Google Earth, 2014

Já o Colégio do Salvador, principal referencial, destacou-se, além da setorização, pela acessibilidade proporcionada ao aluno com deficiência física. Tal aluno tem acesso a todos os pavimentos da escola por uma rampa. A escola possui banheiros adaptados, a entrada secundária é acessível a deficientes e não há desníveis que prejudiquem às pessoas com deficiência física.

A construção da escola é recente e, por isso, já possui muitos dos itens que a NBR 9050 exige. Entretanto, ao observar o Colégio do Salvador, foi verificado que, apesar de arquitetonicamente bem projetado, ainda existem algumas falhas quando se trata do mobiliário escolar: tapetes e capachos, mesas que não possuem altura adequada para o cadeirante, bancadas que não permitem a aproximação, bancos em áreas comuns que não são viáveis para cadeirantes, etc. São problemas que deveriam ser corrigidos.

Figura 2: Fachada do Colégio do Salvador



Fonte: Google Earth, 2014

Figura 3: Fachada lateral onde se posiciona a entrada acessível do Colégio do Salvador



Fonte: Google Earth, 2014

6. REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

Como referenciais metodológicos foram analisados três estudos feitos sobre a acessibilidade em escolas da rede municipal, estadual e em universidades.

O primeiro estudo tinha como objetivo analisar a acessibilidade, baseando-se em uma pesquisa na rede pública municipal de ensino de Frederico Westphalen, localizado no Rio Grande do Sul. Foram observados e mensurados, durante visitas, os espaços mais importantes dentro de 16 escolas do município, utilizando alguns requisitos das normas da ABNT.

As mensurações verificaram necessidades estabelecidas na NBR 9050 da ABNT para escolas, sendo elas: as instalações da escola desde o acesso de entrada, espaço de corredores, medidas das portas das salas de aula, medida das portas dos banheiros e se estes possuem barras de apoio, acesso à biblioteca e ao refeitório.

Os resultados da pesquisa de Bordignon, Canan e Piovesan (2011) revelam que apenas 25% dos acessos principais das escolas eram acessíveis, 100% apresentam corredores amplos, mas que, apesar disso, nenhuma possuía corrimãos nos corredores. 31% das escolas apresentaram largura de portas ideal e não há degraus na entrada; observou-se, também, que 19% dos banheiros possuem barras de apoio, embora não estejam de acordo com as normas. Na avaliação do acesso à biblioteca, apenas 25% delas eram acessíveis. Por fim, notou-se, na pesquisa, que

as escolas mais acessíveis eram construções recentes e que mesmo assim não atendiam a todas exigências colocadas pela norma.

O segundo estudo previa a avaliação do edifício escolar Fernando Gasparian, em São Paulo, a fim de conhecer o nível de satisfação dos alunos, professores, diretores e demais usuários em relação ao edifício.

O estudo realizado por Issa, Poltronieri e Ornstein não tinha como objetivo específico analisar a acessibilidade na escola, entretanto ele é um importante referencial pela metodologia aplicada: (1) Ponto de vista do especialista – Leitura dos projetos e *As Built, Checklists, Walkthroughs* e Observações; (2) Ponto de vista do usuário: Entrevistas/ Passeios Guiados, Questionários e Grupos Focais.

Os resultados de tais metodologias, no caso do edifício da escola Fernando Gasparian, foram comparados e interpretados em conjunto para que, confrontando as diversas informações levantadas, pudessem gerar um diagnóstico que abrangesse a identificação de diversos aspectos positivos e de outros a serem melhorados.

Ainda se observa que o *Checklist* foi um referencial metodológico para Remião (2012). Baseada na NBR 9050/2014 a autora produziu seu próprio *Checklist* com o objetivo de analisar a acessibilidade em instituições escolares. Esse *Checklist* com 55 itens de análise foi estruturado a partir de três pontos principais – acessibilidade do cadeirante ao chegar à escola, acessibilidade nos detalhes construtivos no interior da escola e a possibilidade de locomoção do cadeirante no interior da escola.

6.1. Metodologia Aplicada

No caso específico do Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte, como métodos principais de diagnóstico foram escolhidos o *Checklist* e o *Walkthrough* e, além desses métodos, houve um levantamento fotográfico e entrevistas com um cadeirante e com a coordenadora da escola para iniciar o processo de diagnóstico.

O primeiro método utilizado para o diagnóstico da escola foi um levantamento fotográfico com o objetivo de registrar alguns dos pontos principais da instituição como fachada, circulações, banheiros, salas de aula etc. Nesse primeiro contato com a escola já foi possível observar – e registrar – algumas falhas que a tornava inacessível a alunos com deficiência física.

Durante a mesma visita para realizar os registros fotográficos, foi solicitado à coordenadora, Sr.^a Nicolina Gonzaga de Oliveira Souza, que falasse não só sobre a escola como também da relação escola/alunos com deficiência em geral. Essa entrevista foi de grande importância para o trabalho, pois ficou explícita a realidade da escola.

A Sr.^a Nicolina informou que, dos 1.557 alunos matriculados em 2012, apenas nove desses alunos eram deficientes: 4 deficientes visuais totais, 1 deficiente visual parcial, 1 deficiente auditivo, 1 deficiente auditivo parcial e 2 com deficiência mental. Ao ser questionada, a entrevistada afirmou que, na escola, já houve uma aluna com deficiência física, parálitica, e que essa aluna cursou todo o ensino médio na instituição. Como a instituição não tem acessibilidade para deficientes físicos, as aulas da turma dessa aluna eram lecionadas no pavimento térreo da escola.

Segundo a coordenadora, o colégio não oferece nada ao aluno deficiente além da sala de recursos, mas acredita já ser o suficiente. Afinal, para ela, integrar o aluno com deficiência é colocá-lo nas mesmas situações que os outros alunos. A respeito da sala de recursos, a coordenadora esclareceu que se trata de uma sala equipada pelo MEC, na qual o aluno com deficiência pode utilizar aparelhos como notebook acessíveis e impressoras em braile. Entretanto, a sala de recursos, que deveria estar aberta durante todo o horário letivo de funcionamento da escola, encontrava-se fechada constantemente em algum dos turnos, para que os funcionários que trabalham ali possam fazer cursos oferecidos pela secretaria de educação do estado.

O passo seguinte da pesquisa foi uma segunda entrevista, desta vez com um cadeirante, o Sr. Everaldo Mota Melo, a fim de procurar entender a realidade de uma pessoa com deficiência física dentro do ambiente escolar.

Everaldo é estudante do curso de Letras e Espanhol na Universidade Federal de Sergipe e cursou todo o ensino infantil, fundamental e médio em escolas da rede pública. Segundo ele, não há consenso sobre o que é Inclusão e as escolas, ainda hoje, no Brasil, estão muito longe de uma realidade inclusiva. Ele expõe ainda que não há escola e nem ambiente preparados para receber um cadeirante. Para exemplificar, o Sr. Everaldo cita a dificuldade que tem para ir a um consultório médico, local frequentado por muitas pessoas com deficiência.

No decorrer da entrevista, o Sr. Everaldo mostra sua visão a respeito do campus universitário que frequenta. O local passou por recentes reformas para implantação de acessibilidade; segundo ele, entretanto, continua inacessível. O entrevistado menciona o exemplo do estudante cadeirante que não tem acesso aos pavimentos superiores dos departamentos, mesmo após a instalação dos elevadores, pois estes sempre estão quebrados. Outros exemplos dados são os problemas que o cadeirante tem com o mobiliário inacessível, com os tapetes e com as soleiras.

Outra questão levantada pelo Sr. Everaldo foi sobre o preconceito existente com as pessoas deficientes e do quanto seria importante a inclusão desde o ensino infantil, para que a criança já entenda que não há diferença além da incapacidade de andar, por exemplo. Ao chegar à universidade, o entrevistado sentiu muita dificuldade devido a essa falta de instrução das pessoas que se encontravam naquele ambiente. Para o Sr. Everaldo, as pessoas devem parar de ver os deficientes físicos como coitados e incapazes.

Depois de todas as análises preliminares foi produzido um *checklist* com base na norma da ABNT NBR 9050 voltado exclusivamente para o ambiente escolar. Com ele é possível analisar toda a estrutura de qualquer escola e verificar o quão adaptada ou não ela é.

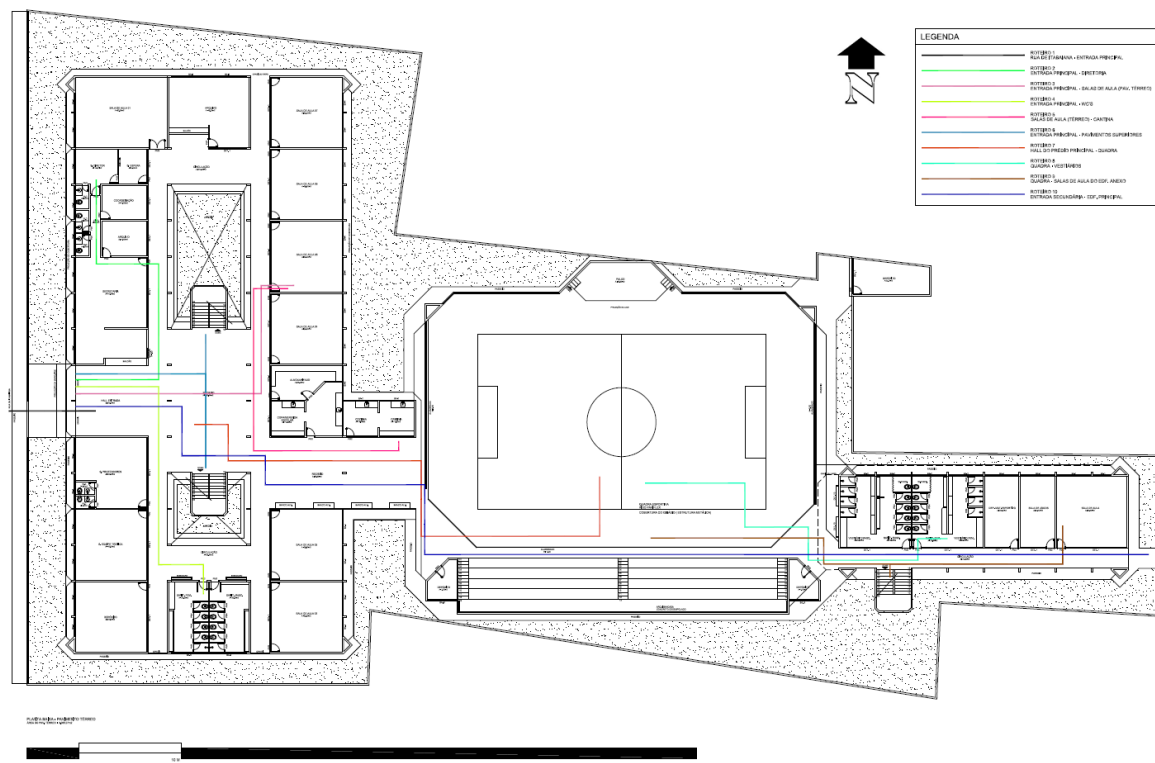
Deve-se atentar para o fato de que uma análise de acessibilidade leva em conta vários pontos, desde a infraestrutura para chegar à escola até o mobiliário. Diante deste fato, o *checklist* proposto tem uma separação por tipologias – acessos e circulação, mobiliário, instrumentos e dispositivos, comunicação e sanitários – a fim de facilitar o diagnóstico dos pontos de análise. Tal instrumento conta com 38

itens a serem verificados que tem como resposta: contempla, não contempla e contempla parcialmente.

Após a produção do *Checklist* foi produzido um *Walkthrough*, neste foram avaliados os dez principais roteiros que os alunos poderiam percorrer no seu dia a dia escolar. Para a aplicação desse método, levou-se uma cadeirante, a Srt^a Elisângela, para a escola a fim de que ela percorresse e avaliasse os percursos escolhidos. Todo esse procedimento foi gravado com o objetivo de registrar o material para análises posteriores.

O *Walkthrough* foi um elemento importante para a aplicação do trabalho, já que levou em conta, não só o que é requisitado pela NBR 9050, mas sim o que é significativo para o cadeirante.

Figura 4: Imagem da planta de Walkthrough



Fonte: Próprio autor, 2014.

7. ESTUDO DE CASO

7.1. Caracterização da escola

O Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte foi fundado em 02 de maio de 1995, durante o governo do Sr. (Prefeito) João Alves Filho e obteve a autorização para funcionamento na Resolução nº 194/CEE de 04 de outubro de 2008, segundo documentação da escola.

As atividades no Colégio foram iniciadas com o ensino fundamental maior completo, do 6º ao 9º ano, e com o ensino médio completo, funcionando em três turnos – manhã, tarde e noite – sob a direção do Sr. Gonçalo Flores Sobral.

No presente momento, o colégio trabalha apenas com alunos a partir do 9º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, já que o ensino fundamental menor, atualmente, é de responsabilidade do governo municipal, segundo o Artigo 1º da Lei nº 11.126 de 09 de fevereiro de 1998. Outra mudança ocorrida foi com relação à redução do horário de funcionamento da instituição que passou a ser apenas manhã e tarde.

Abaixo seguem dados da escola:

- a) Nome da escola: Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte
- b) Subordinação administrativa: Estadual
- c) CNPJ: 01.911.526/ 001-96
- d) Localização: Rua Itabaiana, nº 855, São José. Cep. 49010 – 170
- e) Ensino:
 - Fundamental:

Ato de autorização: Resolução nº 194/ 08 de 04/ 09/ 08

Ato de reconhecimento: Resolução nº 396/ 08 de 23/ 12/ 08
 - Médio:

Ato de autorização: Resolução nº 097/ 98 de 17/ 12/ 1998

Ato de reconhecimento: Resolução nº 396/ 08 de 23/ 12/ 2008
- f) Turnos de funcionamento: manhã e tarde
- g) Nº de salas de aula: 32 (térreo: 06; 1º andar: 16; 2º andar: 05; anexo:

- h) Corpo docente: 67 professores
- i) Nº de alunos: 1.557 estudantes (referência ano de 2013)
- j) Diretor: Marli Barreto Franco Cunha
- k) Coordenação: Elenilda Novais de Souza;

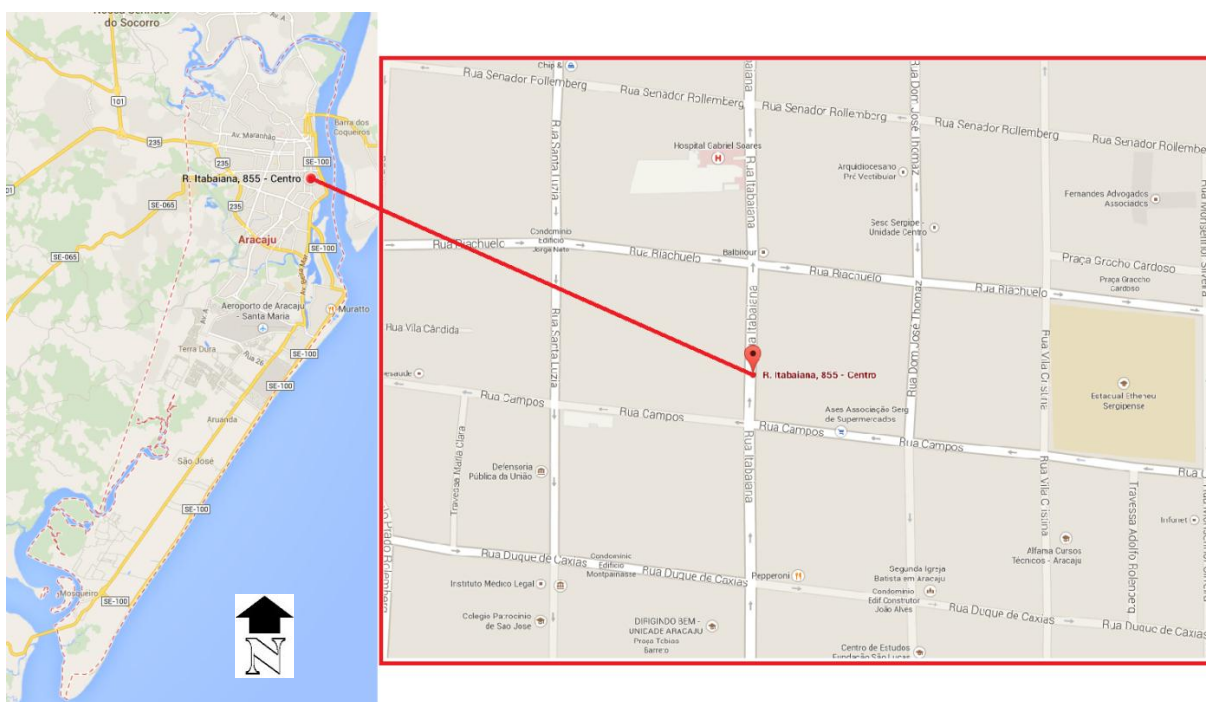
Nicolina Gonzaga de Oliveira Souza

Job Vieira de Menezes

7.2. O entorno

O Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte está implantado nas proximidades do centro da cidade de Aracaju, na Rua Itabaiana, Bairro São José, uma área predominantemente comercial e institucional. No seu entorno, de imediato, existem clínicas, um hospital, escolas técnicas, comércios e poucos edifícios residenciais. Inclusive, os lotes lindeiros ao da escola são, em sua maioria, comerciais.

Figura 5: Localização do Colégio Dom Luciano



Fonte: Próprio autor, 2014.

Por causa do entorno e por se tratar de uma via que liga a zona sul ao centro da cidade, o tráfego é de alta intensidade e difícil estacionamento. A mobilidade urbana dos usuários de transporte público também é um pouco prejudicada, já que

os ônibus passam apenas pelas Avenidas Ivo do Prado e Barão de Maruim, assim o cidadão que necessita desse tipo de transporte é obrigado a fazer um percurso ao longo de quatro quadras, com ruas movimentadas, para chegar à escola.

Na área existem calçadas, mas não há respeito às normas de acessibilidade nesta parte da cidade, especialmente por se tratar de um bairro antigo, o que resulta no prejuízo à circulação dos transeuntes, sendo eles deficientes ou não. Observa-se, também, a ausência de arborização nos passeios, apesar de haver uma praça onde predomina o verde – Praça Tobias Barreto – a três quadras da escola.

7.3. A escola

O complexo arquitetônico do Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte conta com dois edifícios e uma quadra coberta, com palco e arquibancadas para a acomodação dos alunos. Nota-se que a escola possui duas entradas, uma que é a principal na Rua Itabaiana; a outra, secundária, na Rua Dom José Tomás.

O edifício basal possui três pavimentos e é onde se localiza a principal entrada e fachada da escola. Nele estão localizados a administração, os laboratórios, o auditório, os banheiros e a maior parte das salas de aula. Sua fachada é revestida e frente às janelas possui brise-soleils para protegê-las da alta incidência solar no período da tarde, já que é voltada para o oeste.

Figura 6: Fachada da rua Itabaiana do Colégio Dom Luciano



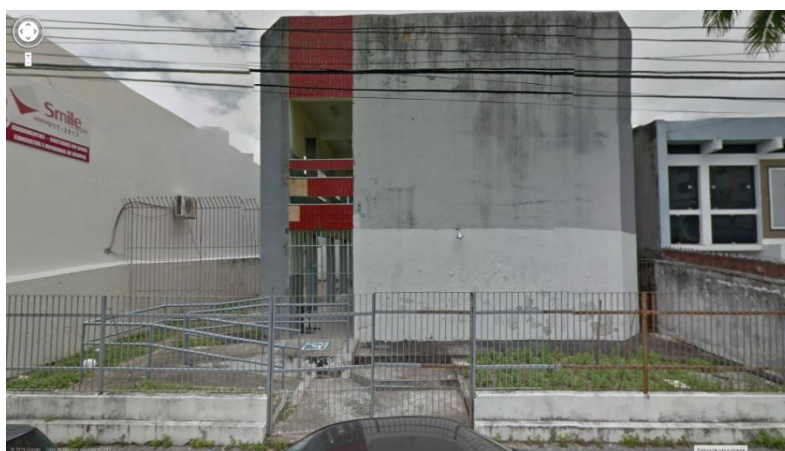
Fonte: Site Sou de Sergipe, 2013

O pavimento térreo desse prédio é composto por sete salas de aula, sala da diretoria, da coordenação, secretaria e arquivo; sala de professores, sala de equipe técnica, depósito, banheiros, almoxarifado, cantina e cozinha. Já o primeiro andar é constituído, todo ele, por dezesseis salas de aula de tamanhos variados, e quatro sanitários: dois masculinos e dois femininos.

No terceiro pavimento estão localizados os laboratórios de informática, física, química e ciências; o auditório, a biblioteca e a sala de vídeo. Além desses espaços, há, ainda, mais quatro sanitários e quatro salas de aula.

A segunda edificação é o anexo. Nele existem apenas dois pavimentos e sua fachada é voltada para a rua Dom José Tomás. Esse prédio, no primeiro pavimento, é composto por quatro salas; no térreo têm-se, além da sala da coordenação de educação física, sala de jogos, depósito de material esportivo e vestiários para atender as necessidades dos alunos que frequentam o ginásio esportivo.

Figura 7: Fachada da rua Dom José Tomás do Colégio Dom Luciano



Fonte: Google Earth, 2014.

O ginásio esportivo fica entre as duas edificações. Para que os alunos transitem de uma edificação para outra, faz-se necessário atravessar o ginásio por um corredor de circulação com 1 m de largura e 17 metros de comprimento. Esse corredor está situado entre o alambrado da quadra esportiva e a arquibancada, em cujas laterais localizam-se, também, os depósitos de matérias esportivos e, no lado oposto dessa mesma arquibancada, há um palco para as apresentações de eventos escolares. Observa-se, inclusive, que quando o palco é utilizado são distribuídas

cadeiras pela quadra para os espectadores, deixando a arquibancada em segundo plano.

7.4. Análise da infraestrutura da escola

Durante visita ao colégio, na manhã do dia 04 de fevereiro de 2014, foi feito um levantamento fotográfico buscando informações a respeito das suas atuais condições arquitetônicas. E, através dos registros feitos, pode-se afirmar que o colégio encontra-se em um elevado grau de degradação, apesar das reformas pelas quais estava passando.

O colégio, com sua fachada principal voltada para o oeste, recebe, no período vespertino, sol intenso, prejudicando o conforto dos alunos que ali estudam. A princípio, havia brise-soleils que promoviam a proteção dessa fachada contra a forte incidência solar. Atualmente existem apenas restos dessa proteção que está, por falta de manutenção, degradada.

Ao adentrar o colégio, nota-se que a falta de manutenção é ainda pior na parte interna. O ambiente é sujo – mesmo estando no período de férias escolares, quando, *a priori*, seria mais fácil a manutenção –, escuro e de difícil acesso às pessoas com deficiência física.

Como já foi citado anteriormente, na parte térrea da escola localizam-se o setor administrativo escolar e algumas salas de aula, mais a cantina, a quadra de esportes e as duas escadas de acesso para os pavimentos superiores do bloco principal e o acesso para o anexo da escola.

Durante a visita não foi possível o acesso à parte administrativa da escola, contudo foi observado que as salas de aula são escuras e as cadeiras e janelas quebradas; os sanitários fétidos, com vazamentos aparentes, assentos danificados e, trancada, a cabine do banheiro para o uso do deficiente físico trancada. As áreas de circulação não possuem nenhum instrumento para promover qualquer tipo de acessibilidade a alunos com deficiência, seja visual ou locomotora, pois as escadas são o único acesso para os outros pavimentos da escola.

Figura 8: Corredor de circulação



Fonte: Próprio autor, 2014.

Figura 9: Sala de aula no pavimento térreo



Fonte: Próprio autor, 2014.

Figura 10: Banheiro



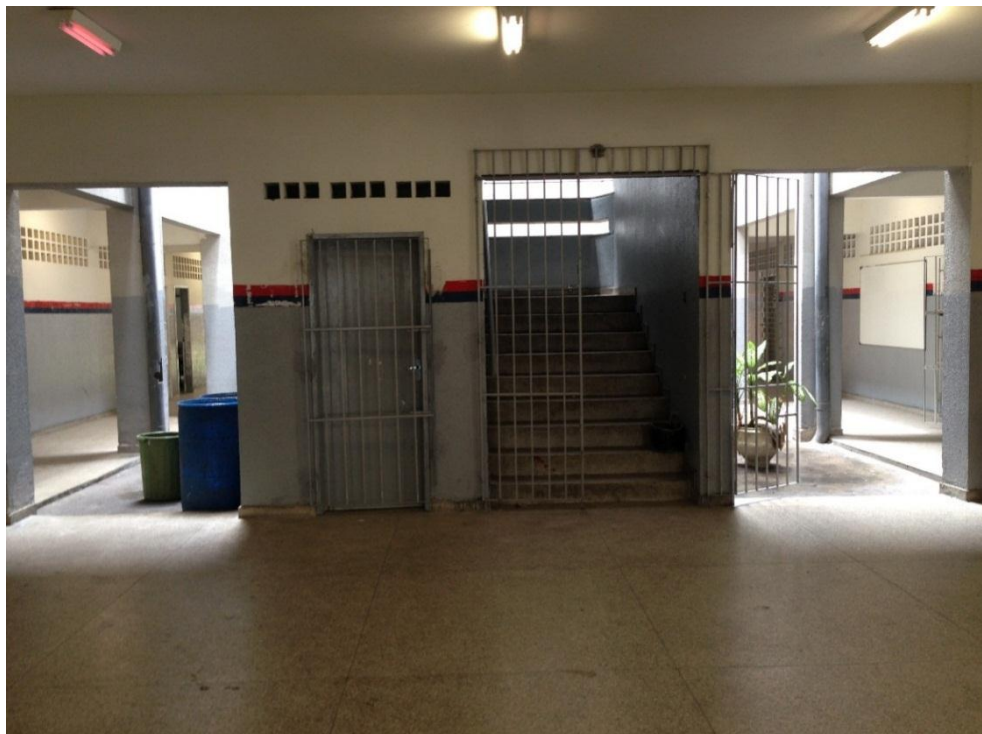
Fonte: Próprio autor, 2014

Figura 11: Porta da cabine do banheiro para deficientes



Fonte: Próprio autor, 2014

Figura 12: Escada de acesso para os pavimentos superiores da edificação principal da escola

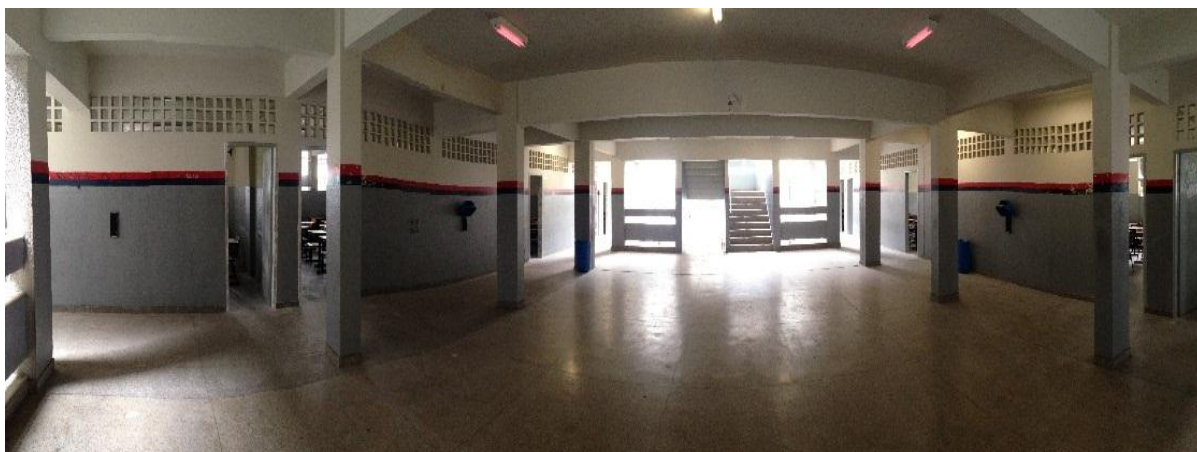


Fonte: Próprio autor, 2014

Nos pavimentos superiores da escola e no anexo a situação não muda. Os banheiros possuem as mesmas condições já descritas em todos os pavimentos. As

circulações não facilitam o tráfego de alunos com dificuldades de locomoção e as salas de aula também têm suas janelas e carteiras quebradas, além de ventiladores enferrujados.

Figura 13: Hall de circulação nos pavimentos superiores



Fonte: Próprio autor, 2014

Figura 14: Sala de aula nos pavimentos superiores



Fonte: Próprio autor, 2014

No último pavimento a situação é ainda pior; pois, se o aluno com deficiência conseguiu, de alguma maneira, chegar até o terceiro pavimento da escola, ele ainda precisará de ajuda para acessar o auditório, visto que esse acesso, com degraus, é único para qualquer aluno.

Figura 15: Acesso ao auditório no segundo pavimento



Fonte: Próprio autor, 2014

A respeito do anexo, deve-se observar que, para o seu acesso – sempre fechado – foi encontrado único instrumento de acessibilidade arquitetônica na escola, uma rampa adaptada para cadeirantes.

Caso o aluno deficiente queira entrar na escola pela entrada secundária, ou seja, pelo anexo, ele sentirá muitas dificuldades; pois, o caminho a ser percorrido começará na entrada principal da escola e seguirá por todo o quarteirão até as salas de aula do bloco anexo. Chegando a essa entrada, primeiro, o aluno passará por uma rampa que dá acesso à quadra e, logo em seguida, deverá atravessar o longo e estreito corredor localizado entre a quadra de esportes e a arquibancada. Acesso inconveniente não só para alunos com deficiência, como também para qualquer pessoa que precise transitar pelo local.

Figura 16: Corredor de acesso ao edifício anexo



Fonte: Próprio autor, 2014

É interessante observar, ainda, o seguinte: a porta, que liga a quadra ao anexo, está localizada junto à saída da quadra, prejudicando dessa forma o fluxo dos alunos; e esse prédio possui dois pavimentos cujo acesso entre eles é feito, como na edificação principal, por dois lances de escada, nada mais.

Figura 17: Saída da quadra e entrada do prédio anexo



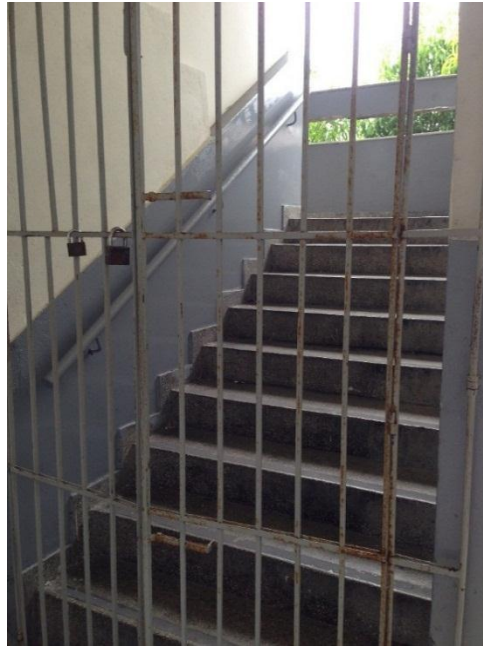
Fonte: Próprio autor, 2014

Figura 18: Corredor de circulação do prédio anexo



Fonte: Próprio autor, 2014

Figura 19: Escada de acesso para o pavimento superior do prédio anexo



Fonte: Próprio autor, 2014

O aluno do Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte sente dificuldades até no momento de lazer dentro da escola, porque além de a quadra estar danificada – seu piso está estragado e há goteiras em vários pontos, pondo em risco a segurança do estudante – e os pátios internos com jardins estão abandonados, o que impossibilita a convivência nesses locais.

Figura 20: Quadra da escola



Fonte: Próprio autor, 2014

Figura 21: Paisagismo deteriorado



Fonte: Próprio autor, 2014

Figura 22: Paisagismo e janelas em deterioração



Fonte: Próprio autor, 2014

Mesmo com todas as dificuldades aqui expostas, nenhuma providência foi tomada pelo governo. Na ocasião da visita, a escola estava passando por reformas, e, ao questionar funcionários sobre essa obra, a informação dada por eles é que haveria apenas retoque de pinturas, conserto de vazamentos, troca de algumas portas e conserto da fiação elétrica.

7.5. Análise da adequação das instalações da escola para os alunos com deficiência

Após a aplicação dos métodos de diagnóstico anteriores, foram empregadas as outras duas metodologias previstas: o *Checklist* e o *Walkthrough*.

Ao aplicar o *checklist* no Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte foi possível observar que essa instituição não possui problemas apenas nos seguintes itens: largura mínima para deslocamento em linha reta, lousa acessível e quantidade de sanitários adaptados. Dentre os 38 itens analisados, 27 deles obtiveram resultados negativos, ou seja, não foram contemplados e só 8 foram contemplados, parcialmente, são eles: dimensionamento de corredores, área de manobra para cadeira de rodas com deslocamento, área de manobra para cadeira de rodas sem deslocamento, pisos estáveis e antiderrapantes, entradas – incluindo passeios – acessíveis na escola, portas acessíveis e área de aproximação do mobiliário.

Na aplicação do *walkthrough* ficou visível a dificuldade da cadeirante para muitas tarefas dentro do Colégio. A princípio foi feito o trajeto da entrada principal à diretoria. Neste a cadeirante teve muita dificuldade devido ao estreitamento do corredor e das portas da área da direção e coordenação da escola. O segundo trajeto seguiu da entrada principal até o banheiro feminino térreo; no percurso não existiram dificuldades; entretanto, chegando ao banheiro, a cadeirante se deparou com um desnível causado pelo piso quebrado e com a sujeira da cabine para deficientes físicos, o que prejudicava a acessibilidade.

O terceiro percurso saiu, assim como os anteriores, da entrada principal da escola seguindo até as salas de aula do pavimento térreo. Nessas salas as dificuldades encontradas estão relacionadas a adaptação do mobiliário e aos

espaços de circulação no ambiente. Em seguida, a cadeirante saiu da sala de aula e foi em direção à cantina; suas dificuldades, agora, concentraram-se na aproximação do balcão de lanches e na altura dos porta-copos do bebedouro.

Os percursos que levariam a deficiente aos pavimentos superiores, tanto no anexo quanto na edificação principal, foram impraticáveis já que só é possível acessá-los pelas escadas.

Ao sair do hall do prédio principal da escola e seguir até a quadra, a cadeirante não sentiu dificuldades; todavia, entrar na quadra não foi tarefa fácil, muito menos transitar por ela. No seu acesso há restos de alvenaria no chão criando um obstáculo; além disso, o piso da quadra está deteriorado, várias partes já não o têm, colocando em risco a segurança de todos os alunos e profissionais que frequentam aquele local.

O percurso seguinte levava a cadeirante da quadra ao vestiário. Ao adentrar o vestiário foi observado que a cabine para deficientes não está adequada, que não há trocador para cadeirante e que, também, não existem chuveiros adaptados.

Por fim, foram feitos percursos da edificação anexa até o hall da edificação principal, na rua de Itabaiana, até o interior da edificação principal da instituição. No primeiro percurso, o cadeirante deveria atravessar um longo corredor de apenas um metro de largura entre a quadra e as arquibancadas. Já no segundo, o desafio era entrar na escola, pois a calçada da instituição é revestida de pedras portuguesas, possui desníveis e está deteriorada. A princípio a entrada de qualquer aluno cadeirante deveria ser feita pela entrada anexa, rua Dom José Tomás, mas essa única entrada com acessibilidade na escola é mantida trancada todo o tempo.

A partir de todas as informações levantadas, conclui-se que a escola, apesar de ter uma sala de recursos, não possui infraestrutura eficaz para o aluno com deficiência física. Para que esse aluno tenha uma melhor integração e realmente interaja com toda a comunidade escolar, faz-se necessário que haja várias intervenções para proporcionar-lhe não só o acesso aos espaços e ao mobiliário da escola, mas também uma vida escolar com melhor rendimento.

Observou-se inclusive a falta de estrutura também para alunos e funcionários que não têm qualquer deficiência. A escola, de fato, não possui estrutura satisfatória para as atividades que ali são exercidas.

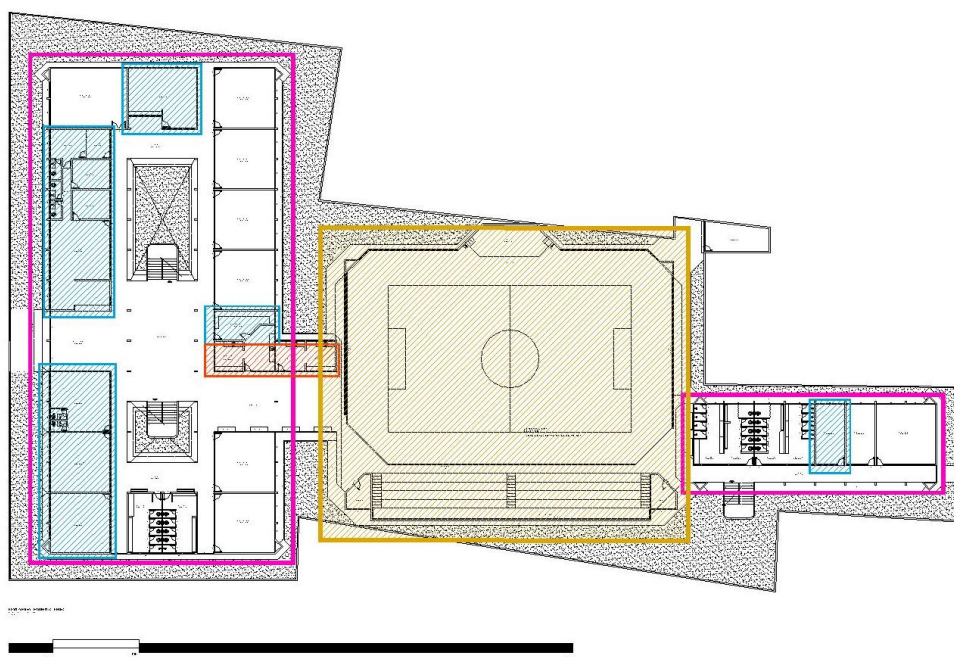
8. A PROPOSTA

A fim de promover melhorias na condição de trabalho e aprendizado para todos os que frequentam o Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte, este trabalho propõe algumas mudanças na estrutura física dessa instituição.

A primeira alteração sugerida foi a nova setorização da escola, o fato da instituição ter seu setor educacional separado pela área de lazer, em si, não seria um problema. Entretanto, o percurso feito pelos alunos para transitarem de um edifício a outro é estreito, longo e mal planejado e isso dispersa muito os alunos que param na área de lazer da escola e se atrasam para voltar às aulas depois dos intervalos, por exemplo.

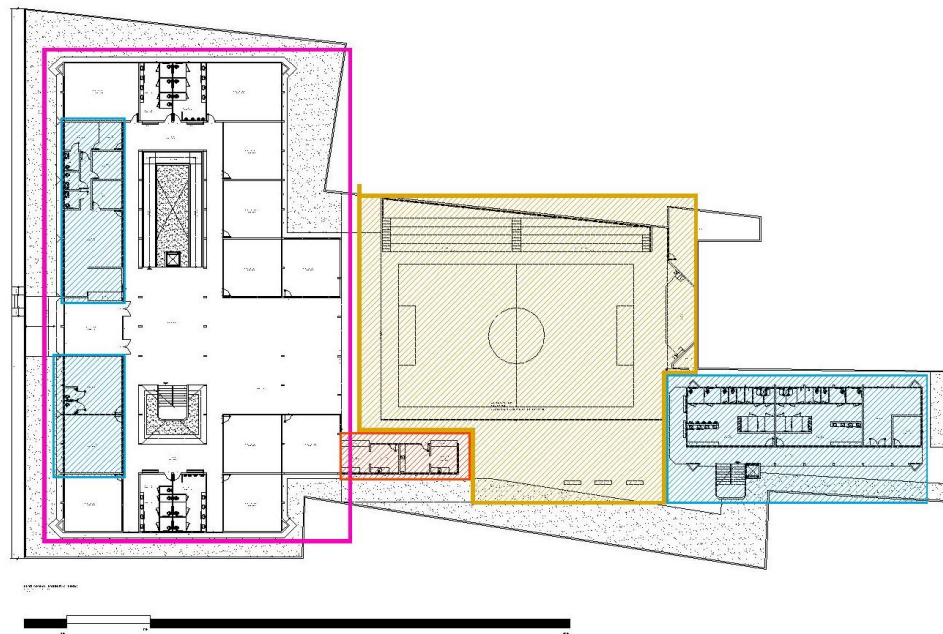
Nas imagens a seguir é possível visualizar a setorização atual e a nova proposta. Nas duas, a cor azul diz respeito à parte administrativa; a amarela, ao esporte e lazer; a laranja, a cantina e, a magenta, a parte educacional

Figura 23: Imagem da planta de setorização atual da escola



Fonte: Próprio autor, 2014

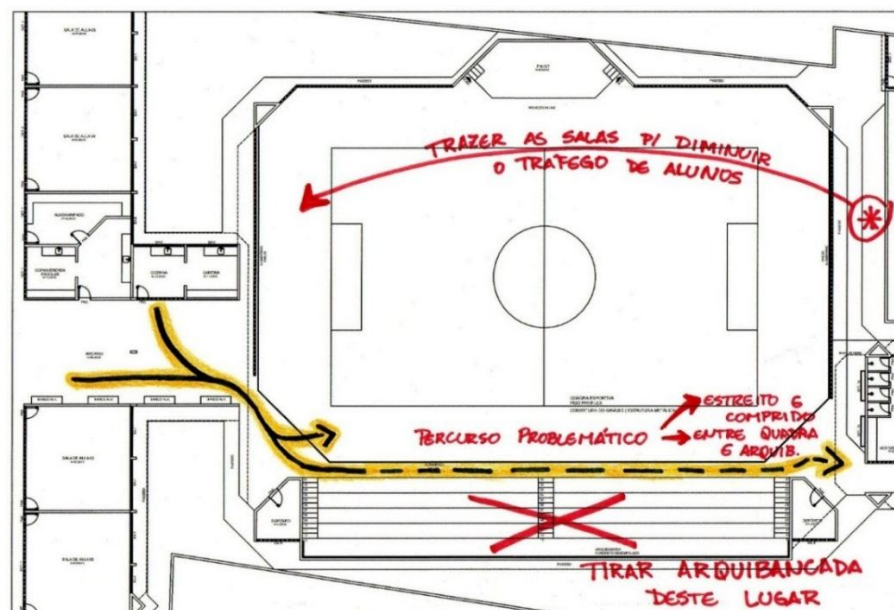
Figura 24: Imagem da planta de setorização proposta para a escola



Fonte: Próprio autor, 2014

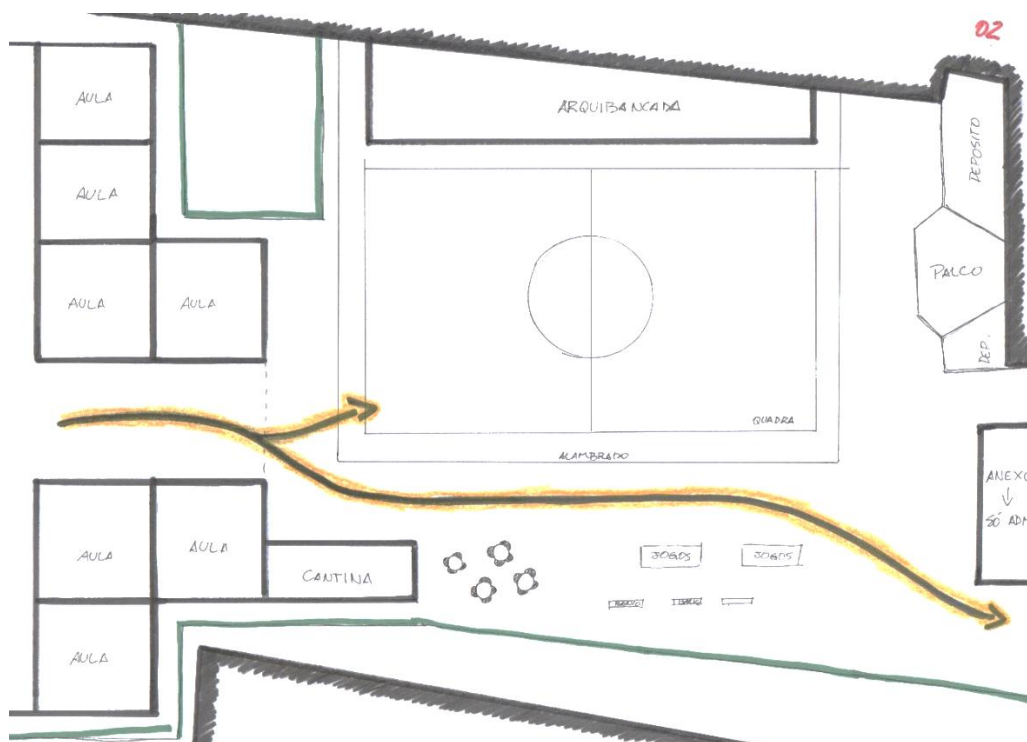
Para resolver esse problema de circulação entre os edifícios, foi sugerida a relocação da quadra esportiva, da arquibancada e do palco. Com isso, seria criado mais espaço de circulação e os alunos não transitariam mais entre quadra e arquibancada. Por consequência dessa mudança, verificou-se que existe espaço suficiente para construção de novas salas de aula.

Figura 25: Croqui de estudo da proposta 01



Fonte: Próprio autor, 2014

Figura 26: Croqui de estudo da proposta 02



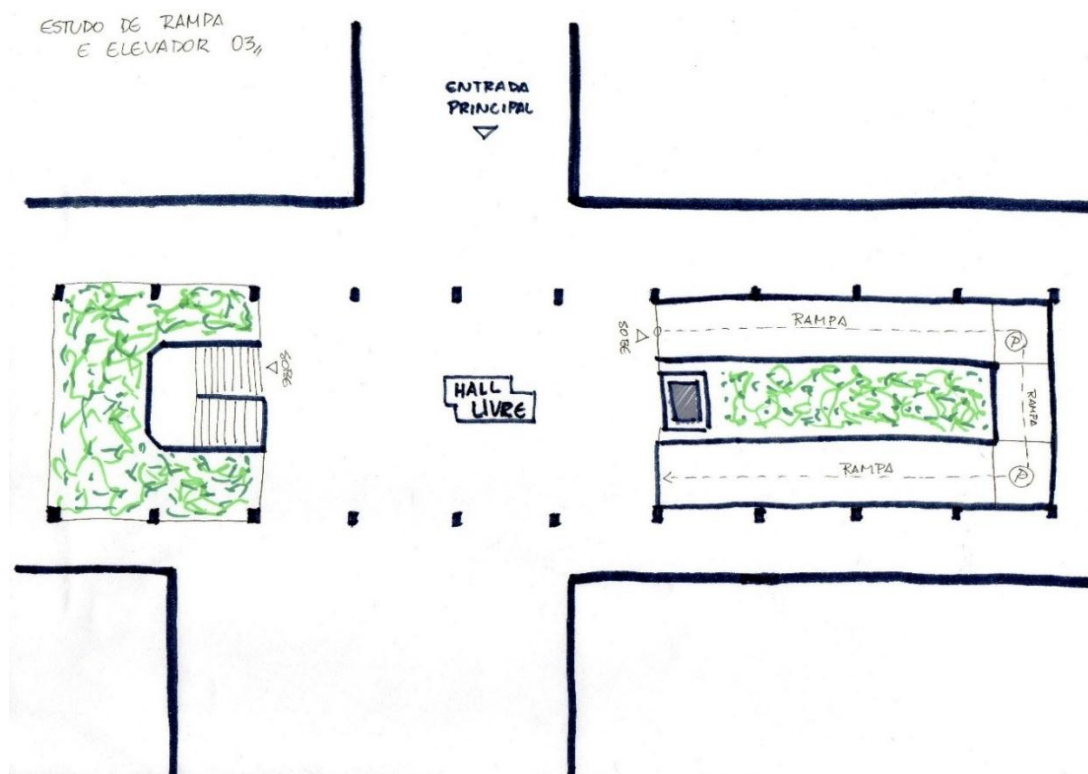
Fonte: Próprio autor, 2014

Com as novas salas de aula e com a redistribuição de outras salas e ambientes da escola, foi possível aumentar o número de salas de maneira que o anexo deixaria de ter um uso educacional e passaria a ter apenas uso administrativo. Tal situação solucionaria os problemas de setorização da escola de forma que ela passaria a ter três setores; um educacional; um, de esporte e lazer; e um administrativo.

Outra questão a ser resolvida é o acesso dos deficientes físicos aos pavimentos superiores, tanto no anexo, quanto na edificação principal. No caso da edificação principal, que passaria a concentrar todos os alunos, a instalação de uma rampa no local onde era uma das escadas foi viável e junto a ela foi previsto, também, um elevador, assim haveria três opções de acesso: uma escada, que foi mantida, um elevador e uma rampa. Já no caso do anexo, a instalação de uma rampa não foi viável. A área existente é insuficiente para uma rampa de qualidade. Se fosse instalada, ela deveria possuir ao menos 5 lances com uma inclinação que não era a ideal, ou seja, seria uma rampa incapaz de atender as necessidades dos alunos com deficiência e, até mesmo, de pessoas sem qualquer dificuldade locomotora. A solução encontrada para o anexo, que passaria a ser um edifício

apenas administrativo, foi a instalação de uma plataforma elevatória ao lado da escada existente.

Figura 27: Croqui de estudo da proposta 03



Fonte: Próprio autor, 2014

No Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte ainda existiam problemas com o acesso dos deficientes físicos em dois pontos: na entrada pela rua de Itabaiana e na área administrativa referente à direção e à coordenação da escola.

Na entrada da rua de Itabaiana, com o passeio de pedras portuguesas danificado e com níveis entre o passeio e a escola, era impraticável que um cadeirante conseguisse se deslocar com tranquilidade e adentrar a escola. A mudança e nivelamento do piso, na entrada e no passeio eram mudanças que tinham de ser feitas. Além disso se fazia necessária a instalação de uma rampa de acesso no passeio, mesmo não sendo um lote de esquina, para facilitar o embarque e desembarque de alunos com deficiência física. Quanto ao acesso dos alunos à direção e à coordenação da escola, foi sugerido uma ampliação nos corredores e portas ali existentes.

Para tornar a escola totalmente acessível a alunos com deficiência física, foi proposta uma reforma em todos os banheiros e vestiários e, além disso, era

essencial que o aluno conseguisse assistir à aula de maneira confortável, o que tornou necessário adaptações no mobiliário, a fim de que o aluno obtivesse o conforto e o alcance.

Ainda são necessárias alterações na escola para que a mesma atenda, com eficiência, os quesitos relacionados ao conforto ambiental e a outras deficiências (visual, tátil, auditiva etc.), como, por exemplo, a troca das janelas e dos brises soleils, a instalação de sinais visuais para alunos com deficiência auditiva e de pisos táteis para os com deficiência visual; entretanto, tais questões, por fugir do foco deste trabalho, não foram pontos de discussão no projeto.

Observa-se que as plantas produzidas estão no apêndice deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo a realização de um estudo sobre acessibilidade escolar em Sergipe, levantando questões e propondo soluções para os problemas encontrados na instituição escolhida como estudo de caso, o Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte.

Metodologias foram propostas a fim de que as avaliações da estrutura física das instituições fossem facilmente desenvolvidas e, como contribuição, tem-se o modelo de *checklist* desenvolvido em 38 itens, baseados na NBR 9050 e no Código de Obras de Aracaju, aplicáveis a qualquer escola de Sergipe.

De acordo com as pesquisas feitas, a realidade do aluno com deficiência física do Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte não é diferente da realidade de outros alunos de diferentes instituições. Infelizmente, embora exista legislação que trate dos aspectos técnicos para o projeto e implantação de acessos em ambientes públicos escolares, os usuários com deficiência física, muitas vezes, têm dificuldades para ter acesso a esses espaços, já que são construídos inadequadamente, ou até mesmo, não existem.

Apesar de haver preocupação e de existirem atitudes governamentais a respeito da inclusão social da pessoa deficiente na sociedade, este trabalho apresenta o quanto essas atitudes são superficiais. A pessoa deficiente, mesmo tendo sua vaga garantida por meio de cotas no Ensino Superior, não conseguiu sequer ter acesso à educação básica, pois falta-lhe não só a estrutura física como também a pedagógica.

Portanto, sem escolaridade, a pessoa com deficiência física continua excluída do processo escolar e do ambiente social. Sabe-se que este trabalho possui limites e lacunas, já que se restringe aos alunos com deficiência física e precisaria atingir não só a eles, mas também a todos os que têm alguma deficiência. Isso indica que novos estudos deverão ser realizados no sentido de contribuir com o processo de inclusão e, também, com a acessibilidade escolar do aluno com deficiência. Ressalta-se que, diante de todas as modificações indicadas no projeto, é importante verificar a viabilidade arquitetônica e financeira da proposta, devido à idade do edifício e à estrutura existente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula Aparecida Santini de; BUENO-BARTHOLOMEI, Carolina Lotufo. **ACESSIBILIDADE DE “CADEIRANTES” NO ESPAÇO DE ENSINO PÚBLICO: UNESP, CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP**. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BLOG DO COLÉGIO DOM LUCIANO. Acessado <coldomluciano.blogspot.com.br> em 03 de fevereiro de 2014 às 21:30h.

BORDIGNON, Karim Kaiomi de Oliveira; CANAN, Silvia Regina; PIOVESAN, Josieli. **Acessibilidade arquitetônica nas escolas municipais de Frederico Westphalen, para educandos com deficiência física**. Revista Contexto & Saúde. Editora Unijuí, v.10, p.123-132. Ijuí, 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Governo Federal. Disponível em < brasil.gov.br/saude/2012/11/plano-de-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-chega-a-sergipe>. Acessado em 09 de maio de 2014 às 08:44h.

BRASIL. Lei federal nº 11.126 de 09 de fevereiro d 1998

BRASIL. Lei federal nº 7.853 de 24 de outubro de 1989

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: 2008. 264 p.

COLÉGIO DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE - **Controle Geral de Informações**, 2013.

DALLARI, **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. Acessado <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/oque_e_cidadania.html> em 29 de janeiro de 2014 às 23:35h.

GODOFREDO, Vera Flor S. de. **Interação ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do Município do Rio de Janeiro**. MEC/ SEF. 1992.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT. Disponível em <ibc.gov.br>. Acessado em 25 de fevereiro de 2014 às 23:45h.

ISSA, Maíra Piccolotto; POLTRONIERI, Julyane Pereira; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Procedimentos para Avaliação Pós-Ocupação (APO) de Edifícios Escolares: O Caso da E.E. Fernando Gasparian, na cidade de São Paulo**.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <bengalalegal.com/blog>. Acessado em 27 de fevereiro de 2014 às 22:47h.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORNSTEIN, Sheila. **Avaliação pós ocupação (APO) do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

REMIÃO, Josiane Lopes. **Acessibilidade em Ambientes Escolares: Dificuldades dos Cadeirantes**. Porto Alegre, 2012.

RIBAS, João Baptista Cintra. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos, 89).

SANTOS, ANTONIO CARLOS NOGUEIRA. **Acessibilidade da pessoa com deficiência física: O caso da Universidade Federal de Sergipe – Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos**. São Cristóvão, Sergipe. 2012.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. Disponível em <seed.se.gov.br>. Acessado em 03 de fevereiro de 2014 às 20:45h.

SOUZA, Rita de Cássia Santos. **Educação Especial em Sergipe (Séc. XX): uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju: Criação, 2013.

APÊNDICE A – Checklist desenvolvido para diagnóstico de escolas.

TIPOLOGIAS	REFERÊNCIA	PONTOS DE ANÁLISE	CONTEMPLA	NÃO CONTEMPLA	CONTEMPLA PARCIALMENTE
ACESSOS E CIRCULAÇÃO	NBR 9050	A largura mínima de 90 cm para deslocamentos em linha reta de pessoas em cadeira de rodas é respeitado? <i>Não devem existir deslocamentos em linha reta, a exemplo de corredores, menores que 90 cm.</i>			
	NBR 9050	Existem obstáculos isolados no percurso dos cadeirantes? Se sim, qual a extensão deles? <i>Até 40 cm deve-se ter um mínimo de 80 cm entre eles para a passagem de um cadeirante, acima disso devem possuir 90 cm.</i>			
	NBR 9050	Os corredores da escola estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas e seu comprimento? <i>Corredores de uso comum com extensão entre 4 e 10 metros são de 1,2m.</i>			
	NBR 9050	A manobra da cadeira de rodas sem deslocamento é possível? <i>Para rotação de 90° é necessário um espaço mínimo de 1,20 x 1,20 m, para 180° precisa-se de 1,20 x 1,50m e para 360° aplica-se o diâmetro mínimo de 1,50 m.</i>			
	NBR 9050	No ambiente existente é possível que o cadeirante se movimente se já estiver em deslocamento? <i>Para deslocamento com ângulo de 90° é necessário que o corredor tenha no mínimo 90 cm de largura e que os percursos para a curva comecem com 1,60 m e finalizem com 2,00 m. Para uma deslocamento de 180° precisa-se de 1,90 x 1,50 m. Há ainda dois outros casos quando existem dois ângulos de 90° consecutivos: no primeiro, se o percurso intermediário tiver entre 60 cm e 120 cm os corredores devem ter, no mínimo, 105 cm; no segundo caso, se o percurso intermediário for maior ou igual a 120 cm os corredores terão, no mínimo, 90 cm.</i>			
	NBR 9050	O cadeirante tem condições de fazer a transferência da cadeira de rodas para outros assentos? <i>Para tal movimentação ser possível é necessário que seja respeitado o módulo de referência colocado pela norma NBR 9050, ou seja, deve haver um espaço de 80 x 120 cm junto ao local de transferência e este deve ter a mesma altura que a cadeira de rodas (49 a 53 cm).</i>			
	NBR 9050	Os pisos aplicados nos diversos ambientes da escola são regulares, firmes, estáveis e antiderrapantes? <i>Tais pisos não</i>			

		<i>devem provocar trepidação de cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê, por exemplo.</i>			
	NBR 9050	Existem pisos táteis direcionais e de alerta na escola?			
	NBR 9050	Existem desníveis maiores do que 5mm; grelhas e juntas de dilatação; tampas de caixa de inspeção ou de visita; capachos, forrações, carpetes ou tapetes nas circulações? <i>Tais instrumentos atrapalham o deslocamento das cadeiras de rodas.</i>			
	NBR 9050	As entradas da escola, incluindo passeios, são acessíveis?			
	NBR 9050	As rampas foram implantadas corretamente? <i>Para ajustar alguns desníveis, ou, até mesmo, para promover o deslocamento de cadeirantes entre pavimentos é necessária a implantação de rampas.</i>			
	NBR 9050	As portas são acessíveis? <i>A largura mínima para portas onde passarão deficientes é de 80 cm, além disso, deve-se observar se as maçanetas são apropriadas, se elas possuem chapas metálicas para proteção e se a abertura da porta está de acordo com a necessidade.</i>			
	NBR 9050	Existe ao menos uma rota acessível que ligue o acesso dos alunos a área administrativa da escola? <i>Todos os ambientes da escola devem ser acessíveis.</i>			
MOBILIÁRIO	NBR 9050	O cadeirante consegue aproximar-se de qualquer tipo de mobiliário? <i>Para isso deve ser respeitado o módulo de referência já citado e sobre ele deve avançar entre 25 a 50 cm em função da atividade a ser desenvolvida.</i>			
	NBR 9050	A altura do alcance frontal de um cadeirante é respeitada? <i>A altura ideal fica entre 100 e 115 cm.</i>			
	NBR 9050	O mobiliário é adequado para cadeirantes? <i>No caso da escola, as carteiras devem ter mesa e cadeiras separadas para que haja a possibilidade do encaixe da cadeira de rodas.</i>			
	NBR 9050	A altura e largura das superfícies de trabalho são adequadas? <i>A altura entre a superfície inferior da estação de trabalho e o chão deve ser de 73 cm, a altura do chão a superfície superior deve ser de 75 cm e a medida da superfície de trabalho ideal é de 100 x 40 cm.</i>			
	NBR 9050	A quantidade mínima de lugares reservados a cadeirantes, pessoas obesas e pessoas de mobilidade reduzida é			

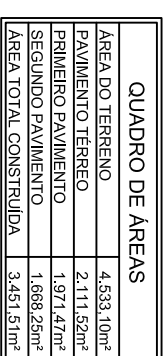
		respeitada em auditórios e salas de reunião?			
	NBR 9050	As cadeiras para pessoas obesas e pessoas com mobilidade reduzida citadas acima estão corretamente dimensionadas e posicionadas? <i>As cadeiras devem ter um afastamento mínimo entre elas para facilitar o deslocamento dos que a utilizarão.</i>			
	NBR 9050	Nas salas de aula o 1% do total das mesas que devem ser acessíveis a alunos que sejam cadeirantes foram respeitados?			
	NBR 9050	As lousas são acessíveis e estão instaladas a uma altura inferior máxima de 90 cm do piso?			
	NBR 9050	Todos os elementos do mobiliário interno são acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo?			
INSTRUMENTOS E DISPOSITIVOS	NBR 9050	As empunhaduras, a exemplo de barras de apoio e corrimãos, estão de acordo com a NBR 9050? <i>Elas devem ter de 3 a 4,5 cm de diâmetro e devem afastadas 4 cm da parede.</i>			
	NBR 9050	Os corrimãos estão instalados corretamente nas escadarias e rampas da escola?			
	NBR 9050	Os corrimãos atendem as necessidades dos cadeirantes e outros tipos de deficientes? <i>Eles devem ser produzidos de material rígido, ter um afastamento mínimo da parede, possuir duas alturas de apoio e suas extremidades devem ser curvas.</i>			
COMUNICAÇÃO ⁶	NBR 9050	Existem formas de comunicação e sinalização na escola? Visual, sonora e tátil? <i>É essencial que qualquer edificação possua meios de comunicação e sinalização para garantir a segurança e informar a qualquer usuário.</i>			
	NBR 9050	Os símbolos internacionais de pessoas com deficiência auditiva, de acesso ou cegueira foram aplicados corretamente? <i>Símbolo de acesso é usado em entradas; áreas de vagas de estacionamento de veículos; áreas acessíveis de embarque e desembarque; sanitários; áreas de assistência para resgate, de refúgio e saídas de emergência; áreas reservadas para pessoas em cadeiras de</i>			

⁶ Observa-se que ainda existem na norma, recomendações a respeito de outros tipos de sinalização, para diversos tipos de deficientes, que ainda devem ser contemplados.

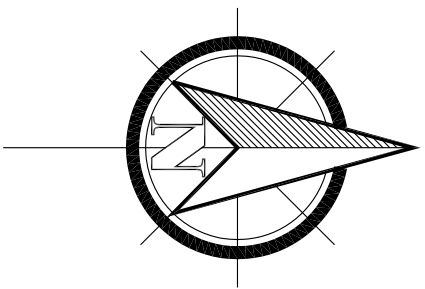
		<i>rodas e equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência. O símbolo de pessoas com deficiência visual (cegueira) é usado para indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual. E o símbolo de pessoas com deficiência auditiva (surdez) deve ser utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva (surdez).</i>			
	NBR 9050	Além da simbologia supracitada, a simbologia complementar, aquela usada para indicar as facilidades existentes na edificação, também foi corretamente utilizada? São símbolos internacionais de sanitários, acessíveis ou não, símbolos de circulação e símbolos de comunicação.			
	NBR 9050	Na sinalização visual os textos de orientação (textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta e utilização) estão escritos em braile, também?			
SANITÁRIOS	CÓDIGO DE OBRAS DE ARACAJU	Existe na escola quantidade suficiente de vasos sanitários, lavatórios e mictórios?			
	NBR 9050	É respeitada a porcentagem mínima de vasos sanitários, mictórios e lavatórios reservados para cadeirantes? 5% do total de cada peça deve ser adaptado para pessoas cadeirantes.			
	NBR 9050	As dimensões das cabines de vasos sanitários foram aplicadas?			
	NBR 9050	Tais cabines possuem barras e instrumentos facilitadores para o uso dos cadeirantes? Se sim, eles foram instalados corretamente?			
	NBR 9050	Em se tratando de vestiários, existem cabines para banho e para troca de roupas adaptadas a deficientes?			
	NBR 9050	Nas cabines para banho e troca de roupa adaptadas foram instalados os instrumentos facilitadores e barras de apoio? Se sim, foram instalados corretamente?			
	NBR 9050	Os lavatórios possuem barras para facilitar a aproximação do cadeirante?			
	NBR 9050	O módulo de referência para aproximação dos cadeirantes foi respeitado? É necessário que haja uma dimensão mínima			

		<i>livre para permitir a aproximação do cadeirante aos dispositivos do banheiro (Lavatórios, mictórios, vasos, etc.).</i>			
	NBR 9050	Dispositivos como espelhos, papeleiras, cabideiros, porta papéis higiênicos e etc. foram instalados de forma acessível a cadeirantes?			

**APÊNDICE B – Pranchas com o desenvolvimento da proposta de reforma no
Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte**



SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
CONSTRUTORA E ACESSORIA ALMEIDA LTDA



QUADRO DE ÁREAS	
ÁREA DO TERRENO	4.503,10m²
PAVIMENTO TERRENO	2.111,52m²
PÁVIMENTO PAVIMENTO	1.501,47m²
SEGUNDO PAVIMENTO	1.028,22m²
ÁREA TOTAL CONSTRUIDA	2.451,51m²

LEGENDA		CLASIFICACION DE ESQUADRAMENTO		
	ANÁLISIS	PERÍODO	TIPO	
DET-1	3,00	0,50	2,50	CONCRETO
DET-2	3,00	1,00	3,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-3	3,00	1,50	3,50	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-4	3,00	2,00	4,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-5	6,00	1,00	1,50	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-6	6,00	1,50	2,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-7	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-8	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-9	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-10	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-11	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-12	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-13	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-14	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-15	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-16	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-17	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-18	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-19	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-20	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-21	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-22	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-23	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-24	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-25	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-26	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-27	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-28	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-29	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-30	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-31	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-32	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-33	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-34	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-35	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-36	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-37	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-38	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-39	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-40	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-41	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-42	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-43	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-44	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-45	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-46	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-47	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-48	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-49	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-50	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-51	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-52	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-53	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-54	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-55	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-56	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-57	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-58	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-59	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-60	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-61	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-62	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-63	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-64	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-65	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-66	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-67	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-68	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-69	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-70	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-71	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-72	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-73	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-74	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-75	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-76	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-77	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-78	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-79	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-80	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-81	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-82	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-83	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-84	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-85	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-86	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-87	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-88	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-89	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-90	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-91	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-92	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-93	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-94	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-95	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-96	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-97	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-98	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-99	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-100	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-101	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-102	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-103	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-104	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-105	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-106	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-107	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-108	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-109	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-110	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-111	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-112	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-113	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-114	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-115	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-116	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-117	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-118	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-119	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-120	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-121	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-122	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-123	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-124	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-125	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-126	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-127	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-128	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-129	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-130	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-131	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-132	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-133	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-134	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-135	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-136	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-137	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-138	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-139	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-140	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-141	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-142	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-143	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-144	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-145	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-146	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-147	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-148	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-149	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-150	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-151	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-152	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-153	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-154	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-155	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-156	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-157	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-158	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-159	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-160	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-161	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-162	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-163	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-164	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-165	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-166	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-167	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-168	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-169	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-170	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-171	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-172	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-173	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-174	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-175	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-176	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-177	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-178	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-179	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-180	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-181	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-182	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-183	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-184	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-185	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-186	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-187	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-188	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-189	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-190	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-191	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-192	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-193	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-194	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-195	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-196	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-197	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-198	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-199	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-200	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-201	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-202	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-203	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-204	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-205	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-206	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-207	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-208	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-209	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-210	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-211	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-212	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-213	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-214	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-215	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-216	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-217	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-218	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-219	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-220	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-221	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-222	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-223	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-224	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-225	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-226	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-227	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-228	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-229	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-230	3,00	1,00	1,00	ACERO-BLOQUE VIGENTE
DET-231				

CUADRO COMPARATIVO 01	
LEVANTAMIENTO CADASTRAL	51
SAS DE ALIAS COMPLETANTES	06
TOTAL	20
SAS DE ALIA	30
SAS DE ALIAS COMPLETANTES	06
TOTAL	36

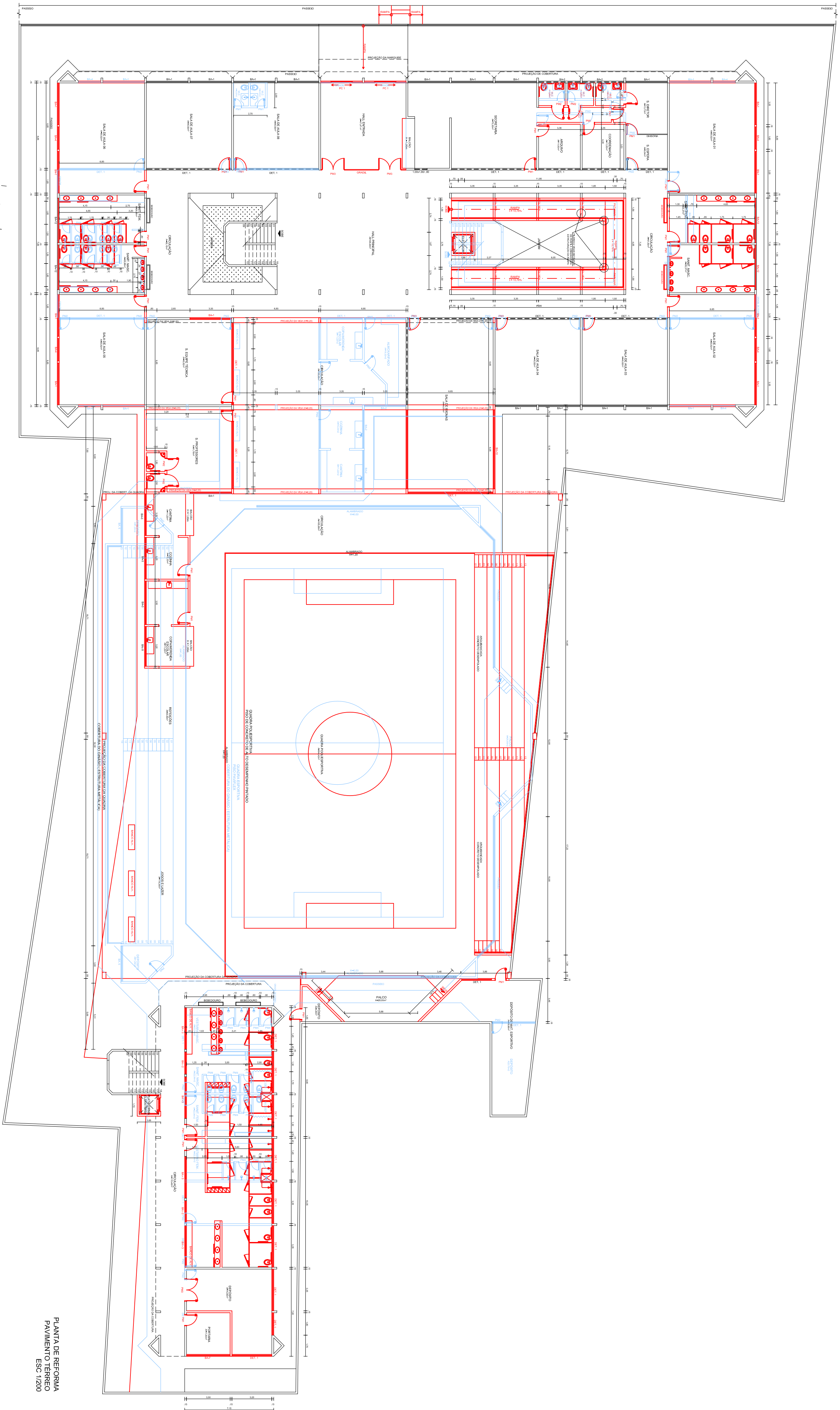
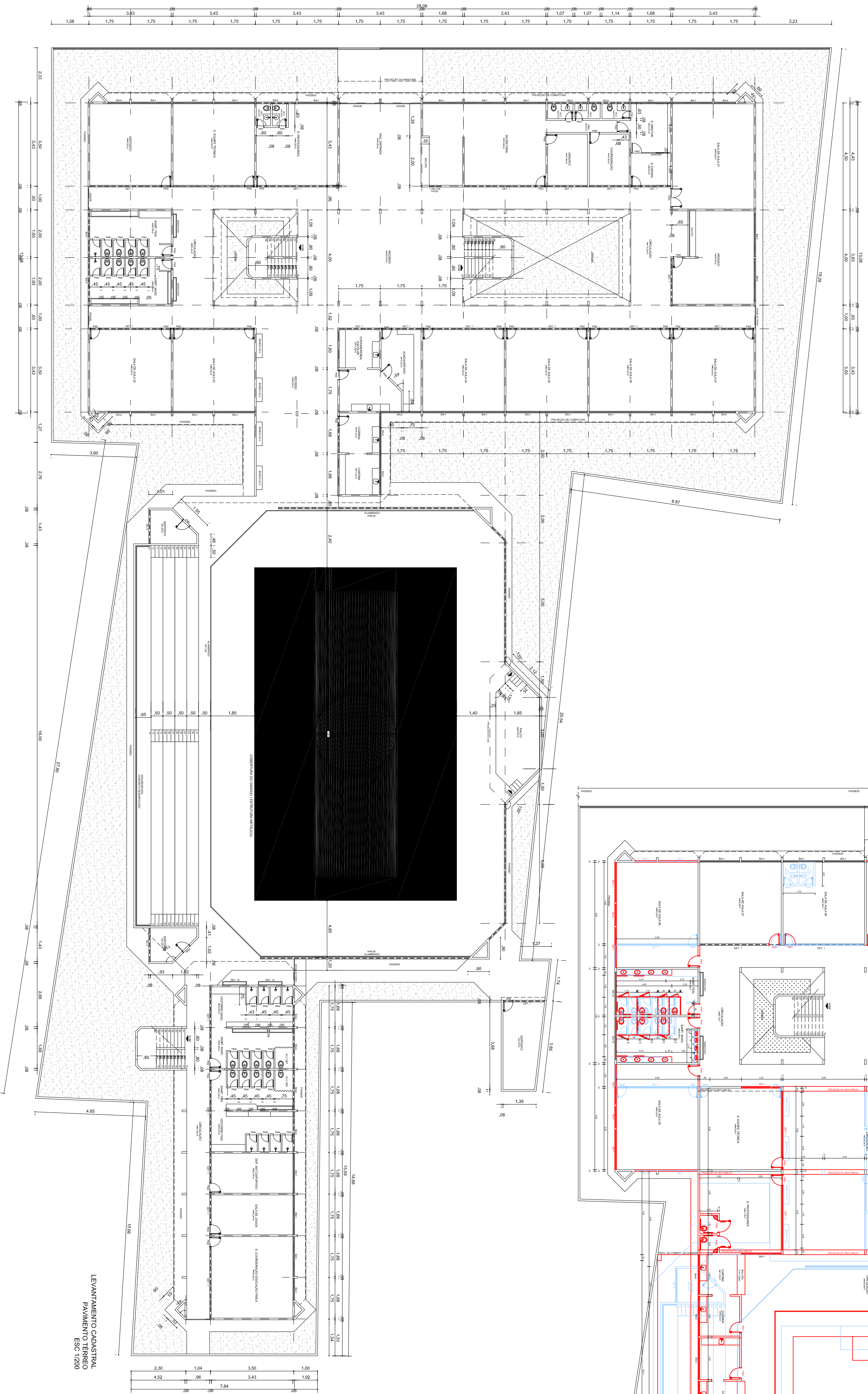
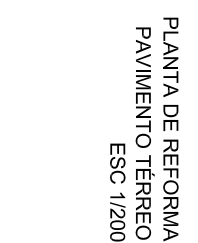
QUADRO COMPARATIVO Q2	
LEVANTAMENTO CADASTRAL	SALAS DE ALUA
	30 44,62 m ²
PROJETO ARQUITETÔNICO	SALAS DE ALUA
	06 73,80 m ²
SALAS DE ALUAS COMPLETAS	01 10,54 m ²
	31 44,62 m ²
SALAS DE ALUA	10 44,62 m ²
	12 50,02 m ²
SALAS DE ALUAS COMPLETAS	08 48,91 m ²
	32 48,91 m ²
SALAS DE ALUAS COMPLETAS	51 24,50 m ²
	52 24,50 m ²

LEGENDA:

DEMOLI

CONSTF

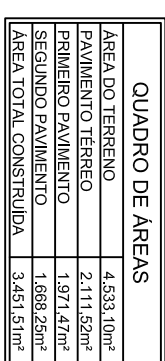
NOTA:
- P.E. DIRETTO: 3,10mm



LEVANTAMENTO CADASTRAL
PAVIMENTO TÉRREO
ESC 1/200

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS	
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO COLÉGIO DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE	
LEVANTAMENTO CADASTRAL E PLANTA DE REFORMA	
PROJETO:	RUJA ITAIPAVANA, 855, BARRIO SÃO JOSÉ, ARACAJU/SE.
ALUNO(A):	ITAIANA DE OLIVEIRA FERREIRA
ORIENTADOR(A):	PROF. MSc. RAONI KOHLER
DATA:	21/10/2014
PERÍODO:	SETEMBRO / 2014
ESCALA:	1 / 100
PRIMEIRO NOME:	21

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
CONTRÓRIA E ACESSÓRIA ALMEIDA, LUIZA



QUADRO COMPARATIVO 01	
SEGUIMENTO CADASTRAL	31
SALAS DE ALA	06
SALAS DE ALAS COM FUENTES	30
TOTAL	36
SALAS DE ALA	06
SALAS DE ALAS COM FUENTES	06
TOTAL	36

QUADRO COMPARATIVO Q2		
PROJETO PROPÓSITO	SALAS DE ALTA	301 44,55 m²
	LEVANTAMENTO CADASTRAL	302 20,80 m²
	SALAS DE ALTAIS COMUMS EXTERNI	005 20,80 m²
		311 20,20 m²
		31 115,24 m²
	SALAS DE ALTA	311 44,55 m²
		31 44,55 m²
		37 60,25 m²
	SALAS DE ALTAIS COMUMS EXTERNI	006 14,91 m²
		37 58,97 m²
31 280,00 m²		

NOTA:
- PÉ-DIREITO: 3,10m



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO COLÉGIO
DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE

PLANTA ARQUITETÔNICA E PLANTA DE LAYOUT

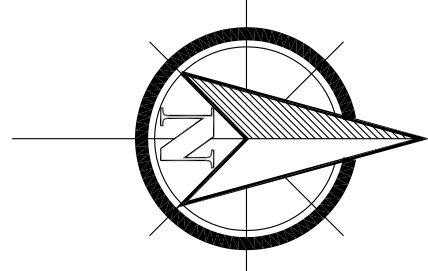
ENDEREÇO:	RUA ITABAIANA, 855. BAIRRO SÃO JOSÉ. ARACAJU/SE.	
ALÍNEA:	DATA:	P:

TATIANA DE OLIVEIRA FERREIRA
SETEMBRO / 2014

ORIENTADORA:	ESCALA:
PROF. MSc. RAQUEL KOHLER	1 / 100

CRÉDITOS DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO EXISTENTE:

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
CONSTRUTORA E ACESSORIA ALMEIDA LTDA



QUADRO DE ÁREAS	
ÁREA TOTAL	1.113,00 m²
ÁREA DE CONSTRUÇÃO	1.113,00 m²
ÁREA DE PAVIMENTO	1.113,00 m²
ÁREA DE COBERTURA	1.113,00 m²

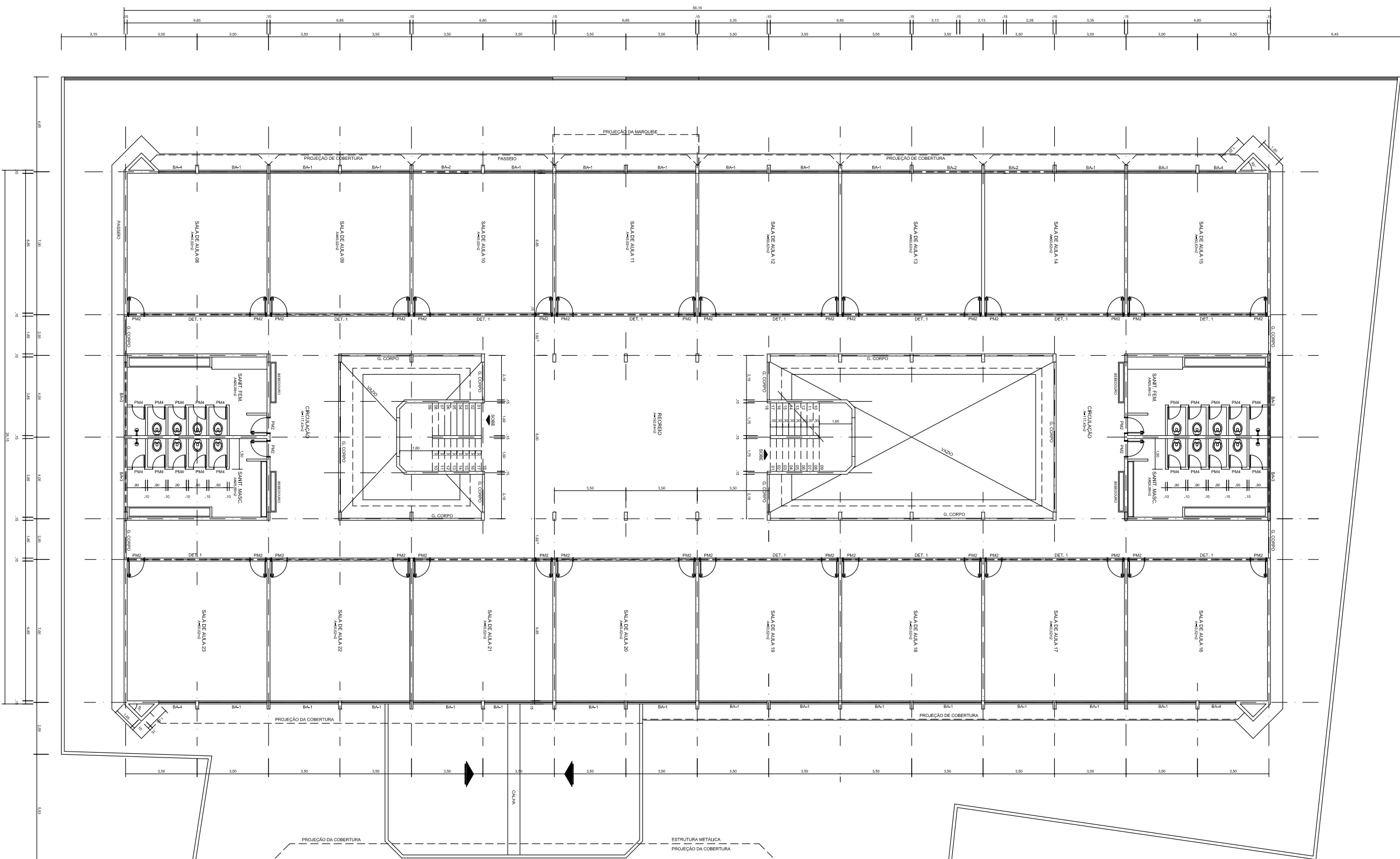
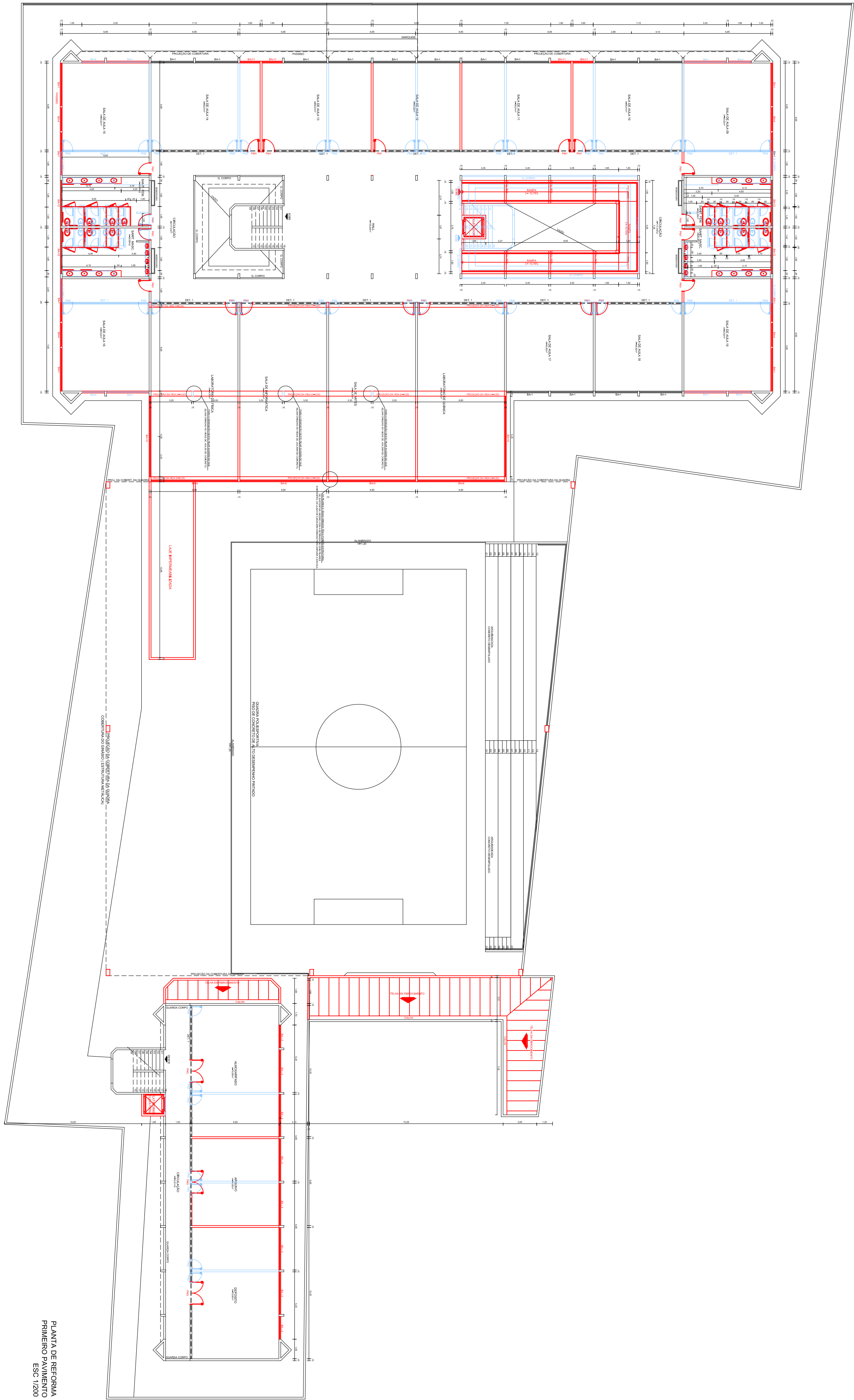
QUADRO DE ESQUADRIAS	
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA
1.1.1.1	1.113,00 m²
1.1.1.2	1.113,00 m²
1.1.1.3	1.113,00 m²
1.1.1.4	1.113,00 m²
1.1.1.5	1.113,00 m²
1.1.1.6	1.113,00 m²
1.1.1.7	1.113,00 m²
1.1.1.8	1.113,00 m²
1.1.1.9	1.113,00 m²
1.1.1.10	1.113,00 m²
1.1.1.11	1.113,00 m²
1.1.1.12	1.113,00 m²
1.1.1.13	1.113,00 m²
1.1.1.14	1.113,00 m²
1.1.1.15	1.113,00 m²
1.1.1.16	1.113,00 m²
1.1.1.17	1.113,00 m²
1.1.1.18	1.113,00 m²
1.1.1.19	1.113,00 m²
1.1.1.20	1.113,00 m²
1.1.1.21	1.113,00 m²
1.1.1.22	1.113,00 m²
1.1.1.23	1.113,00 m²
1.1.1.24	1.113,00 m²
1.1.1.25	1.113,00 m²
1.1.1.26	1.113,00 m²
1.1.1.27	1.113,00 m²
1.1.1.28	1.113,00 m²
1.1.1.29	1.113,00 m²
1.1.1.30	1.113,00 m²
1.1.1.31	1.113,00 m²
1.1.1.32	1.113,00 m²
1.1.1.33	1.113,00 m²
1.1.1.34	1.113,00 m²
1.1.1.35	1.113,00 m²
1.1.1.36	1.113,00 m²
1.1.1.37	1.113,00 m²
1.1.1.38	1.113,00 m²
1.1.1.39	1.113,00 m²
1.1.1.40	1.113,00 m²
1.1.1.41	1.113,00 m²
1.1.1.42	1.113,00 m²
1.1.1.43	1.113,00 m²
1.1.1.44	1.113,00 m²
1.1.1.45	1.113,00 m²
1.1.1.46	1.113,00 m²
1.1.1.47	1.113,00 m²
1.1.1.48	1.113,00 m²
1.1.1.49	1.113,00 m²
1.1.1.50	1.113,00 m²
1.1.1.51	1.113,00 m²
1.1.1.52	1.113,00 m²
1.1.1.53	1.113,00 m²
1.1.1.54	1.113,00 m²
1.1.1.55	1.113,00 m²
1.1.1.56	1.113,00 m²
1.1.1.57	1.113,00 m²
1.1.1.58	1.113,00 m²
1.1.1.59	1.113,00 m²
1.1.1.60	1.113,00 m²
1.1.1.61	1.113,00 m²
1.1.1.62	1.113,00 m²
1.1.1.63	1.113,00 m²
1.1.1.64	1.113,00 m²
1.1.1.65	1.113,00 m²
1.1.1.66	1.113,00 m²
1.1.1.67	1.113,00 m²
1.1.1.68	1.113,00 m²
1.1.1.69	1.113,00 m²
1.1.1.70	1.113,00 m²
1.1.1.71	1.113,00 m²
1.1.1.72	1.113,00 m²
1.1.1.73	1.113,00 m²
1.1.1.74	1.113,00 m²
1.1.1.75	1.113,00 m²
1.1.1.76	1.113,00 m²
1.1.1.77	1.113,00 m²
1.1.1.78	1.113,00 m²
1.1.1.79	1.113,00 m²
1.1.1.80	1.113,00 m²
1.1.1.81	1.113,00 m²
1.1.1.82	1.113,00 m²
1.1.1.83	1.113,00 m²
1.1.1.84	1.113,00 m²
1.1.1.85	1.113,00 m²
1.1.1.86	1.113,00 m²
1.1.1.87	1.113,00 m²
1.1.1.88	1.113,00 m²
1.1.1.89	1.113,00 m²
1.1.1.90	1.113,00 m²
1.1.1.91	1.113,00 m²
1.1.1.92	1.113,00 m²
1.1.1.93	1.113,00 m²
1.1.1.94	1.113,00 m²
1.1.1.95	1.113,00 m²
1.1.1.96	1.113,00 m²
1.1.1.97	1.113,00 m²
1.1.1.98	1.113,00 m²
1.1.1.99	1.113,00 m²
1.1.1.100	1.113,00 m²

QUADRO COMPARATIVO 01	
QUANTIDADE	ÁREA DE ÁREAS COMPARATIVAS
1.1.1.1	1.113,00 m²
1.1.1.2	1.113,00 m²
1.1.1.3	1.113,00 m²
1.1.1.4	1.113,00 m²
1.1.1.5	1.113,00 m²
1.1.1.6	1.113,00 m²
1.1.1.7	1.113,00 m²
1.1.1.8	1.113,00 m²
1.1.1.9	1.113,00 m²
1.1.1.10	1.113,00 m²
1.1.1.11	1.113,00 m²
1.1.1.12	1.113,00 m²
1.1.1.13	1.113,00 m²
1.1.1.14	1.113,00 m²
1.1.1.15	1.113,00 m²
1.1.1.16	1.113,00 m²
1.1.1.17	1.113,00 m²
1.1.1.18	1.113,00 m²
1.1.1.19	1.113,00 m²
1.1.1.20	1.113,00 m²
1.1.1.21	1.113,00 m²
1.1.1.22	1.113,00 m²
1.1.1.23	1.113,00 m²
1.1.1.24	1.113,00 m²
1.1.1.25	1.113,00 m²
1.1.1.26	1.113,00 m²
1.1.1.27	1.113,00 m²
1.1.1.28	1.113,00 m²
1.1.1.29	1.113,00 m²
1.1.1.30	1.113,00 m²
1.1.1.31	1.113,00 m²
1.1.1.32	1.113,00 m²
1.1.1.33	1.113,00 m²
1.1.1.34	1.113,00 m²
1.1.1.35	1.113,00 m²
1.1.1.36	1.113,00 m²
1.1.1.37	1.113,00 m²
1.1.1.38	1.113,00 m²
1.1.1.39	1.113,00 m²
1.1.1.40	1.113,00 m²
1.1.1.41	1.113,00 m²
1.1.1.42	1.113,00 m²
1.1.1.43	1.113,00 m²
1.1.1.44	1.113,00 m²
1.1.1.45	1.113,00 m²
1.1.1.46	1.113,00 m²
1.1.1.47	1.113,00 m²
1.1.1.48	1.113,00 m²
1.1.1.49	1.113,00 m²
1.1.1.50	1.113,00 m²
1.1.1.51	1.113,00 m²
1.1.1.52	1.113,00 m²
1.1.1.53	1.113,00 m²
1.1.1.54	1.113,00 m²
1.1.1.55	1.113,00 m²
1.1.1.56	1.113,00 m²
1.1.1.57	1.113,00 m²
1.1.1.58	1.113,00 m²
1.1.1.59	1.113,00 m²
1.1.1.60	1.113,00 m²
1.1.1.61	1.113,00 m²
1.1.1.62	1.113,00 m²
1.1.1.63	1.113,00 m²
1.1.1.64	1.113,00 m²
1.1.1.65	1.113,00 m²
1.1.1.66	1.113,00 m²
1.1.1.67	1.113,00 m²
1.1.1.68	1.113,00 m²
1.1.1.69	1.113,00 m²
1.1.1.70	1.113,00 m²
1.1.1.71	1.113,00 m²
1.1.1.72	1.113,00 m²
1.1.1.73	1.113,00 m²
1.1.1.74	1.113,00 m²
1.1.1.75	1.113,00 m²
1.1.1.76	1.113,00 m²
1.1.1.77	1.113,00 m²
1.1.1.78	1.113,00 m²
1.1.1.79	1.113,00 m²
1.1.1.80	1.113,00 m²
1.1.1.81	1.113,00 m²
1.1.1.82	1.113,00 m²
1.1.1.83	1.113,00 m²
1.1.1.84	1.113,00 m²
1.1.1.85	1.113,00 m²
1.1.1.86	1.113,00 m²
1.1.1.87	1.113,00 m²
1.1.1.88	1.113,00 m²
1.1.1.89	1.113,00 m²
1.1.1.90	1.113,00 m²
1.1.1.91	1.113,00 m²
1.1.1.92	1.113,00 m²
1.1.1.93	1.113,00 m²
1.1.1.94	1.113,00 m²
1.1.1.95	1.113,00 m²
1.1.1.96	1.113,00 m²
1.1.1.97	1.113,00 m²
1.1.1.98	1.113,00 m²
1.1.1.99	1.113,00 m²
1.1.1.100	1.113,00 m²

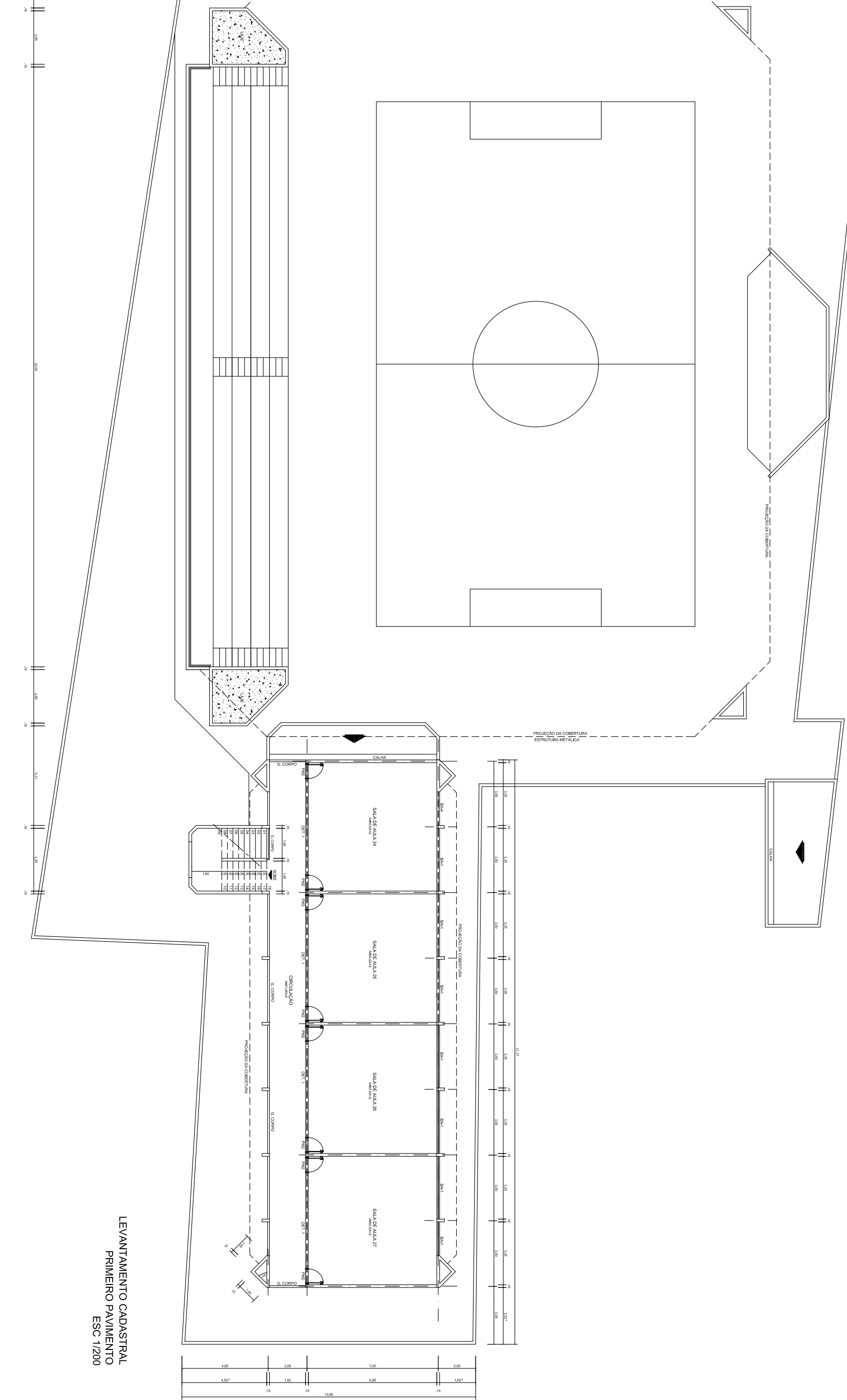
QUADRO COMPARATIVO 02	
QUANTIDADE	ÁREA DE ÁREAS COMPARATIVAS
1.1.1.1	1.113,00 m²
1.1.1.2	1.113,00 m²
1.1.1.3	1.113,00 m²
1.1.1.4	1.113,00 m²
1.1.1.5	1.113,00 m²
1.1.1.6	1.113,00 m²
1.1.1.7	1.113,00 m²
1.1.1.8	1.113,00 m²
1.1.1.9	1.113,00 m²
1.1.1.10	1.113,00 m²
1.1.1.11	1.113,00 m²
1.1.1.12	1.113,00 m²
1.1.1.13	1.113,00 m²
1.1.1.14	1.113,00 m²
1.1.1.15	1.113,00 m²
1.1.1.16	1.113,00 m²
1.1.1.17	1.113,00 m²
1.1.1.18	1.113,00 m²
1.1.1.19	1.113,00 m²
1.1.1.20	1.113,00 m²
1.1.1.21	1.113,00 m²
1.1.1.22	1.113,00 m²
1.1.1.23	1.113,00 m²
1.1.1.24	1.113,00 m²
1.1.1.25	1.113,00 m²
1.1.1.26	1.113,00 m²
1.1.1.27	1.113,00 m²
1.1.1.28	1.113,00 m²
1.1.1.29	1.113,00 m²
1.1.1.30	1.113,00 m²
1.1.1.31	1.113,00 m²
1.1.1.32	1.113,00 m²
1.1.1.33	1.113,00 m²
1.1.1.34	1.113,00 m²
1.1.1.35	1.113,00 m²
1.1.1.36	1.113,00 m²
1.1.1.37	1.113,00 m²
1.1.1.38	1.113,00 m²
1.1.1.39	1.113,00 m²
1.1.1.40	1.113,00 m²
1.1.1.41	1.113,00 m²
1.1.1.42	1.113,00 m²
1.1.1.43	1.113,00 m²
1.1.1.44	1.113,00 m²
1.1.1.45	1.113,00 m²
1.1.1.46	1.113,00 m²
1.1.1.47	1.113,00 m²
1.1.1.48	1.113,00 m²
1.1.1.49	1.113,00 m²
1.1.1.50	1.113,00 m²
1.1.1.51	1.113,00 m²
1.1.1.52	1.113,00 m²
1.1.1.53	1.113,00 m²
1.1.1.54	1.113,00 m²
1.1.1.55	1.113,00 m²
1.1.1.56	1.113,00 m²
1.1.1.57	1.113,00 m²
1.1.1.58	1.113,00 m²
1.1.1.59	1.113,00 m²
1.1.1.60	1.113,00 m²
1.1.1.61	1.113,00 m²
1.1.1.62	1.113,00 m²
1.1.1.63	1.113,00 m²
1.1.1.64	1.113,00 m²
1.1.1.65	1.113,00 m²
1.1.1.66	1.113,00 m²
1.1.1.67	1.113,00 m²
1.1.1.68	1.113,00 m²
1.1.1.69	1.113,00 m²
1.1.1.70	1.113,00 m²
1.1.1.71	1.113,00 m²
1.1.1.72	1.113,00 m²
1.1.1.73	1.113,00 m²
1.1.1.74	1.113,00 m²
1.1.1.75	1.113,00 m²
1.1.1.76	1.113,00 m²
1.1.1.77	1.113,00 m²
1.1.1.78	1.113,00 m²
1.1.1.79	1.113,00 m²
1.1.1.80	1.113,00 m²
1.1.1.81	1.113,00 m²
1.1.1.82	1.113,00 m²
1.1.1.83	1.113,00 m²
1.1.1.84	1.113,00 m²
1.1.1.85	1.113,00 m²
1.1.1.86	1.113,00 m²
1.1.1.87	1.113,00 m²
1.1.1.88	1.113,00 m²
1.1.1.89	1.113,00 m²
1.1.1.90	1.113,00 m²
1.1.1.91	1.113,00 m²
1.1.1.92	1.113,00 m²
1.1.1.93	1.113,00 m²
1.1.1.94	1.113,00 m²
1.1.1.95	1.113,00 m²
1.1.1.96	1.113,00 m²
1.1.1.97	1.113,00 m²
1.1.1.98	1.113,00 m²
1.1.1.99	1.113,00 m²
1.1.1.100	1.113,00 m²

LEGENDA	
DEBILITAR	CONSTRUIR
NOTA	1.1.1.101

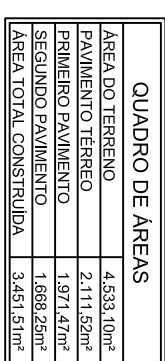
PLANTA DE REFORMA
PRIMEIRO PAVIMENTO
ESCALA 1:200



LEVANTAMENTO CADASTRAL
PRIMEIRO PAVIMENTO
ESCALA 1:200



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS	
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO COLÉGIO	
DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE	
LEVANTAMENTO CADASTRAL E PLANTA DE REFORMA	
ENDEREÇO: RUA ITABAIANA, 855, BAIRRO SÃO JOSÉ, APAÇAU/SE	
ALUNA:	FRANCISCA N.º
TATIANA DE OLIVEIRA FERREIRA	DATA: 20/04/2014
ORIENTADOR:	ESCALA: 1/100
PROF. MSc. RAQUEL KOHLER	4/9
CRÉDITOS DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO EXISTENTE:	
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA	
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
CONSTRUTORA E ACESSORIA ALMEIDA LTDA	



QUADRO COMPARATIVO 01	
LEVANTAMENTO CADASTRAL	31
56.45 DE ALIA	06
56.45 DE ALIAS COMPLETAMENTES	07
TOTAL	38
56.45 DE ALIA	08
56.45 DE ALIAS COMPLETAMENTES	08
TOTAL	36

QUADRO COMPARATIVO (2)		
LEVANTAMENTO CADASTRAL	SAÍDA DE ALTA	20 44,62 mil
		31 80,92 mil
		05 35,90 mil
		10 30,40 mil
		21 20,40 mil
		31 10,54 mil
		10 46,92 mil
		10 44,62 mil
		32 80,92 mil
		08 58,91 mil
PRÓPRIO PRODUTO	SAÍDA DE ALTA	20 34,92 mil
		31 25,00 mil
		05 25,00 mil

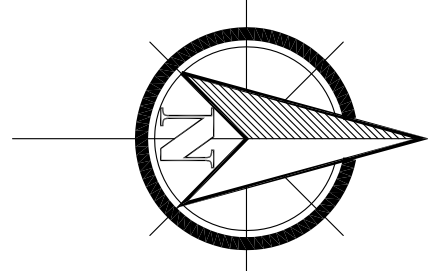
NOTA:
- PÉ-DIREITO: 3,10m



out

SETEMBRO / 2014

5/9



QUADRO DE ÁREAS			
ÁREA TOTAL	1.113,00 m²		
ÁREA DE CONSTRUÇÃO	1.113,00 m²		
ÁREA DE PAVIMENTO	1.113,00 m²		
ÁREA DE COBERTURA	1.113,00 m²		

QUADRO DE ESQUADROS			
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA	PERÍMETRO	TIPO
DE 1 a 10	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
DE 11 a 20	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE PAVIMENTO
DE 21 a 30	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE COBERTURA
DE 31 a 40	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
DE 41 a 50	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE PAVIMENTO
DE 51 a 60	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE COBERTURA
DE 61 a 70	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
DE 71 a 80	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE PAVIMENTO
DE 81 a 90	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE COBERTURA
DE 91 a 100	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
DE 101 a 110	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE PAVIMENTO
DE 111 a 120	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE COBERTURA
DE 121 a 130	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
DE 131 a 140	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE PAVIMENTO
DE 141 a 150	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE COBERTURA
DE 151 a 160	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
DE 161 a 170	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE PAVIMENTO
DE 171 a 180	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE COBERTURA
DE 181 a 190	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
DE 191 a 200	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE PAVIMENTO

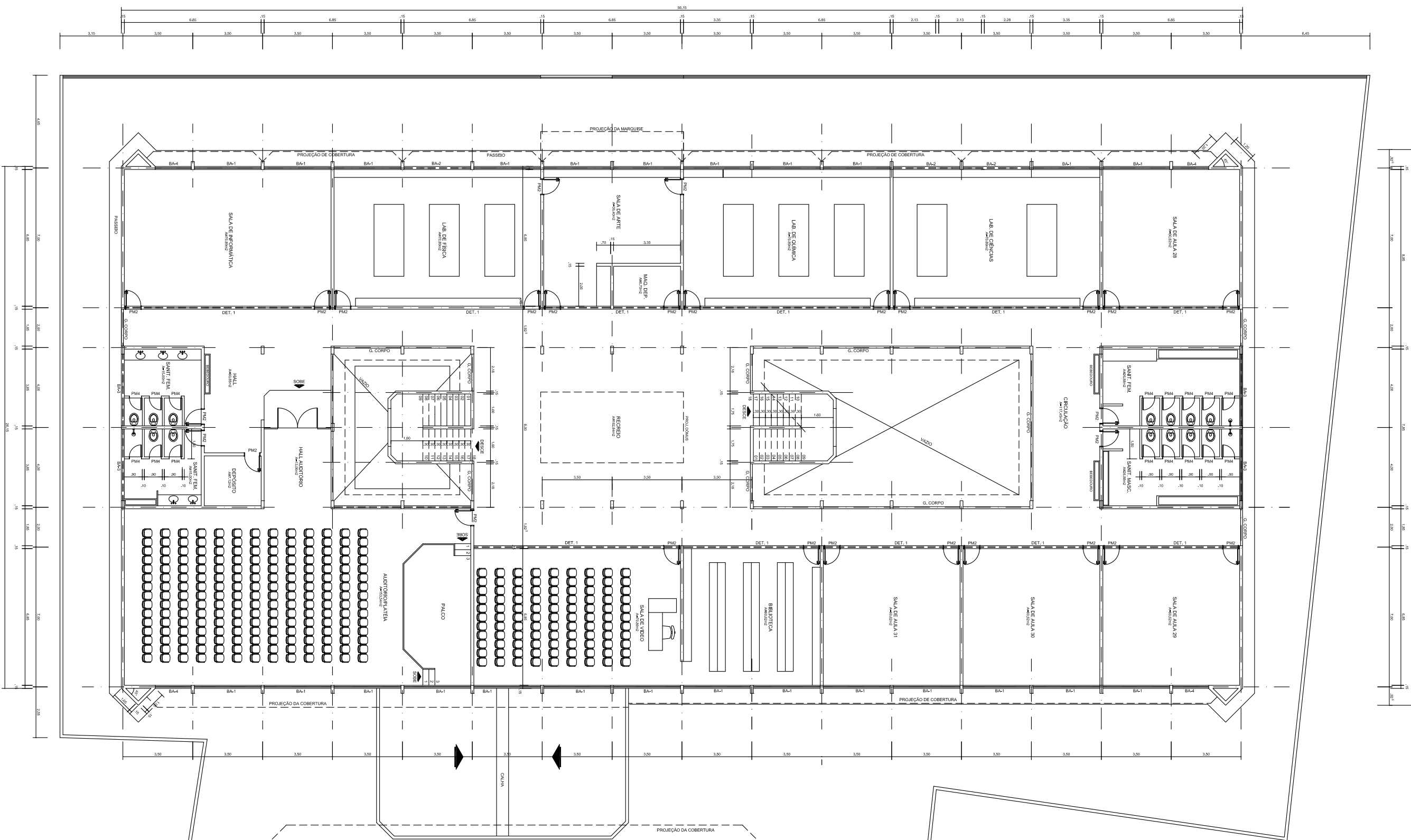
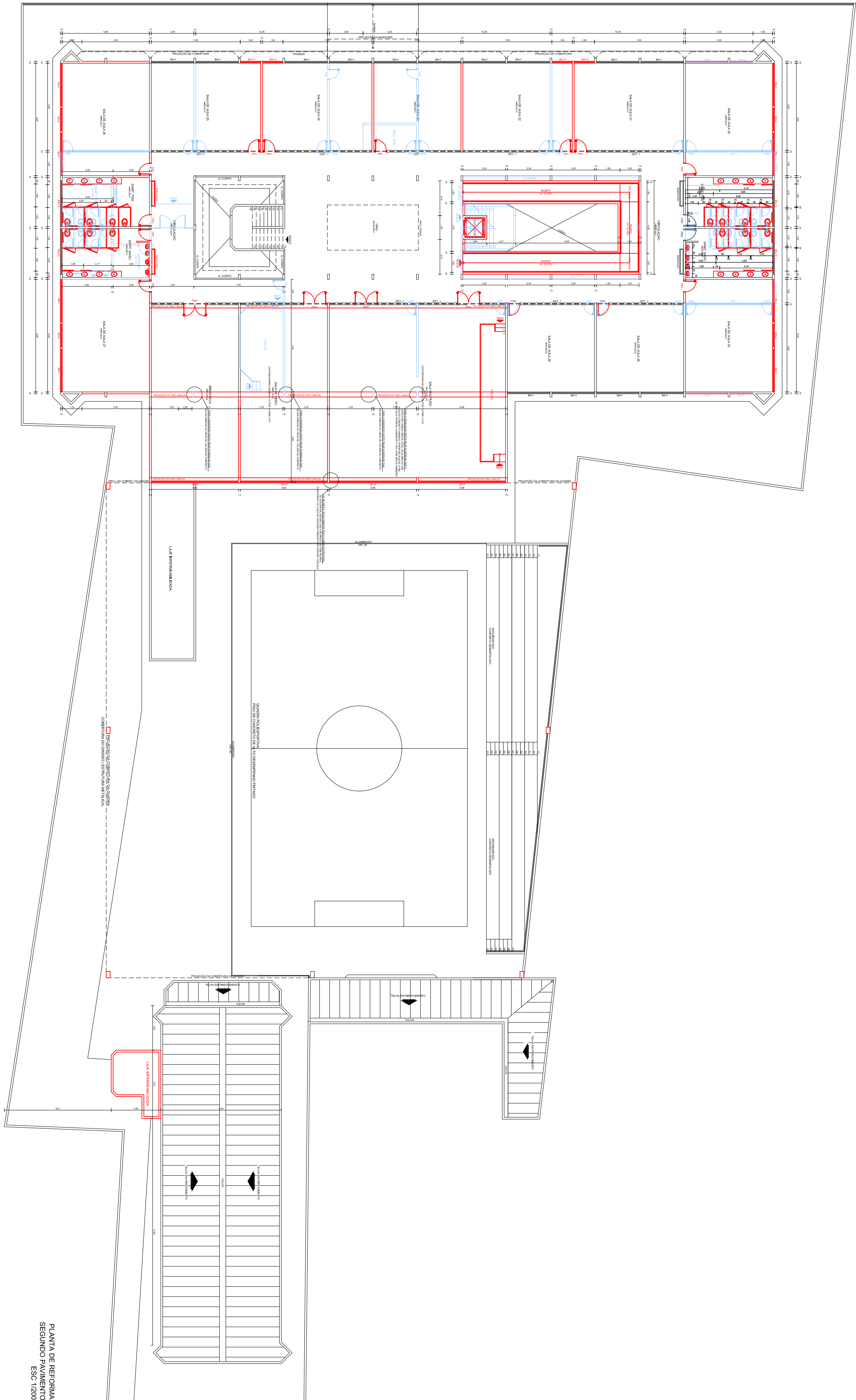
QUADRO COMPARATIVO 01			
QUADRO DE	ÁREA DE	PERÍMETRO	TIPO
PROPOSTO	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
EXISTENTE	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO

QUADRO COMPARATIVO 02			
QUADRO DE	ÁREA DE	PERÍMETRO	TIPO
PROPOSTO	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
EXISTENTE	1.113,00	2.700,00	ÁREA DE CONSTRUÇÃO

LEGENDA	
DEBILITAR	DEBILITAR
CONSTRUIR	CONSTRUIR

NOTA:
- Escala: 1:100

PLANTA DE REFORMA
ARQUITETO: 192-1000



LEVANTAMENTO CADASTRAL
SEGUNDO PAVIMENTO
192-1000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO COLÉGIO

DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE

LEVANTAMENTO CADASTRAL E PLANTA DE REFORMA

ENDEREÇO: RUA ITABAIANA, 855, BAIRRO SÃO JOSÉ, APAÇAU/SE

ALUNA: TATIANA DE OLIVEIRA FERREIRA

ORIENTADOR: PROF. MSc. RAQUEL KOHLER

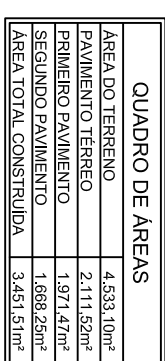
DATA: 20/01/2014

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

CONSTRUTORA E ACESSORIA ALMEIDA LTDA

6/9



CUADRO COMPARATIVO 01	
	31
SALAS DE ALA	
SALAS DE ALAS CON INVENTARIOS	06
LEVANTAMIENTO CADASTRAL	
TOTAL	06
SALAS DE ALA	30
SALAS DE ALAS CON INVENTARIOS	06
PRODUCTO PRODUCTIVO	
TOTAL	36

QUADRO COMPARATIVO Q2		
PROPOSTA PROPOSTO	SALAS DE ALTA	30, 44,55 m ²
	LEVANTAMENTO CADASTRAL	31, 38,00 m ²
	SALAS DE ALTAIS COMUMS EXTERNI:	05, 20,00 m ²
		31, 30,20 m ²
		31, 10,54 m ²
	SALAS DE ALTA	31, 44,55 m ²
		10, 41,55 m ²
		37, 60,25 m ²
	SALAS DE ALTAIS COMUMS EXTERNI:	08, 14,91 m ²
		37, 58,97 m ²
31, 28,00 m ²		

PLANTA DE LAYOUT
SEGUNDO PAVIMENTO
ESC 1/200

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO COLÉGIO
DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE

PLANTA ARQUITETÔNICA E PLANTA DE LAYOUT

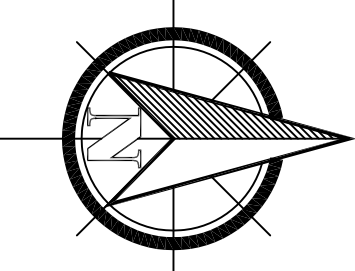
ENDEREÇO:	RUA ITABALANA, 855. BAIRRO SÃO JOSÉ. ARACAJU/ SE.
ALINH.: DATA:	88

TATIANA DE OLIVEIRA FERREIRA
SETEMBRO / 2014

ORIENTADORA:	ESCALA:
PROF. MSc. RAQUEL KOHLER	1 / 100

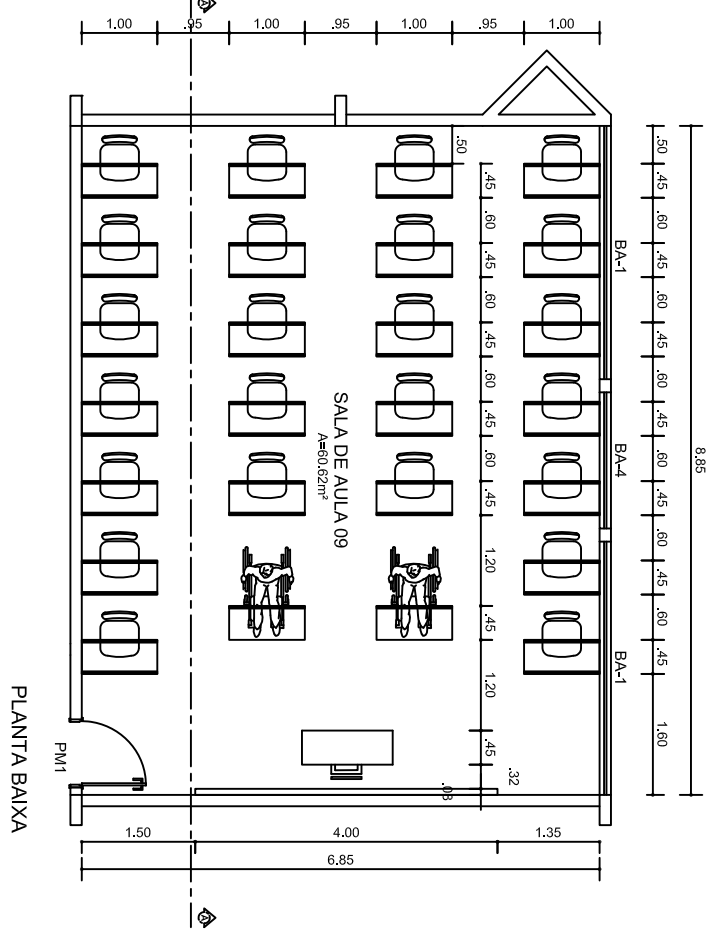
CRÉDITOS DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO EXISTENTE:

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
CONSTRUTORA E ACESSORIA ALMEIDA LTDA

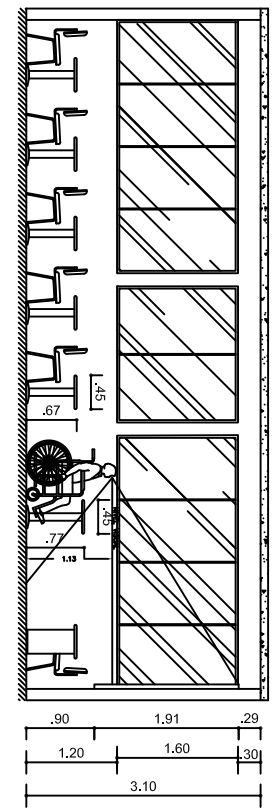


DIMENSÃO COMPARATIVO 01			
CONTEINER	20	30	40
CONTEINER	20	30	40
CONTEINER	20	30	40
CONTEINER	20	30	40

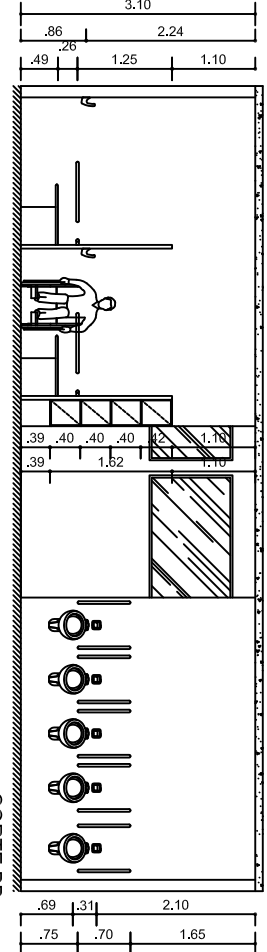
DIMENSÃO COMPARATIVO 02			
CONTEINER	20	30	40
CONTEINER	20	30	40
CONTEINER	20	30	40
CONTEINER	20	30	40



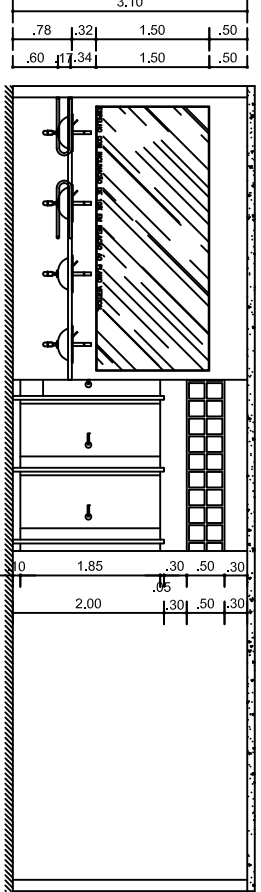
PANTA BAKA
DETALHE 02
ESC. 1/100



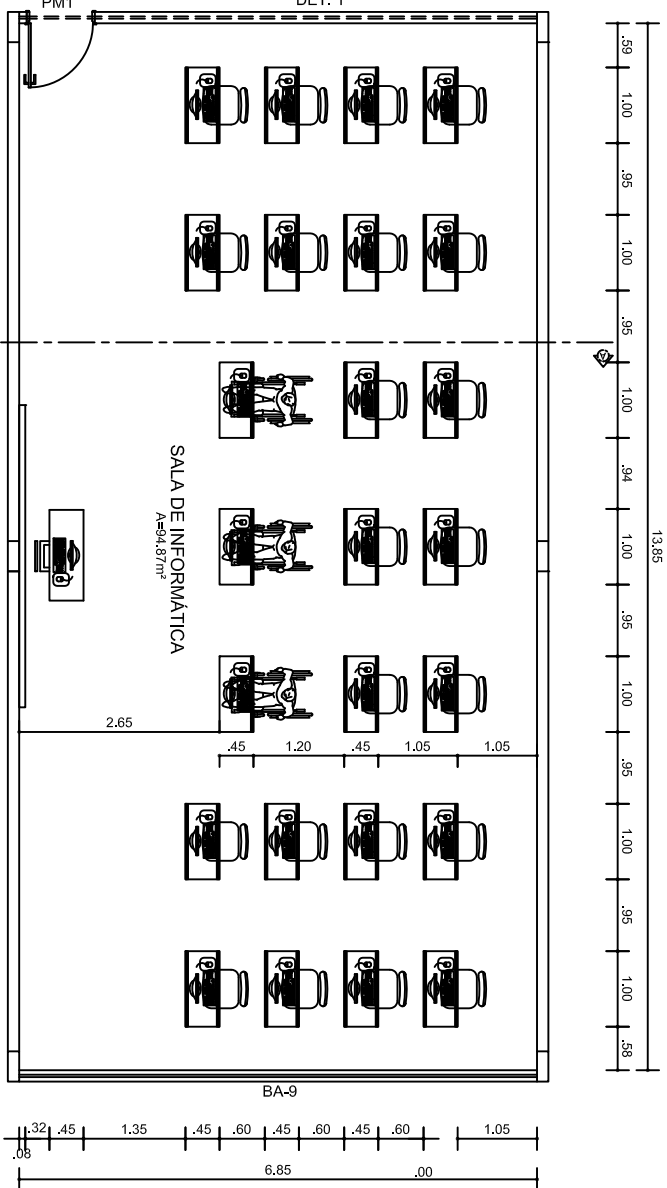
PANTA BAKA
DETALHE 03
ESC. 1/100



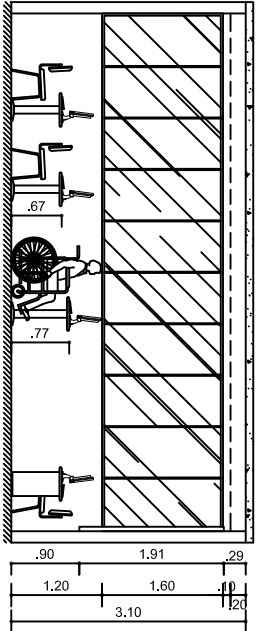
PANTA BAKA
DETALHE 04
ESC. 1/100



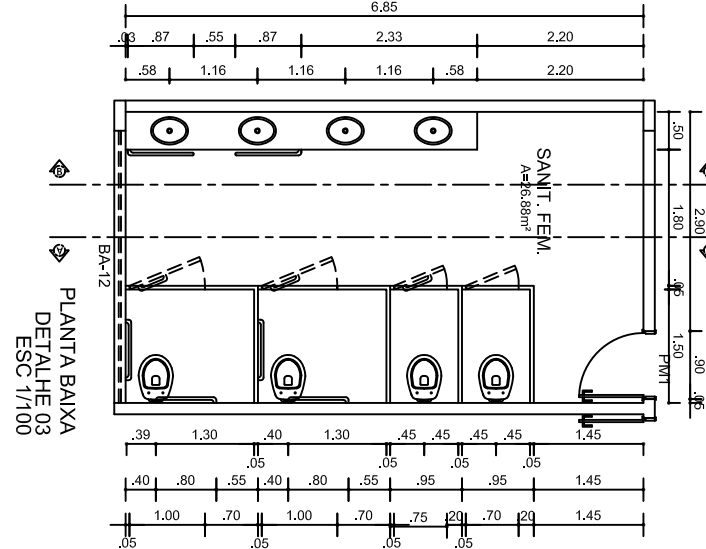
PANTA BAKA
DETALHE 05
ESC. 1/100



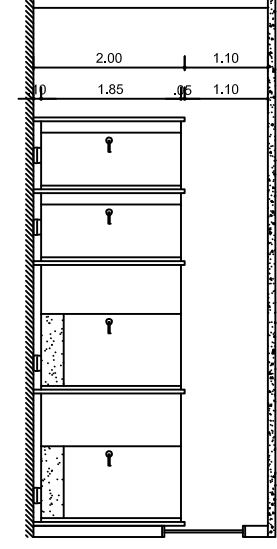
PANTA BAKA
DETALHE 06
ESC. 1/100



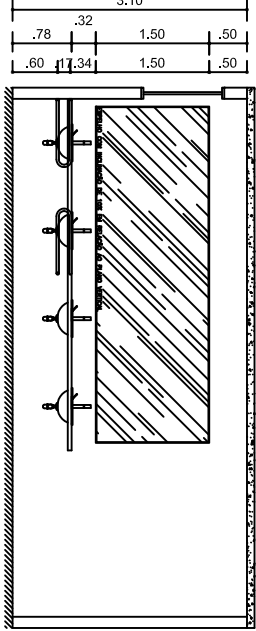
PANTA BAKA
DETALHE 07
ESC. 1/100



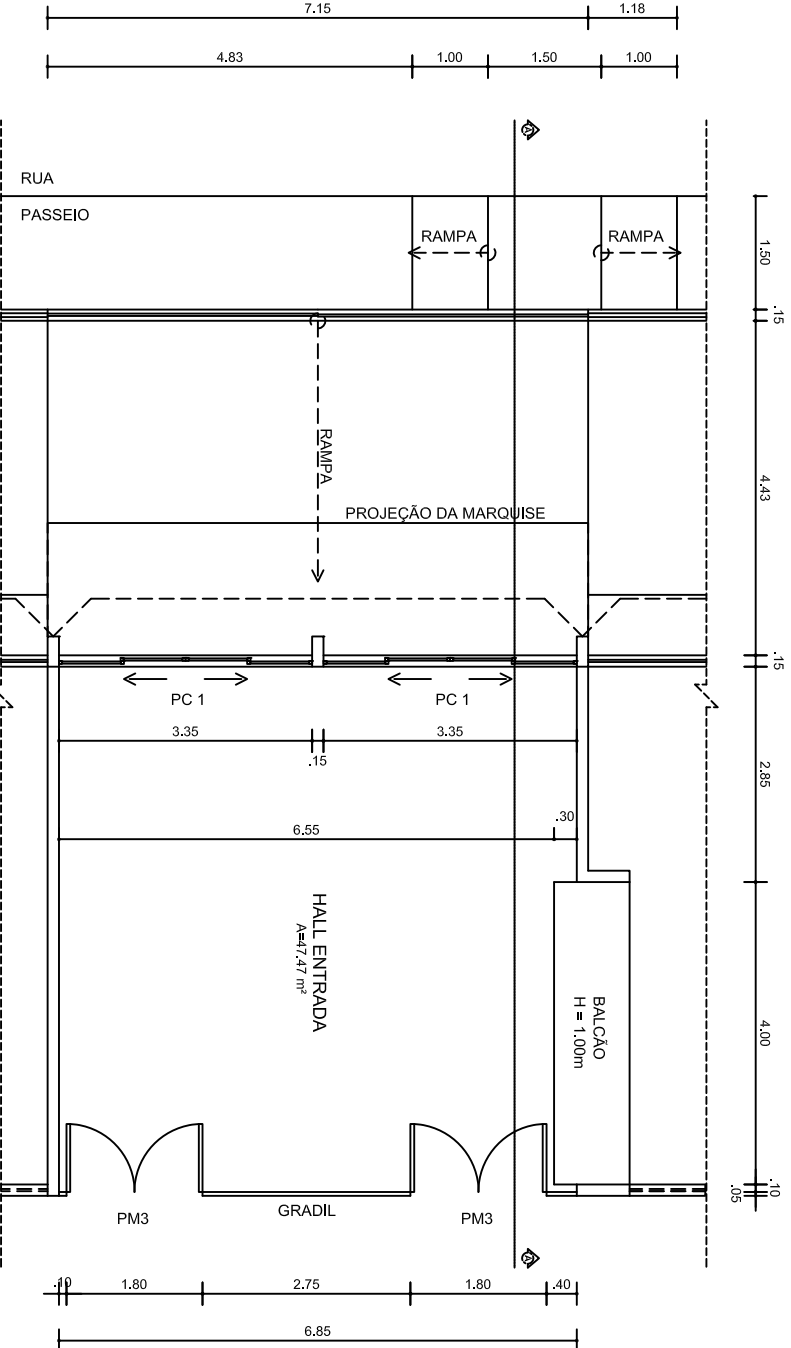
PANTA BAKA
DETALHE 08
ESC. 1/100



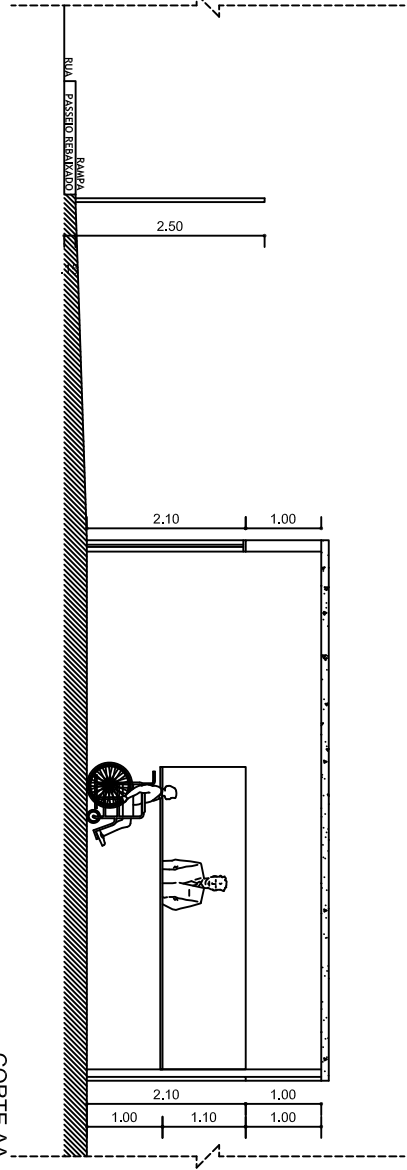
PANTA BAKA
DETALHE 09
ESC. 1/100



PANTA BAKA
DETALHE 10
ESC. 1/100



PANTA BAKA
DETALHE 11
ESC. 1/100



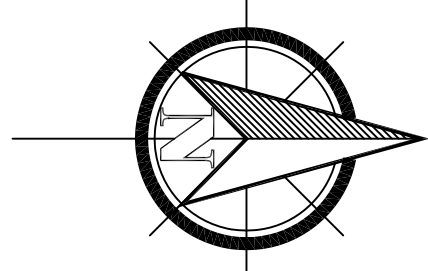
PANTA BAKA
DETALHE 12
ESC. 1/100

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO COLÉGIO
DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE

DETALHAMENTOS

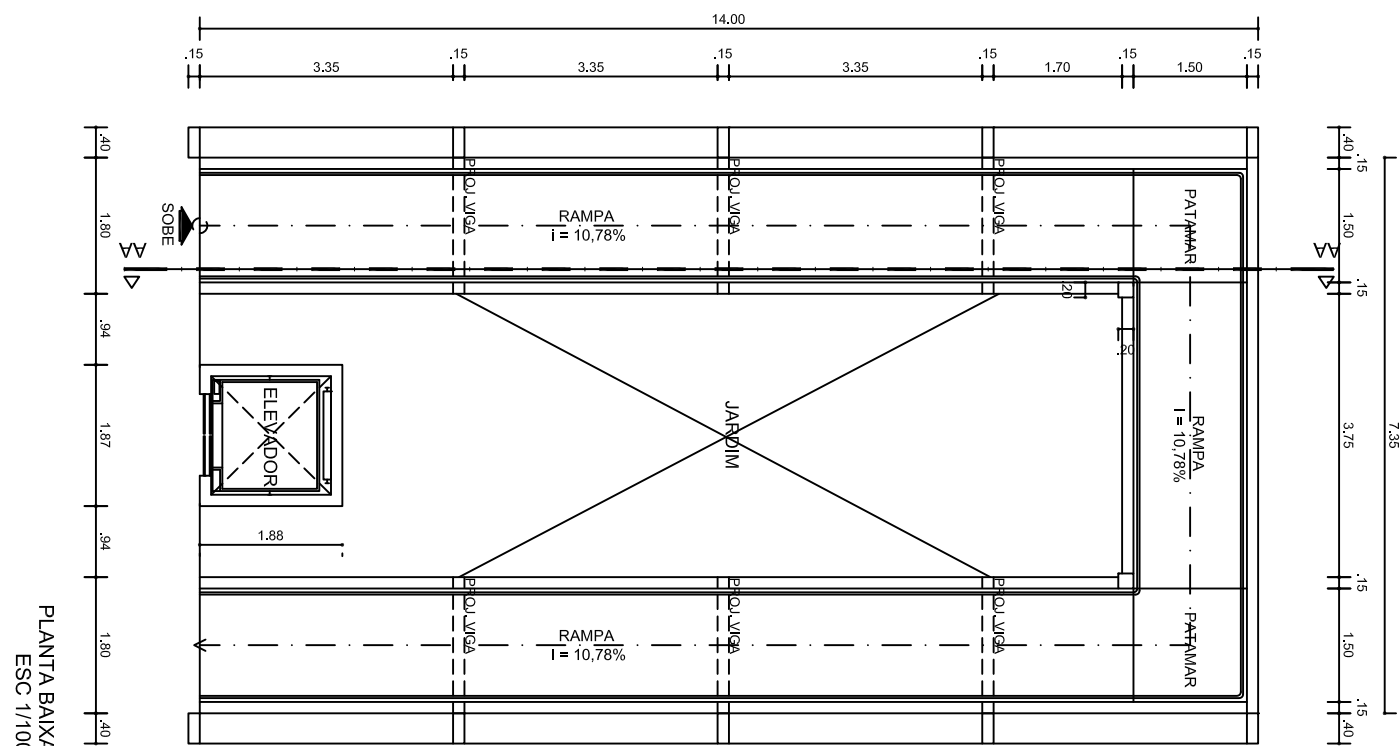
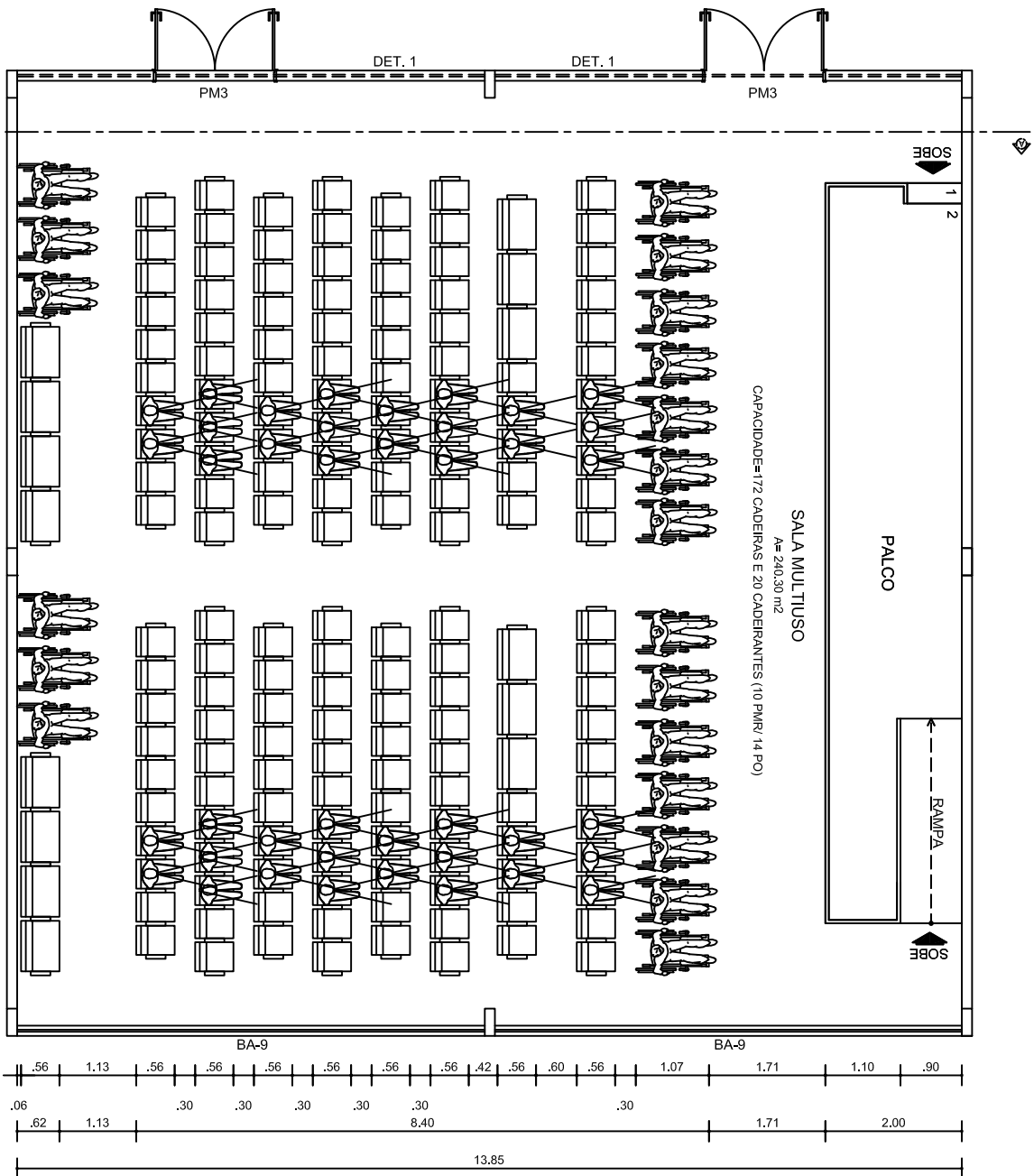
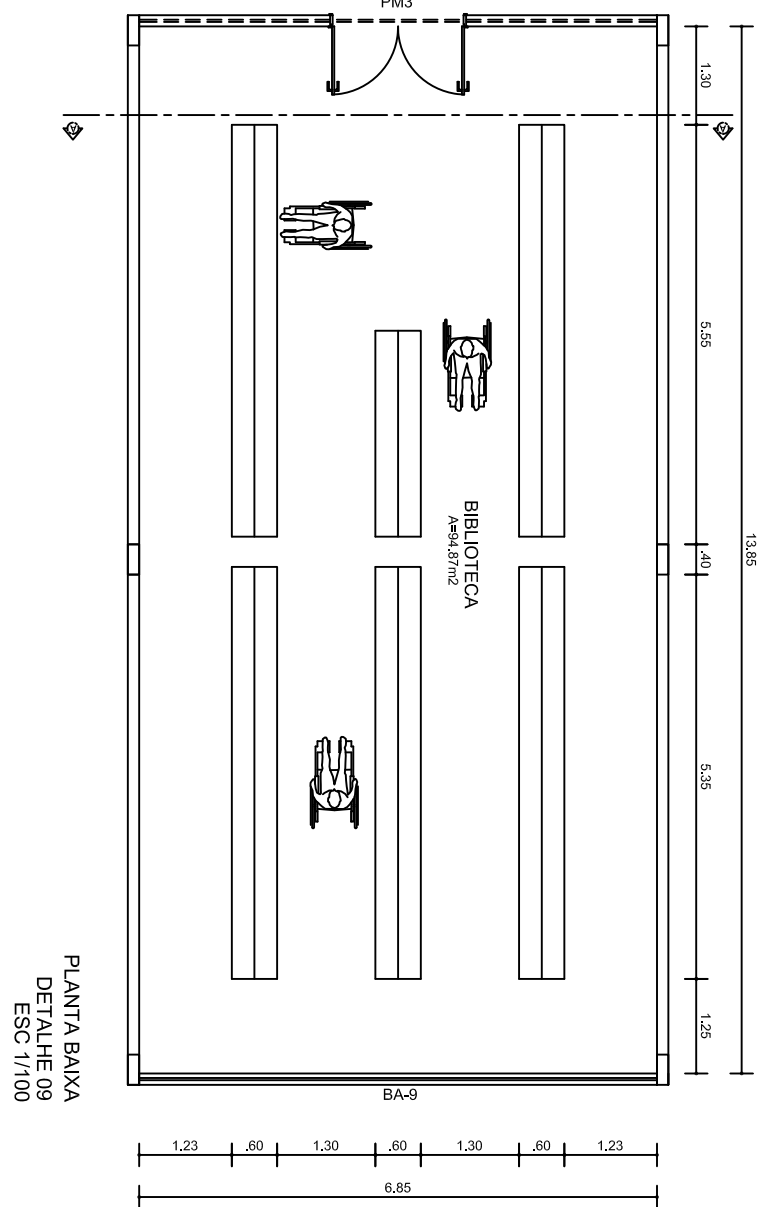
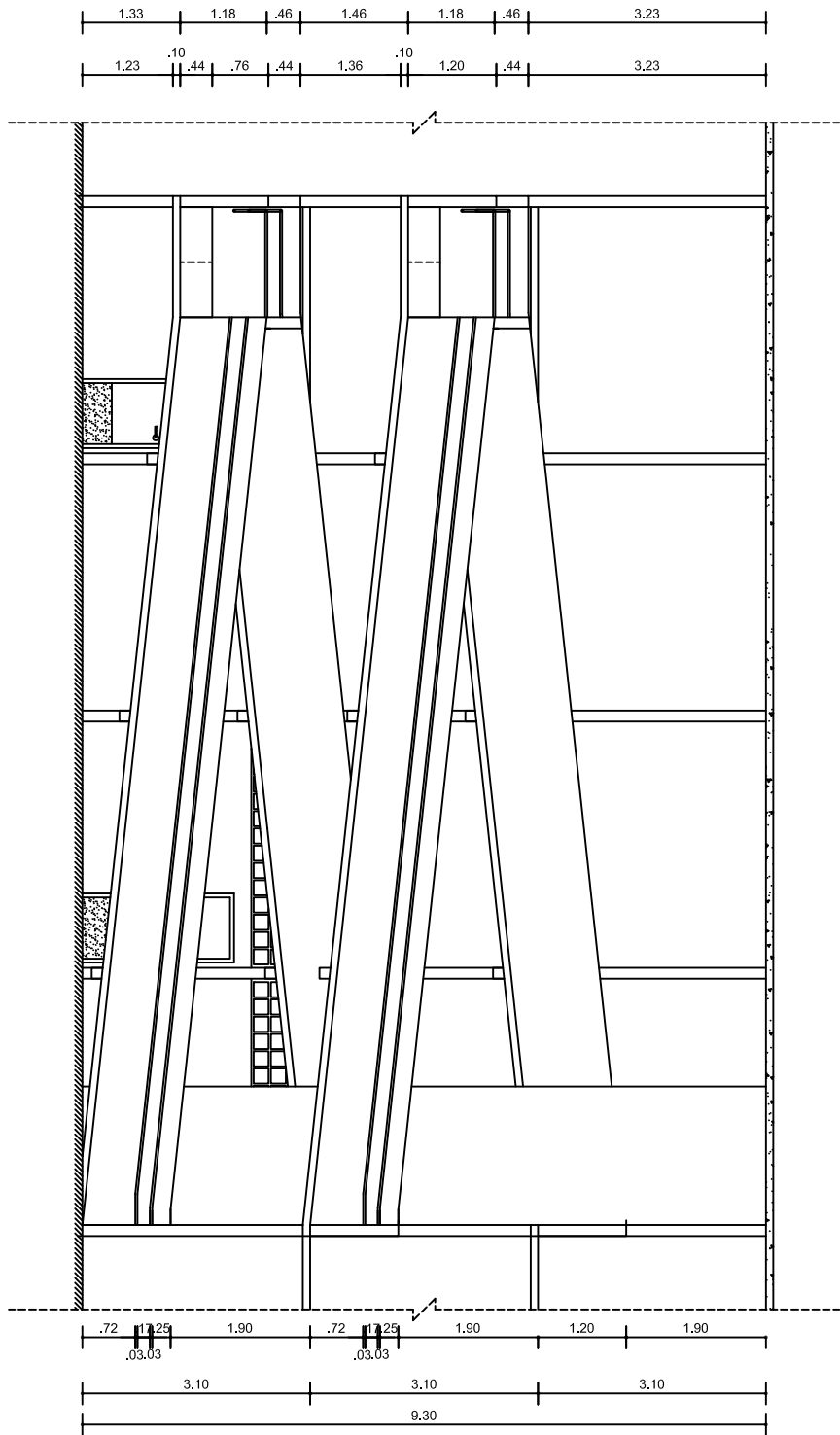
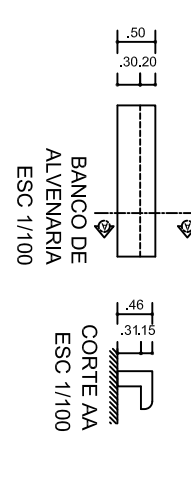
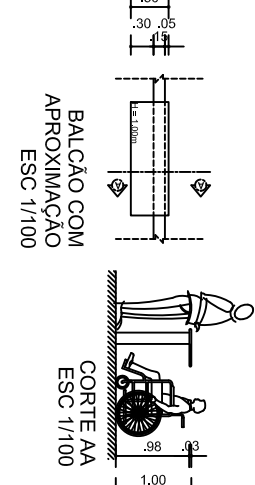
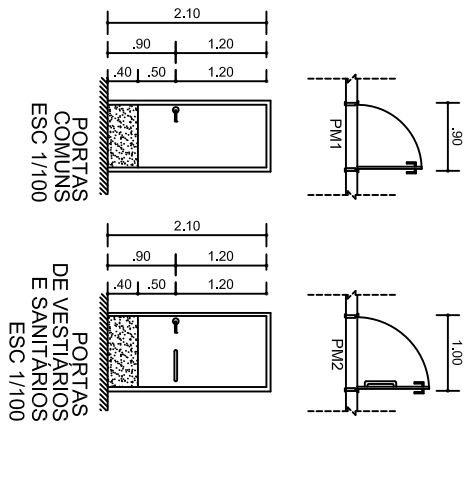
ENDEREÇO:	RUA ITABAHANA, 855, BAIRRO SÃO JOSÉ, ARACAJU/SE
ALUNA:	TATIANA DE OLIVEIRA FERREIRA
ORIENTADOR:	PROF. MSc. RAQUEL KOHLER
DATA:	2014
ESCALA:	1/100
PRONOME:	8/9

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
CONSTRUTORA E ACESSORIA ALMEIDA LTDA



QUANTO COMPARATIVO 01	
QUANTO COMPARATIVO 01	1
QUANTO COMPARATIVO 02	2
QUANTO COMPARATIVO 03	3
QUANTO COMPARATIVO 04	4
QUANTO COMPARATIVO 05	5
QUANTO COMPARATIVO 06	6
QUANTO COMPARATIVO 07	7
QUANTO COMPARATIVO 08	8
QUANTO COMPARATIVO 09	9
QUANTO COMPARATIVO 10	10
QUANTO COMPARATIVO 11	11
QUANTO COMPARATIVO 12	12
QUANTO COMPARATIVO 13	13
QUANTO COMPARATIVO 14	14
QUANTO COMPARATIVO 15	15
QUANTO COMPARATIVO 16	16
QUANTO COMPARATIVO 17	17
QUANTO COMPARATIVO 18	18
QUANTO COMPARATIVO 19	19
QUANTO COMPARATIVO 20	20
QUANTO COMPARATIVO 21	21
QUANTO COMPARATIVO 22	22
QUANTO COMPARATIVO 23	23
QUANTO COMPARATIVO 24	24
QUANTO COMPARATIVO 25	25
QUANTO COMPARATIVO 26	26
QUANTO COMPARATIVO 27	27
QUANTO COMPARATIVO 28	28
QUANTO COMPARATIVO 29	29
QUANTO COMPARATIVO 30	30
QUANTO COMPARATIVO 31	31
QUANTO COMPARATIVO 32	32
QUANTO COMPARATIVO 33	33
QUANTO COMPARATIVO 34	34
QUANTO COMPARATIVO 35	35
QUANTO COMPARATIVO 36	36
QUANTO COMPARATIVO 37	37
QUANTO COMPARATIVO 38	38
QUANTO COMPARATIVO 39	39
QUANTO COMPARATIVO 40	40
QUANTO COMPARATIVO 41	41
QUANTO COMPARATIVO 42	42
QUANTO COMPARATIVO 43	43
QUANTO COMPARATIVO 44	44
QUANTO COMPARATIVO 45	45
QUANTO COMPARATIVO 46	46
QUANTO COMPARATIVO 47	47
QUANTO COMPARATIVO 48	48
QUANTO COMPARATIVO 49	49
QUANTO COMPARATIVO 50	50
QUANTO COMPARATIVO 51	51
QUANTO COMPARATIVO 52	52
QUANTO COMPARATIVO 53	53
QUANTO COMPARATIVO 54	54
QUANTO COMPARATIVO 55	55
QUANTO COMPARATIVO 56	56
QUANTO COMPARATIVO 57	57
QUANTO COMPARATIVO 58	58
QUANTO COMPARATIVO 59	59
QUANTO COMPARATIVO 60	60
QUANTO COMPARATIVO 61	61
QUANTO COMPARATIVO 62	62
QUANTO COMPARATIVO 63	63
QUANTO COMPARATIVO 64	64
QUANTO COMPARATIVO 65	65
QUANTO COMPARATIVO 66	66
QUANTO COMPARATIVO 67	67
QUANTO COMPARATIVO 68	68
QUANTO COMPARATIVO 69	69
QUANTO COMPARATIVO 70	70
QUANTO COMPARATIVO 71	71
QUANTO COMPARATIVO 72	72
QUANTO COMPARATIVO 73	73
QUANTO COMPARATIVO 74	74
QUANTO COMPARATIVO 75	75
QUANTO COMPARATIVO 76	76
QUANTO COMPARATIVO 77	77
QUANTO COMPARATIVO 78	78
QUANTO COMPARATIVO 79	79
QUANTO COMPARATIVO 80	80
QUANTO COMPARATIVO 81	81
QUANTO COMPARATIVO 82	82
QUANTO COMPARATIVO 83	83
QUANTO COMPARATIVO 84	84
QUANTO COMPARATIVO 85	85
QUANTO COMPARATIVO 86	86
QUANTO COMPARATIVO 87	87
QUANTO COMPARATIVO 88	88
QUANTO COMPARATIVO 89	89
QUANTO COMPARATIVO 90	90
QUANTO COMPARATIVO 91	91
QUANTO COMPARATIVO 92	92
QUANTO COMPARATIVO 93	93
QUANTO COMPARATIVO 94	94
QUANTO COMPARATIVO 95	95
QUANTO COMPARATIVO 96	96
QUANTO COMPARATIVO 97	97
QUANTO COMPARATIVO 98	98
QUANTO COMPARATIVO 99	99
QUANTO COMPARATIVO 100	100

QUANTO COMPARATIVO 02	
QUANTO COMPARATIVO 02	1
QUANTO COMPARATIVO 03	2
QUANTO COMPARATIVO 04	3
QUANTO COMPARATIVO 05	4
QUANTO COMPARATIVO 06	5
QUANTO COMPARATIVO 07	6
QUANTO COMPARATIVO 08	7
QUANTO COMPARATIVO 09	8
QUANTO COMPARATIVO 10	9
QUANTO COMPARATIVO 11	10
QUANTO COMPARATIVO 12	11
QUANTO COMPARATIVO 13	12
QUANTO COMPARATIVO 14	13
QUANTO COMPARATIVO 15	14
QUANTO COMPARATIVO 16	15
QUANTO COMPARATIVO 17	16
QUANTO COMPARATIVO 18	17
QUANTO COMPARATIVO 19	18
QUANTO COMPARATIVO 20	19
QUANTO COMPARATIVO 21	20
QUANTO COMPARATIVO 22	21
QUANTO COMPARATIVO 23	22
QUANTO COMPARATIVO 24	23
QUANTO COMPARATIVO 25	24
QUANTO COMPARATIVO 26	25
QUANTO COMPARATIVO 27	26
QUANTO COMPARATIVO 28	27
QUANTO COMPARATIVO 29	28
QUANTO COMPARATIVO 30	29
QUANTO COMPARATIVO 31	30
QUANTO COMPARATIVO 32	31
QUANTO COMPARATIVO 33	32
QUANTO COMPARATIVO 34	33
QUANTO COMPARATIVO 35	34
QUANTO COMPARATIVO 36	35
QUANTO COMPARATIVO 37	36
QUANTO COMPARATIVO 38	37
QUANTO COMPARATIVO 39	38
QUANTO COMPARATIVO 40	39
QUANTO COMPARATIVO 41	40
QUANTO COMPARATIVO 42	41
QUANTO COMPARATIVO 43	42
QUANTO COMPARATIVO 44	43
QUANTO COMPARATIVO 45	44
QUANTO COMPARATIVO 46	45
QUANTO COMPARATIVO 47	46
QUANTO COMPARATIVO 48	47
QUANTO COMPARATIVO 49	48
QUANTO COMPARATIVO 50	49
QUANTO COMPARATIVO 51	50
QUANTO COMPARATIVO 52	51
QUANTO COMPARATIVO 53	52
QUANTO COMPARATIVO 54	53
QUANTO COMPARATIVO 55	54
QUANTO COMPARATIVO 56	55
QUANTO COMPARATIVO 57	56
QUANTO COMPARATIVO 58	57
QUANTO COMPARATIVO 59	58
QUANTO COMPARATIVO 60	59
QUANTO COMPARATIVO 61	60
QUANTO COMPARATIVO 62	61
QUANTO COMPARATIVO 63	62
QUANTO COMPARATIVO 64	63
QUANTO COMPARATIVO 65	64
QUANTO COMPARATIVO 66	65
QUANTO COMPARATIVO 67	66
QUANTO COMPARATIVO 68	67
QUANTO COMPARATIVO 69	68
QUANTO COMPARATIVO 70	69
QUANTO COMPARATIVO 71	70
QUANTO COMPARATIVO 72	71
QUANTO COMPARATIVO 73	72
QUANTO COMPARATIVO 74	73
QUANTO COMPARATIVO 75	74
QUANTO COMPARATIVO 76	75
QUANTO COMPARATIVO 77	76
QUANTO COMPARATIVO 78	77
QUANTO COMPARATIVO 79	78
QUANTO COMPARATIVO 80	79
QUANTO COMPARATIVO 81	80
QUANTO COMPARATIVO 82	81
QUANTO COMPARATIVO 83	82
QUANTO COMPARATIVO 84	83
QUANTO COMPARATIVO 85	84
QUANTO COMPARATIVO 86	85
QUANTO COMPARATIVO 87	86
QUANTO COMPARATIVO 88	87
QUANTO COMPARATIVO 89	88
QUANTO COMPARATIVO 90	89
QUANTO COMPARATIVO 91	90
QUANTO COMPARATIVO 92	91
QUANTO COMPARATIVO 93	92
QUANTO COMPARATIVO 94	93
QUANTO COMPARATIVO 95	94
QUANTO COMPARATIVO 96	95
QUANTO COMPARATIVO 97	96
QUANTO COMPARATIVO 98	97
QUANTO COMPARATIVO 99	98
QUANTO COMPARATIVO 100	99



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS	
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO COLÉGIO	
DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE	
DETALHAMENTOS	
ENDEREÇO: RUA ITABAIANA, 855, BAIRRO SÃO JOSÉ, ARACAUJÁ/SE	
ALUNA: TATIANA DE OLIVEIRA FERREIRA	
DATA: 20/04/2014	
ORIENTADOR: PROF. MSc. RAQUEL KOHLER	
ESCALA: 1/100	
919	
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA	
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA	